

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - ARARAQUARA

RENAN BANDEIRANTE DE ARAÚJO

**O MODO DE VIDA “*JUST- IN- TIME*” DO NOVO PERFIL METALÚRGICO
JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL DO ABC: ANTIGOS DILEMAS, NOVAS
CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES**

Araraquara

2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - ARARAQUARA

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, com vistas à obtenção do título de Doutor, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Orlanda Pinassi.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Maria Orlanda Pinassi (orientadora)

Dr^a. Claudia Mazzei Nogueira

Dr. Sérgio César da Fonseca

Dr. Fabio Kazuo Ocada

Dr. Giovanni Antonio Alves Pinto

EPITÁFIO (TITÃS)

Devia ter amado mais
Ter chorado mais
Ter visto o sol nascer
Devia ter arriscado mais
E até errado mais
Ter feito o que eu queria fazer...

Queria ter aceitado
As pessoas como elas são
Cada um sabe alegria
E a dor que traz no coração...

O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar...

Devia ter complicado menos
Trabalhado menos
Ter visto o sol se pôr
Devia ter me importado menos
Com problemas pequenos
Ter morrido de amor...

Queria ter aceitado
A vida como ela é
A cada um cabe alegrias
E a tristeza que vier...

O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar distraído
O acaso vai me proteger
Enquanto eu andar...

Devia ter complicado menos
Trabalhado menos
Ter visto o sol se pôr...

AGRADECIMENTOS

A pesquisa agora apresentada contou com o auxílio direto e indireto de inúmeras pessoas as quais sou muito grato.

Inicialmente gostaria de agradecer aos meus irmãos (as): Roberval, Renato, Roberto, Ricardo, Romel, Regina e Rosana, pelo estímulo. Agradeço também ao meu querido sobrinho Guilherme pelo apoio técnico indispensável na feitura dos quadros e tabelas que ilustram este nosso texto.

Dentre outras pessoas que fizeram parte do nosso convívio gostaria de destacar: Levi Nicácio Chaves: ex-militante metalúrgico de SP; Geraldo: amigo histórico e também ex-militante metalúrgico; Tião Felipe: metalúrgico, ex-membro da Comissão de Fábrica da MWM sumariamente demitido na fatídica greve ocorrida na segunda metade da década de 1990. A todos esses “ex” sou muito grato pela possibilidade de ter em quem me espelhar.

Quero agradecer aos amigos Sergio Fonseca; irmão de fé que muitas vezes me indicou acertadamente os caminhos a serem seguidos; João Franco, crítico arguto das diversas formas de estranhamentos contemporâneos; Marcelo de Araraquara por sua infinita sabedoria e generosidade.

Muito obrigado aos professores Sezinando Luiz Menezes, Ariovaldo Santos, Roberto Leme Batista, Francisco Corsi, pelas discussões,

sugestões e pela permissão do convívio. Deixo aqui meus agradecimentos ao casal Ricardo Tadeu C. Silva e Sandra Regina Cassol Carbelo pelo apoio num momento crucial do desenvolvimento de nossa pesquisa, pelo companheirismo e pela confiança em mim depositada, fica aqui minha gratidão.

De modo especial sou grato ao prof. Giovanni Alves por ver em mim potencialidades, “arrancar-me” da periferia da zona sul paulistana, mostrar-me possibilidades e permitir adentrar em algumas das pouquíssimas portas que se abrem à reflexão crítica acerca do mundo do trabalho e suas contradições contemporâneas.

Sou igualmente grato à Prof^a. Dr^a. Maria Orlanda Pinassi pela confiança conferida, pela liberdade concedida quando da execução da pesquisa e pela maneira humana e carinhosa com que conduziu a orientação do trabalho agora apresentado. Agradeço, e muito, aos professores Sérgio César da Fonseca e Fábio Kazuo Ocada pelas valiosas sugestões na banca de qualificação.

Gostaria ainda, de agradecer aos funcionários da biblioteca da FCL/Unesp-Araraquara e do Programa de Pós Graduação em Sociologia pelos esclarecimentos e apoio técnico.

Fica aqui registrado meu fraterno agradecimento aos operários depoentes pelo companheirismo e pela confiança quando dos imprescindíveis, essenciais encontros e conversas. O mesmo vale para os

jovens que compõem a atual Comissão de Fábrica pelo acolhimento e os inúmeros esclarecimentos.

Agradeço também ao médico do trabalho que além da perspicácia analítica demonstrou ser portador de um profundo respeito, incomensurável humanidade no trato com o coletivo metalúrgico daquela região.

Da mesma forma, não posso deixar de agradecer Elizabeth de Camargo Viana pelos ensinamentos deixados. Por ter me mostrado o verdadeiro sentido das relações humanas, do necessário corte ético-moral que deve embasar as práticas de todos aqueles que se colocam na condição de “Amantes de Revolução”. Pela força e apoio desde muito cedo, meus fraternos, sinceros e eternos agradecimentos.

Agradeço Bruno de Camargo Mendes pelos bons exemplos. Trata-se de um jovem de indiscutível inteligência, descomunal sensibilidade e integridade moral inabalável. Com certeza Bruno de Camargo Mendes terá muito a ensinar para a pequena Maria B. Mendes da Mota, inesgotável fonte de amor pela “Bolinha”, pássaros, peixes, flores e todas as cores.

Da mesma forma agradeço à vida, ao destino, por ter me colocado no caminho que conduz à Joanistela Gonçalves Mendes e Matheus. A singularidade da “minha Joana” é simbolizada pelo sentido grandioso que confere aos seus atos sempre repletos de bravura, ternura e companheirismo. Mais ainda, quando observo a maneira respeitosa com que Matheus (13 anos de idade) se relaciona com as pessoas que o cerca, calado, compreendo; trata-se do filho de Joanistela.

Entre os anos de 2007 e 2009, este trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq, a quem somos muito grato.

Este trabalho é dedicado à minha mãe

Aguilla Gimenes de Araújo

RESUMO

O MODO DE VIDA “JUST- IN- TIME” DO NOVO PERFIL METALÚRGICO JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL DO ABC: ANTIGOS DILEMAS, NOVAS CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

Em nossa pesquisa foi possível constatar que a indústria montadora situada na região do ABC paulista, aqui analisada, a partir de 1992 promoveu intenso processo de mudanças na sua estrutura produtiva, resultando na emergência de um segmento operário *jovem-adulto flexível* de novo perfil histórico-social e profissional. Trata-se de uma nova parcela de “colaboradores” situados entre 15 e 35 anos de idade, cujo modo de vida “*just-in-time*” próprio desse segmento metalúrgico - os filhos da reestruturação produtiva -, relaciona-se às estratégias de captura da subjetividade operária por meio de novas formas de gestão/coerção de pessoal, e que, espalhando-se para além do universo fabril, revela a nova forma de ser do novo metabolismo produtivo-social do capital na época do trabalho flexível.

Palavras-chave: Indústria automobilística, Metalúrgicos do ABC, *Jovem-adulto flexível*, Trabalho Flexível, Sociabilidade, Capitalismo.

ABSTRACT

'JUST-IN-TIME' WAY OF LIFE FEATURED BY THE NEW PROFILE OF THE FLEXIBLE YOUNG MAN / ADULT METALWORKER OF THE GREATER SÃO PAULO, BRAZIL: OLD DILEMMAS, NEW CONTRADICTIONS AND POSSIBILITIES

Current research analyzes the car-building industry in the greater São Paulo region as from 1992 when a deep modification process in its productive structure occurred. The above-mentioned process caused the emergence of a labor segment, or rather, the flexible young man / adult, featuring a new historical, social and professional profile. Actually it is a new set of 'collaborators' within the 15-35-year-old bracket, whose just-in-time life style, proper of the metalworking section hailing from production restructuring, is related to the bonding strategies of worker subjectivity. This fact is brought about by the personnel's new management/coercion styles which looks beyond the factory environment and reveals the new life style of capital's productive and social metabolism in a period of flexible labor.

Key words: car-building industry; metalworkers of the greater São Paulo region; flexible young man / adult; flexible labor; sociability; capitalism.

SUMÁRIO

Considerações iniciais.....	01
-----------------------------	----

CAPÍTULO I – O COTIDIANO DO JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL: OS “ENCANTOS” E O “FARDO” DE SE SER O QUE É

0.1 A metamorfose do ABC em metrópole contemporânea.....	28
1.1 Espaço urbano e cotidiano.....	37
1.1.2 Um “novo” ABC.....	43
1.2 O <i>jovem-adulto flexível</i> : operário de “sucesso”.....	50
1.2.1 A (im) potência e a (i) racionalidade da sociedade automobilística.....	60
1.3 O sucesso tem “outros” segredos.....	72
1.3.1 O purgatório e a porta do inferno.....	84
1.4 Identidade social do <i>jovem-adulto flexível</i>	94
1.4.1 Consumismo, comportamentos e fetiches.....	100
1.4.2 Contingência e “moral” operária.....	109

CAPÍTULO II – DA RIGIDEZ FORDISTA À EMPRESA “TOYOTISTA”: A GÊNESE DO JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL

2.1 A implantação da indústria automobilística no Brasil.....	119
2.2 A emergência do ABC paulista.....	124
2.3 O operário <i>jovem-adulto flexível</i>	128
2.3.1 Sobre a nova qualificação profissional.....	134
2.3.2 Tempo de empresa e a faixa etária.....	142
2.4 A fábrica flexível.....	149
2.5 Consentimento e controle operário.....	160

**CAPÍTULO III – O JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL: ANTIGOS DILEMAS,
NOVAS CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES**

3.1 Controle do capital e desqualificação profissional.....	175
3.2 Predominância do trabalho flexível “toyotista”	185
3.3 Significados do recente ideário educacional social-fabril flexível.....	196
3.4 Das novas contradições e possibilidades.....	209
Considerações finais.....	225
Referências bibliográficas.....	230

CAPÍTULO I – O COTIDIANO DO JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL: OS “ENCANTOS” E O “FARDO” DE SE SER O QUE É

1. A metamorfose do ABC em “metrópole contemporânea”

Ao defender a centralidade do trabalho enquanto categoria ontológica, base sobre a qual se assentou (a) o processo de formação do homem enquanto ser histórico/social, Ricardo Antunes (1997) procurou analisar alguns dos fenômenos sociais contemporâneos que, relacionados às metamorfoses sofridas pela classe operária, denotavam sua fragmentação, a (des) reconstrução da sua forma “símbolo” tal qual a conhecíamos quando do período de hegemonia da clássica indústria taylorista/fordista.

Dessa forma, o autor enfatizou que o processo de *desproletarização do trabalho industrial*, atestado pela contração numérica do operário fabril, não significou a superação do proletariado enquanto fonte necessária, insubstituível à criação do valor¹.

Ao contrário, demonstrou que a expansão do trabalho assalariado precário, parcial, temporário, terceirizado; enfim, a *subproletarização* representou uma nova forma de exploração da força de trabalho de um expressivo contingente de operários “expulsos” do espaço fabril tradicional,

¹ A partir dos estudos de Marx, João Machado Borges Neto (2004) salienta que “a *lei do valor* pode ser entendida a partir de três versões sucessivas, em que elas se tornam progressivamente mais complexa. A versão mais simples é a de *lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho*. A segunda versão é a de *lei da distribuição do trabalho social* (o que também pode ser interpretado como *lei do equilíbrio na distribuição do trabalho social*). O exame do impacto da concorrência intra-setorial entre os capitais na economia capitalista conduz à terceira versão da lei do valor, como *lei da minimização do tempo de trabalho abstrato*. Desta forma, a lei do valor é uma lei dinâmica, base das leis gerais de desenvolvimento da economia capitalista. Finalmente, no plano internacional, a lei do valor se apresenta como lei da geração de super-lucros e do aprofundamento das desigualdades” (Borges Neto, 2004: 143).

processo decorrente da fragmentação disseminada pelo trabalho flexível com fortes repercussões sociais de todo tipo.

Destacam-se nesse processo, por exemplo, as novas dimensões sociais dos espaços urbanos, amplamente discutidos enquanto lugares, ambientes de (re) produção e vivência cotidiana. Reflexo das peculiaridades que norteiam o modo de vida contemporâneo e cujos significados da sua redefinição encontram relevante fundamentação - aqui incorporadas -, são as análises desenvolvidas por Fani Alessandri Carlos (2001) quando enfatiza que:

“[...] os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferentemente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território” (Fani Carlos, 2001:11).

Vemos, pois, que se trata de um processo de mudanças dos espaços, da sua forma de ocupação anteriormente conhecida, mudanças que, impulsionadas com a disseminação dos paradigmas inerentes à reestruturação produtiva, foram intensamente vivenciadas nos países capitalistas centrais, em fins dos anos de 1970, dinâmica que a partir da década de 1980 alcançou maior visibilidade e cujos ventos passaram a soprar no Brasil dos anos 1990.

O ABC paulista foi a região que vivenciou profundas transformações econômicas, sociais e políticas por ter sido o berço da primeira “geração” das indústrias automobilistas instaladas no Brasil a partir do período JK. Decorrente desse “modelo” de desenvolvimento se ergueu uma determinada forma de ocupação espacial urbana que, centrada nas necessidades da indústria monopolista, converteu a região no *locus*, no espaço privilegiado de reprodução da vida social, tal qual veremos no segundo capítulo².

Contudo, em fins do século XX e início do século XXI, no bojo da disseminação do complexo da reestruturação produtiva propriamente dita, como parte do mesmo movimento de *complexificação do proletariado*, conforme salientou Antunes (1997), a região também se metamorfoseou, passou por intensas transformações sintonizadas com tendências gerais, indicativas das peculiaridades das novas formas de acumulação flexível do capital.

Foi nesse contexto que, além do fechamento da Ford motores (1991), o ABC assistia um processo de demissão em massa no setor. No conjunto das montadoras foram demitidos mais de cinco mil trabalhadores: de 57.939 operários no ano de 1990, houve uma diminuição para 52.959 em 1992. Tal redução refletiu-se imediatamente na cadeia produtiva, desencadeando um total de 46.564 novas demissões entre os metalúrgicos do

² A Região do Grande ABC é formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

ABC (Dieese subseção ABC, 2000). Em 1987, o Brasil havia exportado 346 mil veículos, e em 1991 esse volume despencou para 193 mil (Anfavea,1995:22)³.

Para discutir alguns resultados e apresentar novas possibilidades e alternativas, estudos desenvolvidos por José Ricardo Ramalho (2005) e Luís Paulo Bresciani (2004) procuram analisar o duplo movimento de fechamento/abertura e de deslocamento industrial. Seus impactos no desenvolvimento de cidade (s) e (ou) região (s), bem como suas implicações no planejamento, organização, gestão-uso do espaço urbano e na correlata abertura de novos canais de participação que, a exemplo da Câmara Regional do Grande ABC, instituída em 1997, fosse capaz de incorporar a sociedade civil organizada no processo de tomadas de decisões.

Todavia, cabe assinalar que as formas de rearranjos sociais propostos por Ramalho (2005) e Bresciani (2004), caracterizados pela busca do equilíbrio entre produção/regulação/desenvolvimento, ainda que incorporando temas relevantes, como a redefinição e o uso do espaço urbano, meio ambiente, habitação, saúde, segurança, etc., decisões tomadas a partir da co-gestão envolvendo capital, trabalho e sociedade civil, parecem-nos incapazes de serem disseminadas enquanto “padrão” ou “mecanismo” social

³ Sobre os impactos sociais relacionados aos efeitos do possível processo de desertificação industrial em regiões idênticas ao ABC paulista, ver o sugestivo filme/documentário de Michel Moore, intitulado Roger e EU (Roger and me, EUA-1989). Roger Smith, presidente da General Motors, levou a cabo o fechamento da fábrica nº1 localizada na cidade de Flint – Estado de Michigan. Foram demitidos mais de 40 mil operários e a cidade entrou em colapso, mergulhou num profundo caos social. Sua rede de comércio e serviços sofreu falência, contribuindo para o aumento das taxas de alcoolismo, suicídio, violência urbana, ações de despejos de antigos operários, crise na saúde pública etc,. Esse fantasma assombrou a região do ABC no início dos anos de 1990.

de “regulação”, de forma que respondam à complexidade dos dilemas sociais contemporâneos, em toda a sua amplitude.

Mais ainda, tudo indica que esse tipo de políticas “públicas/privadas/comunitárias” se assenta num forte caráter seletivo, pois a possibilidade real para sua efetivação encontra-se restrita. Essas políticas concentram-se basicamente nos centros econômicos desenvolvidos ou em desenvolvimento, como áreas, regiões ou cidades com elevada quantia de capital já investido, ou de possibilidades para investimentos com enorme potencial de retorno, tal qual se caracterizam as regiões do ABC paulista e Sul Fluminense.

Ou ainda, em regiões com notória capacidade de se exercerem, negociando com e a partir do poder público, algumas contrapartidas com base no atendimento às novas necessidades de acumulação do capital. Quem sabe, talvez essa seja a razão pela qual não se ouve falar da existência ou do sucesso da “Câmara de Desenvolvimento Regional do Vale do Jequitinhonha”, ou da “Câmara de Desenvolvimento Regional de Jequié e sul da Bahia”.

Dessa forma, limitados aos centros econômicos mais desenvolvidos, esses acordos assentados na argumentação da necessidade de contraposição à possibilidade de colapso das cidades, tendem a se conformar em práticas cujas respostas correspondem, inclusive, sob alguns aspectos, à “funcionalidade” necessária à reprodução da ordem social do capital, que, procurando construir um consentimento social e extrapolando o universo fabril,

seja capaz de envolver e mobilizar os operários/colaboradores, a comunidade, a região ou a cidade, e o poder público, em prol dos seus objetivos.

A favor desse argumento, com o intuito de mostrar o conteúdo ideológico contido no metabolismo social expresso pelas novas práticas sociais correlatas ao trabalho flexível (Alves, 2007), recorreremos ao que nos informa a empresa aqui analisada no seu encarte mensal intitulado “Nós” nº 6. de janeiro de 2008. Nele encontramos a seguinte matéria, intitulada “Ajuda Mútua”:

“Com o trabalho de assistência à comunidade carente, na doação de roupas, alimentos, a Federação Espírita do Estado de São Paulo – FEESP assiste cerca de seis milhões de pessoas por ano. Lá são realizados projetos que beneficiam pessoas com problemas de alcoolismo, moradores de rua, entre outros. Voluntário há 12 anos [nome do operário] trabalha na equipe de orientação familiar” (Nós, 2008: 05).

Logo após informar, a matéria fecha com “chave de ouro”, no momento em que o referido colaborador/voluntário finaliza seu depoimento:

“Quando desenvolvemos estes trabalhos, as pessoas me ajudam mais do que sou capaz de ajudá-las. Elas têm um grande coração e passam lições incríveis de cooperação. O prazer de dar conforto a quem precisa não tem preço” (Nós, 2008:05).

Reveladora é a linguagem utilizada para expressar seus atos e sentimentos quando o entrevistado recorre às expressões como: “trabalho”, “cooperação”, ou ainda: “Elas têm um grande coração e passam lições incríveis” (Nós. p.05).

Ou seja, assimilando o conteúdo pedagógico presente na tese do saber “aprender - a – aprender” (Duarte, 2003), nas palavras do operário

revela-se, de forma nítida, a incorporação dos princípios do trabalho flexível, que, se expandido para além do universo da fábrica, encontram-se subsumidos, por exemplo, nas práticas sociais “voluntárias”.

As aspas se explicam pelo fato de que, sendo as ações voluntárias um importante quesito daquilo que a empresa define como sendo parte de um “bom perfil” profissional, de certo modo estando vinculado ao princípio da empregabilidade, fica prejudicado um entendimento mais apurado da real motivação que conduzem esses operários para o desenvolvimento desses tipos de ações. É interessante notar que, em seus depoimentos, alguns operários nos informaram sobre os tipos de trabalhos voluntários que realizavam periodicamente.

Em geral referiam-se aos vários colegas da fábrica que participavam dos programas de voluntariado oferecido pela empresa junto a comunidades carentes. Havia, ainda, aqueles que desenvolviam atividades “espontaneamente”. Assim, fomos informados sobre operários-engenheiros que lecionavam aulas de reforço escolar voluntariamente para alunos da rede pública, em áreas como matemática, física e química; outros que lecionavam língua portuguesa em cursinhos gratuitos; operários que reformavam bibliotecas municipais, asilos, orfanatos (projeto “mão na massa”); os que arrecadavam roupas, alimentos e até dinheiro para serem doados aos “mais necessitados”.

Neste contexto surgem novas questões, por exemplo: qual o “combustível” dessas suas ações? Suas atitudes refletem a incorporação de

princípios cristãos de solidariedade? Estariam com receio de perder o emprego? Essas ações revelam lampejos de iniciativas fundadas na solidariedade de classe, ou seria tudo isso e muito mais, ao mesmo tempo?.

Parece-nos que, independentemente dessas múltiplas facetas, fato é que o capital encontra-se no comando. Reveladora é a mensagem encontrada no site da empresa informando que “em 2003, a [empresa pesquisada] incluiu em suas metas empresariais o desenvolvimento da sociedade e criou um Comitê responsável pela adoção de uma política de Responsabilidade Social” (Nós, 2008: 10).

Após informar, é sugestiva a definição apresentada do que venha a ser a responsabilidade social, na ótica da empresa, do capital:

“A responsabilidade social desempenha um importante papel para o sucesso a longo prazo da [nome de empresa] do Brasil. Esta é uma consciência também de nossos acionistas, parceiros de negócios, clientes e empregados. A [nome da empresa] do Brasil segue os princípios de Responsabilidade Social adotados pelo Grupo em todo o mundo. A prática da responsabilidade social e o estímulo ao voluntariado são objetivos corporativos e parte integrante das Metas Empresariais, o que reforça o compromisso da empresa com o desenvolvimento da sociedade. **Reconhecer esta responsabilidade, entretanto, requer que nós sejamos competitivos e assim permaneçamos no longo prazo** (grifo nosso). Assumir a responsabilidade social da empresa é indispensável para um gerenciamento empresarial baseado na geração de valor sustentável para a empresa e para a sociedade” (Nós, 2008: 10).

Vê-se que, para além das palavras, as ações da empresa dizem muito, demonstram que “a matéria prima do *marketing* é a mente humana, pois [...] volta suas atenções para a importância das relações públicas, que têm

como um dos seus objetivos promover a publicidade da marca de forma “não paga, através da veiculação de notícias reais na mídia [...] uma nova marca deve ser capaz de gerar publicidade favorável na mídia ou não terá uma chance no mercado” (Fontenelle, 2002: 261).

Visto assim, é preciso destacar que os estudos de Bresciani (2004) e Ramalho (2005), renomados pensadores e difusores de alguns dos pressupostos teóricos da “*concertação social petista*”⁴, permitem-nos atentar para o fato de que, como parte do movimento da acumulação, emerge um conjunto de problemáticas relevantes à compreensão da nova forma de ser “produtiva expandida” do capital, que, transcendendo o interior da fábrica, interpenetra o conjunto da vida social.

⁴ Se optássemos por desenvolver alguns dos aspectos teóricos/históricos/sociais relacionados à temática da “concertação social petista”, correríamos o risco de perder o foco do objeto aqui analisado, por isso nós não optamos por esse caminho. Ver: De Mauro Luiz Iasi: *As metamorfoses da consciência de classes: o PT entre a negação e o consentimento* (2006). Ou, de Francisco de Oliveira, *A Era da Indeterminação* (2007), e ainda, do mesmo autor: *a Crítica à razão dualista: o ornitorrinco* (2003).

1.1 Espaço urbano e cotidiano

Seguindo a mesma linha de raciocínio, de modo a compreender melhor o que foi exposto até aqui, recorreremos novamente a Ana Fani Alessandri Carlos (2001), que, ao debruçar-se sobre as novas dimensões, redesenhos e ocupações do espaço urbano contemporâneo, fornece-nos algumas das pistas, dos traços que, relevantes, são cruciais ao entendimento dessa nova dinâmica social/produtiva/geo-espacial aqui indicada, dessa lógica expansiva de re-ocupação e ampliação dos espaços pelo capital.

Ao analisar as transformações recentes das cidades, das mudanças nos espaços urbanos consolidados quando da expansão da grande indústria taylorista/fordista, temos a indicação de que tal processo acompanha o movimento de acumulação e condiz com as novas necessidades dos grupos transnacionais em expandir/completando o circuito composto pelas esferas da produção-circulação-consumo. De forma instigante, a autora nos mostra que:

[...] “Neste contexto, se pode dizer que a metrópole aparece, hoje, como manifestação espacial concreta do processo de constituição da sociedade urbana, apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre Estados, na expansão do mundo da mercadoria [...] no momento atual a realidade urbana se generaliza em um processo conflituoso e contraditório, que engloba as esferas da reprodução social” (Fani Carlos, 2001: 31-32).

Vemos, portanto, que as questões analisadas por Fani Carlos são relevantes porque procuram associar o processo das mudanças ao nível macro (Estado, economia, fronteiras nacionais, centros de comando, etc.) e às novas

formas de ocupação dos espaços urbanos, pois, “a competição intercapitalista e a fluidez do capital-dinheiro com relação ao espaço também forçam racionalizações geográficas em termos de localização, como parte da dinâmica da acumulação” (Harvey, 2006:214).

Trata-se de uma tendência composta por múltiplas dimensões, que refletem, repercutem e se desdobram na “instauração do cotidiano”, um processo intrínseco às formas da acumulação flexível contemporânea, cujas “profundas e rápidas transformações em suas formas ocorrem concomitantemente com uma profunda transformação da vida cotidiana, que agora constitui paisagem em metamorfoses” (Fani Carlos, 2001:30).

A foto estampada na capa do livro *“Crítica à razão dualista: o ornitorrinco”* (2003) de Chico de Oliveira não é casual. Ao contrário, a imagem da favela contrastando com os prédios localizados no outro lado do rio Pinheiros - a Avenida Luís Carlos Berrini -, expressa as contradições no uso do espaço urbano, mesmo em regiões como essa, que, recentemente eleita símbolo do novo centro financeiro, revela a faceta da “nova cidade”, particularmente da zona sul paulistana, convertida de pólo industrial em região de serviços.

Dinâmica indicadora das inúmeras mudanças ocorridas nessa parte da cidade, a partir de 1990, é o processo impulsionador do abrupto fechamento de importantes fábricas metalúrgicas, como Caterpillar, Villares, Metal leve, Caloi, Alfa-laval, Metal Yanes, Durr, Amortex, etc..., com profundos impactos em outros ramos de atividades: químico, plástico e de alimentos.

Em seus lugares, os espaços “vazios” deixados foram sendo gradativamente ocupados por shopping centers, concessionárias de automóveis (principalmente as orientais e francesas), modernos postos de gasolina com suas lojas de conveniências, entre outras atividades vinculadas ao setor de serviços.

Nesse processo de mudanças, de esvaziamento e ocupação dos espaços, merece destaque o Santuário Terço Bizantino, fundado pelo Padre Marcelo Rossi ainda nos anos de 1990. Localizado onde antes funcionava a empresa metalúrgica Bekun - a empresa chegou a empregar até 5 mil operários -, ao reunir milhares de fiéis de todo o Brasil atraía, inclusive, um expressivo contingente de operários desempregados/desesperados da região.

Talvez por ironia da história, contrastando com as práticas religiosas difundidas pelo padre/ícone da Renovação Carismática, nesse mesmo período emergiu o grupo de rap Racionais Mc's, que, com seu CD intitulado “*Sobrevivendo no inferno*” foram capazes, e ainda são, de atrair sobretudo o segmento jovem da periferia e dialogar com ele, lotando praças públicas, ginásios esportivos, escolas, centros comunitários, etc., não para fazer prece, mas, como dizia Mano Brown: “*vamos fazer festa e protestar*”.

Desse CD destaca-se a letra da música “Capítulo 4 Versículo 3”, que, narrando a explosão da violência na periferia paulistana, procurou percebê-la como um processo, uma espécie de reação/delinquência desordenada resultante das mazelas impostas por aquilo que denominam genericamente de “o sistema”. Eis, logo abaixo, alguns dos seus versos:

[...] “eu tenho uma missão e não vou parar, meu estilo é pesado e faz tremer o chão, minha palavra vale um tiro eu tenho muita munição, na queda ou na ascensão minha atitude vai além, e tenho disposição pro mal e pro bem, talvez eu seja um sádico, um anjo, um mágico, juiz ou réu um bandido do céu, malandro ou otário, padre sanguinário, franco atirador se for necessário/revolucionário, insano ou marginal, antigo e moderno, imortal, fronteira do céu com o inferno, astral imprevisível, como um ataque cardíaco no verso, violentamente pacífico, verídico. Vim pra sabotar seu raciocínio, vim pra abalar seu sistema nervoso e sanguíneo”.

Por sugerir uma reflexão crítica acerca das formas de sociabilidade contemporânea, fundamentalmente nos grandes centros urbanos, é interessante notar a “fúria” suscitada pela revista *Veja* em relação ao grupo. A malsinada matéria de 02/09/2007, de Reinaldo Azevedo, intitulada, “Por que um certo Mano Brown é superior a Cristo”, dizia:

“Falemos um pouco sobre a glorificação da violência e da chamada cultura da periferia. É claro que eu nunca ouvi um troço chamado Racionais MCs. Nem vou ouvir. Ah, pai autoritário que sou, também não permitiria que minhas filhas ouvissem em casa. Podem ouvir fora? Não tenho como controlar. Com o meu assentimento, não. Já me basta o que volta e meia sai na mídia sobre esses pensadores. A *Ilustrada*, da *Folha*, traz hoje uma reportagem sobre o lançamento de um DVD do grupo. Um deles, o *rapper* Ice Blue, afirma: “A gente se vê como um movimento de guerrilha, e é isso o que queremos preservar”.

Ainda que a declaração tenha incomodado nosso colega jornalista, o que vale mesmo ser ressaltado é que a arte, graças a sua essência, é autoconsciência, é a memória da humanidade, conforme enfatizou Agnes Heller (1989). A possibilidade real de suspensão do cotidiano por meio da arte

nos permite questionar, tensionar as agudas contradições sociais que emergem do redesenho do espaço urbano industrial-tradicional.

É por isso que em muito contribui o estudo de Regina Maria P. Meyer (2000) quando procura apreender alguns aspectos dessas tendências recentes, seus fundamentos e significados, caracterizando as atuais configurações das anteriores cidades industriais ou “metrópoles modernas”, agora convertidas em “metrópoles contemporâneas”.

Expõe a dinâmica segundo a qual tais transmutações não reduzem a forma de ser “arquitetônica” das cidades em espaços geográficos meramente receptores-reflexos, mas como um processo que apresenta novas peculiaridades, coadunadas com as formas de acumulação do capital à época do trabalho flexível, pois, segundo a autora,

[...] “é correto afirmar que sua organização física (da cidade) responde a exigências de todo tipo: econômica, funcionais, simbólicas, estratégicas e outras, todas elas impostas pelo sistema produtivo que, desde a emergência da *metrópole moderna*, não abandonou seu incessante “*impulso renovador*” [...] o “*impulso renovador*” se tornou a essência da própria dinâmica metropolitana. Converteu-se numa dimensão observável e analisável, na medida em que se materializou no padrão de *modernização* imposto pela pressão de um crescimento sem trégua exigido pelo capitalismo industrial [...] alcançando no final do século XX uma nova fase de seu percurso. A materialização de novos padrões de *modernização* oferece hoje uma face nova à metrópole” (Meyer, 2000:04-05).

Ou seja, trata-se de um movimento que, na sua múltipla processualidade, redesenha determinadas localidades, cidades ou regiões, numa dinâmica que, conforme salientamos, acompanha as novas formas de

acumulação, processo inerente à reestruturação produtiva, pois sua disseminação implica (re) construir novos espaços, que, acompanhando as determinações do seu uso pelo capital, ampliam e redefinem os ambientes de vivência cotidiana.

Como parte das transformações urbanas, é salutar buscar compreender a cotidianidade do *jovem-adulto flexível* relacionando sua vivência às mudanças ocorridas nos espaços/territórios da região do ABC nestes últimos anos, “um desdobramento lógico da premissa que sustenta a metrópole ser *expressão* e não *reflexo* do modo de produção [...] a metrópole antes como um poderoso agente das transformações no interior do próprio sistema capitalista” (Meyer, 2000:04).

1.1.2 Um “novo” ABC

Em consonância com a tese de Meyer (2000), é fundamental assinalar que, como parte do novo redesenho, acompanhando as recentes reformas do espaço urbano, além de novas e amplas avenidas a região do ABC conta hoje com uma notável rede de shopping centers e possui quatro destacadas universidades, entre as quais três públicas: USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Uni-ABC (Universidade Federal do Grande ABC), FSA (Fundação Sto André) e FEI (Faculdade de Engenharia Industrial). Esta última, mesmo que particular, goza de enorme prestígio em face do reconhecimento dos cursos oferecidos nas diferentes áreas das engenharias.

Conta ainda com inúmeras escolas técnicas, tanto públicas quanto escolas privadas, cursos oferecidos pelo Sistema “S” (Senai, Senac, Sesi) e uma rede extraordinária formada por escolas de informática ou línguas estrangeiras bastante freqüentadas pelos operários da empresa aqui analisada. Refletindo esse processo de reconfiguração do espaço urbano, particularmente da expansão do setor de serviços, é revelador do novo perfil social dos habitantes encontrados na região ABC, segundo nos informa Iram Rodrigues (2005):

“O Grande ABC é uma das regiões mais ricas do país. Sua renda *per capita*, medida em dólar, era de 13.054 em 2000. Apenas para efeito de comparação, a renda *per capita* brasileira é de 3.620 dólares, ao passo que no estado de São Paulo ela é de aproximadamente 6 mil dólares e na região da Grande São Paulo, de cerca de 6.400 dólares; a renda *per capita* na região do ABC é

maior que a da Espanha (12.209) e um pouco inferior à do Reino Unido (14.170). Além disso, o Produto Interno Bruto dos municípios que compõem o Grande ABC é superior ao PIB individual de dezenove estados da federação” (Iram Rodrigues, 2005:4)⁵.

Portanto, uma vez que a cidade se transforma, para melhor compreendermos alguns aspectos desse processo relativo aos significados da “metrópole contemporânea” enquanto ambiente de vivência do *jovem-adulto flexível* faz-se oportuno recorrermos à contribuição de Rita Velloso (2005), particularmente, à sua definição de “arquitetura” apresentada no estudo “De interfaces tecnológicas e rascunhos de experiências”:

“[...] graças à compreensão das partes constitutivas de um objeto arquitetônico, alcançada por meio do movimento do corpo que explora o espaço físico, conforma-se para o habitante uma situação que cumpre papel sintético de estruturar a experiência subjetiva, na qual a motilidade é responsável por conferir à arquitetura não apenas *status de medium*, mas também de componente estruturante de identidade e permanências. Neste raciocínio, a arquitetura somente se efetivaria, ou se tornaria real, na performance, isto é, quando uma ação fosse desempenhada no lugar. Tem-se, aqui, uma definição de arquitetura a partir do seu efeito, cunhada na interseção entre o individual e o particular, isto é, arquitetura como espaço habitado, como situação da vida cotidiana em que os gestos traduzem o aprendizado de um comportamento e a familiaridade espacial que se adquiriu” (Velloso, 2005:4).

⁵ O indivíduo que segue do centro de São Bernardo do Campo rumo à cidade de Santo André, seguindo pela Avenida Pereira Barreto, recentemente ampliada, na entrada da cidade irá se deparar com a enorme fachada do majestoso, imponente e moderno Shopping Metrópole. Como que alçado à condição de cartão postal, é uma espécie de “Arco do Triunfo”, Portão de Brademburgo da cidade, pois do principal acesso de SBC sentido Santo André as pessoas são obrigadas a passar por ele. Luís Paulo Bresciani, Secretário de Desenvolvimento e Ação Regional da Prefeitura de Sto André, em entrevista concedida para nós em novembro de 2006, informou-nos que a região do ABC, após os impactos da abertura econômica no início dos anos de 1990, transformou-se na segunda maior região consumidora do país.

Na abordagem acima destaca-se a importância do esforço teórico da autora em definir a “arquitetura” que, para além das formas e estilos propriamente ditos, enfatiza a idéia de uma “arquitetura” que se constitui, de fato, com base na relação social.

Daí sua preocupação em destacar os lugares como sendo parte (s), do (s) ambiente (s) em que os indivíduos não só se relacionam, mas os espaços do cotidiano em que também possam, interagindo, endossar, ou ainda recusar, repelir os conteúdos que lhe são apresentados nesses diferentes “espaços/territórios”.

Trata-se de aspectos que, também ideológicos, encontram-se subsumidos nas relações sociais e conformam sua tessitura, pois são processos intrínsecos ao modo de vida em espaços urbanos. Tal ideologia é aqui entendida a partir da conceituação dada por Terry Eagleton (1997), que assim a define:

“[...] como processo material geral de produção de idéias, crenças e valores na vida social [...] idéias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo [...] promoção e legitimação dos interesses de tais grupos sociais em face de interesse opostos [...] promoção e legitimação de interesses sociais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social dominante [...] idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante mediante, sobretudo, a distorção e a dissimulação [...] as crenças falsas ou ilusórias, considerando-as, porém, oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da

estrutura material do conjunto da sociedade como um todo” (Eagleton, 1997:38-40).

Na esteira dessa definição, dos significados relacionados ao conceito, fugindo às armadilhas “esquemáticamente ideologizantes”, a busca pela precisão conceitual deve incorporar o pressuposto teórico totalizante, no qual:

“A produção de idéias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc., de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de idéias e assim por diante, mas os homens são reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio a que ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência não pode ser outra coisa, não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico” (Marx, 2007: 93-94).

Ao encontro dessas premissas analíticas acima enunciadas, no esforço de apreender o conteúdo ideológico apresentado nos “espaços/territórios”, temos que a interpretação de Henri Lefèbvre (1999) preconiza a essencialidade da “arquitetura” urbana, das suas contradições e seus significados como sendo um processo subordinado ao conjunto das relações sociais, aos processos que dialeticamente compõem o conteúdo e a forma, traduzem o sentido sócio/histórico das relações cotidianas nas cidades.

Para Lefèbvre (1999), o entendimento dos significados do urbano, das suas formas, e pressupõe compreender o conjunto dos elementos formados pela mentalidade, a simultaneidade e o social, aspectos que, na sua totalidade, definem, mas também são definidos em face das inúmeras contradições que permeiam as relações sociais.

Ou seja, em Lefèbvre (1999) a definição de “arquitetura urbana” transcende a idéia restrita de espaço enquanto forma geométrica ou ocupação/construção dos espaços, aspectos estritamente estéticos ou arquitetônicos *stricto sensu*, da estrutura e da disposição física do espaço percebido em si mesmo.

Dessa forma, ao conceber a vida cotidiana como sendo algo que se materializa nos novos, porém demarcados, espaços de vivências, Lefèbvre (1999) subordina o conteúdo-essência dos espaços ao processo de acumulação do capital, que tem no trabalho flexível sua forma hegemônica. Com base nesse pressuposto e nas constatações advindas da nossa pesquisa

de campo, temos então que a “arquitetura”, enquanto lugares de vivência do *jovem-adulto flexível*, constitui-se em espaços claramente definidos pelas novas necessidades do capital.

Com o objetivo de buscar ilustrar um pouco melhor esses novos “espaços/territórios”, nós os definimos como sendo o lugar das convivências “impostas” (aquelas que se dão no interior da fábrica) ou “espontânea/condicionado” (escolas, universidade, família, vida afetiva, relação com os amigos, etc). Processo marcado pela permanência/superação/reconfiguração das relações sociais que contém elementos de racionalidade/irracionalidade, constrói/desconstrói, promete/descumpre a possibilidade de emancipação humana; por isso, estão na base da construção identitária do *jovem-adulto flexível*.

É por isso que, conforme temos salientado, o conteúdo ideológico subsumido nas práticas que configuram o trabalho flexível, ao expandir-se para além da fábrica, procura construir o envolvimento/comprometimento total dos operários e da sociedade com a empresa. Sob tais circunstâncias é que se constitui um novo “metabolismo social da reestruturação produtiva do Capital”, tal qual salientou Alves (2007).

Como parte desse novo metabolismo social parece haver uma espécie de “convivência imposta”, aquela relativa à cotidianidade e que, tecida inicialmente no interior da fábrica, tem seus mecanismos - conjugando coerção/comprometimento - mais visíveis. Mais à frente, momento em que

analisaremos a reestruturação da fábrica aqui pesquisada, em consonância ao que já foi anteriormente indicado, esse processo ficará bem mais nítido.

Já, em relação às formas “espontâneas/condicionadas”, essas dizem respeito ao dia a dia do operário, momentos em que suas atitudes, ações, linguagens, ainda que fora do ambiente fabril, reproduzem alguns dos significados ideológicos introjetados pelo capital.

Com isso não queremos “reinventar a roda”, mas, considerando que “a reificação rompe a unidade entre sujeito e objeto, produtor e produto, espírito e matéria” (Goldmann,1979:144), trata-se de uma tentativa nossa de procurar precisar as peculiaridades que caracterizam as diversas formas de manifestação da “reificação” no mundo contemporâneo, particularmente da sua manifestação em relação ao operário *jovem-adulto flexível*.

Ainda, de acordo com Goldmann (1979), o conceito de “reificação”, elaborado a partir da teoria do valor de Marx, desdobra-se nas diversas formas de “fetiche”, cuja forma, mercadoria - a célula “mãe” da sociedade do capital -, sintetiza os distintos momentos que, históricos, determinam os diferentes conteúdos das relações sociais fetichizadas.

Essa “descoberta” realizada por Marx firmou-se como pressuposto teórico/crítico essencial exhaustivamente discutido no livro I. V.I⁰, particularmente no capítulo intitulado “O Processo de Produção do Capital: mercadoria e dinheiro”, conforme nos informa José Paulo Neto (1981).

No transcorrer de nossa exposição, ainda neste primeiro capítulo, desenvolveremos algumas questões que, compreendidas a partir do conceito

de reificação, tornem possível, concomitantemente à análise do objeto pesquisado, trazer elementos elucidativos que, referentes a essa problemática, possibilitem-nos transcender à mera discussão filosófica. Com isso, sem perder a “objetividade” das contradições que cercam o objeto aqui pesquisado, numa clara alusão à Marx, acreditamos estar incorporando o pressuposto de que as idéias partem da terra para o céu, e não o seu contrário.

1.2. O jovem-adulto flexível: operário de “sucesso”

Com base nas reflexões desenvolvidas por Agnes Heller (1989), a cotidianidade é insuprimível, é parte constituinte e insubstituível da dimensão da história humana. Ao mesmo tempo, é no âmbito da vida cotidiana que a imediatividade converte o “útil” em “verdadeiro”, pois os critérios adotados na definição das prioridades em nosso cotidiano, via de regra, são determinados pela sua praticidade, por sua funcionalidade, capaz de mobilizar os homens ainda que premidos pelas “escolhas objetivas”, ou, dito de outra forma, pelas contingências inerentes à cotidianidade.

Sob o domínio das relações sociais correspondentes às formas de sociabilidade inerentes à sociedade do capital, não só sua atividade vital (o trabalho) vê-se convertida em fardo conforme indicou Karl Marx (2004), mas a própria “satisfação” de suas necessidades calcadas em ações imediatas e fetichizadas, por fim, desnudam que a “objetivação” realizada no âmbito do nosso cotidiano é negadora do humano-genérico (do homem pleno *“em si - para si – e para espécie humana como um todo”*), pois suas ações cotidianas voltam-se, antes de tudo, às necessidades de reprodução do indivíduo enquanto força de trabalho.

Nesse caso, o cotidiano se apresenta como o momento em que o sentido da existência humana vê-se negado, posto que se encontra subordinado à lógica da acumulação:

“A vida cotidiana é a vida de *todo* homem [...] é a vida do homem por *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua

individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas suas habilidades se coloquem em funcionamento determina, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fluidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absolver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade (Heller, 1989:17-18).

Conforme temos procurado indicar, com base na análise de Agnes Heller (1989) vemos que a imediatividade exerce em nosso cotidiano um papel fundamental, uma vez que é a expressão de uma força social (do capital) capaz de nos fazer mover, ainda que no sentido de encontrar “solução” para problemas contingentes relacionados à realidade objetiva.

É por isso que, refém das exigências da sua reprodução enquanto força de trabalho, a forma alienante da sua existência tende a acentuar um processo de eterna irrealização expressa numa vida sem “vida”, vida carente de significados, negadora do homem enquanto humano-genérico.

De forma correlata, o indivíduo da nossa cotidianidade é o indivíduo cuja existência se apresenta de forma *cindida*, na qual o sentido da vida em toda sua plenitude encontra-se negado, uma vez que se subordina à moderna divisão do trabalho.

Com isso, à época do trabalho flexível contemporâneo, em que pese suas particularidades recentes, não se rompe, mas ao contrário se reafirma em outros moldes a essência alienante historicamente calcada na cisão entre

produtores/produto, no constante aumento da produtividade, na retenção concentrada da riqueza social sob o auspício das novas técnicas de gestão de pessoal, que, necessárias ao capital, serão discutidas com mais acuidade no próximo capítulo, quanto ao momento de reestruturação da fábrica e de gestação do *jovem-adulto flexível*.

A partir desses pressupostos teóricos previamente enunciados é que procuraremos indicar alguns dados estatísticos relevantes, necessários mesmo à definição do perfil social desse novo segmento operário. Para tanto nos apoiaremos nas informações trazidas por Iram Rodrigues (2005) quando da sua pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos jovens metalúrgicos com até 29 anos de idade, empregados nas indústrias montadoras localizadas na região do ABC paulista. Vejamos, então, a tabela que segue:

TABELA 16			
<i>Bens de consumo</i>			
	Faixa etária	30 anos ou mais (%)	Até 29 anos (%)
BENS DE CONSUMO			
Geladeira		99	100
Rádio		98	100
Televisão		98	97
Telefone fixo		96	99
Máquina de lavar roupa		94	93
Carro		81	93
Videocassete		82	87
Telefone celular		52	77
Forno de microondas		71	75
Computador		48	66
Internet		35	55
DVD		15	32
TV por assinatura		21	22

Tabela elaborada por Iram elaborada por Iram Rodrigues.

De imediato, os números são indicativos do quanto esse segmento metalúrgico, incluindo os operários antigos, possui um excepcional poder de compra, uma possibilidade ímpar de aquisição de diferentes bens de consumo, inclusive os bens de consumo duráveis, como o automóvel (93%), ou ainda serviços como telefone fixo (99%), computador (66%) e internet (55%). Os dados referentes ao setor de serviços não só despontam, mas também, são elucidativos do poder de compra do segmento *jovem-adulto flexível*⁶.

De forma a complementar as informações trazidas em relação ao perfil do *jovem-adulto flexível*, particularmente do seu “sucesso” como consumidor de novos produtos e serviços, relevantes à compreensão desse segmento jovem-adulto empregado nas montadoras localizadas na região do ABC são relevantes os novos dados referentes a outros itens trazidos pela mesma pesquisa, realizada por Iram Rodrigues (2005).

Seu estudo indica-nos ainda que 66% nasceram no ABC e 25% na capital paulista. 59% são solteiros e 39% encontram-se vivendo maritalmente. 68% dizem não ter nenhum filho e 22% possuem somente um. 66% se dizem católicos, 9% pertencem à Assembléia de Deus e 13% afirmam não ter religião.

⁶No estudo realizado pelo Antropólogo Jonatas Dornelles (2004), intitulado “Antropologia e internet: quando o campo é a cidade e o computador é a rede”, o autor informa que: “[...] a informática já está banalizada. Quando me refiro a ela como banal, estou me referindo antes à difusão de sua idéia do que à sua penetração nos diversos estratos sociais [...] de maneira geral, os dados revelam que a maior parte dos usuários de computadores/internet é composta por pessoas com médio e alto poder aquisitivo [...] No Brasil um aparelho novo é vendido em média, por 1.500,00 reais [...] ainda não é uma tecnologia que atingiu as massas na forma de bem de consumo, tal qual já aconteceu com a televisão e, muito antes, com o rádio” (Dornelles, 2004:02).

Nota-se, portanto, que os dados da pesquisa de Iram Rodrigues (2005) corroboram sobremaneira na definição do perfil social, e mais, do perfil comportamental desse grupo quando os índices apresentados são vistos em conjunto. Constatamos, pois, que residem em regiões que contam com uma reconhecida infra-estrutura urbana, o que lhes permite usufruir da ampla rede de serviços públicos ou privados. São majoritariamente religiosos (87%), na sua ampla maioria são solteiros, e dos 22% casados, a maior parte tem um filho somente.

Chama-nos a atenção ainda o fato de que mesmo 75% dizendo-se cristãos, não tenham aplicado o princípio religioso que prescreve: “crescei e multiplicai-vos”. Todavia, essa questão parece não se explicar pela rejeição dos preceitos divinos em si. O dia a dia desse segmento operário caracteriza-se pela intensa “correria”, um “sobe e desce” desmedido, para não dizer “insano”, um verdadeiro teste para cardíaco ou para a saúde psíquica, conforme veremos.

Com base nesses dados estatísticos apreende-se, portanto, que os metalúrgicos do segmento montador de um modo geral, particularmente os jovens com até 29 anos de idade, têm acesso considerável aos bens de consumo e serviços geralmente restritos a determinados segmentos da população, revelando com isso que são portadores de um modo de vida que é típico de setores que compõem a classe média.

Podemos, ainda, agregar outro dado bastante revelador, importante para a definição do perfil social do *jovem-adulto flexível* aqui pesquisado. Já que, conforme temos afirmado, tal segmento goza de uma condição material - entenda-se capacidade de consumo diferenciada em relação à classe trabalhadora brasileira que só recentemente (via Casas Bahia) passou a ter acesso aos bens de consumo da linha branca (liquidificador, ventilador, máquina de lavar roupas, etc.), essa posição/possibilidade do *jovem-adulto flexível* se explica pela sua condição salarial, deveras bem acima da média verificada no setor metalúrgico, ou mesmo em empresas montadoras localizadas em outras regiões do país.

Todavia, antes de efetuar a comparação salarial entre os metalúrgicos do ABC e os de outras localidades, até mesmo para efeito de contraste, vale a pena demonstrar os dados apresentados na tabela abaixo: são números relevantes, indicadores do nível dos salários recebidos pelos operários de “sucesso” encontrados na região do ABC paulista, propriamente dito:

TABELA 14			
<i>Nível salarial</i>			
	Faixa etária	30 anos ou mais (%)	Até 29 anos (%)
NÍVEL SALARIAL			
Até R\$ 600		1	0
De R\$ 601 a R\$ 1.200		2	8
De R\$ 1.201 a R\$ 1.800		54	50
De R\$ 1.801 a R\$ 2.400		18	19
De R\$ 2.401 a R\$ 3.000		11	17
Mais de R\$ 3.000		14	6
TOTAL		100	100

Fonte: Pesquisa sobre o Perfil socioeconômico dos jovens metalúrgicos com até 29 anos de idade, nas indústrias montadoras do ABC. Tabela elaborada por Iram Rodrigues (2005).

Uma análise fria dos dados, tal qual eles aparecem, torna-se reveladora, pois vemos que, em 2005, 92% dos operários recebiam um salário acima de 1.200 reais. Entre os 8% que recebiam até 1.200 reais, com base em nossa pesquisa de campo, supomos que no caso da empresa aqui pesquisada estejam os adolescentes/jovens que, oriundos da Escola Senai, cumpram estágio remunerado na fábrica, ou então tenham acabado de se efetivar.

Todavia, quando comparado seu valor com o salário mínimo nacional, o *quantum* recebido por essa minoria composta pelos 8% revela que esses recebiam de dois a quatro salários mínimos, que em 2005, era de 300 reais, de acordo com as informações obtidas em 03/2008 no site do Ministério do Trabalho. Porém, a ampla maioria, formada por 92%, recebia o valor equivalente de no mínimo quatro salários.

Contudo, no caso da empresa aqui analisada devemos destacar que a contratação de pessoal para a produção, de acordo com as informações fornecidas pela empresa e divulgadas pelo jornal Diário de São Paulo de 27/02/2008, os novos operários receberiam entre 1.200 a 2.700 mil reais como salário inicial.

Soma-se a isso um conjunto de benefícios sociais (auxílio-estudo, convênio médico, transporte subsidiado, refeição própria e subsidiada, e centro de recreação, etc.), mais as formas de remuneração indireta, como Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Vejamos o que nos disse

Fernando, operário da manutenção, em relação às formas indiretas de salários:

“É um pensamento que eu tento retratar [...] a Comissão tem uma negociação com a empresa que permite que o décimo terceiro, metade seja pago entre março e abril. A primeira parte do PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em junho, a outra parte no final do ano, e mais algum adiantamento entre o ano [...] toda essa negociação a cada três meses, mesmo você não tendo aumento real de salário, mas você tendo mais algum pra gastar, isso é um resultado, não tem como negar! Eu acho que isso é um ponto positivo”⁷.

Ainda que sua realidade seja um tanto diferenciada em relação a uma parcela dos próprios colegas de fábrica - provavelmente do segmento operário que se encontra no início da sua carreira na empresa -, seu depoimento se sustenta, pois tem base real: basta comparar com a realidade salarial de outros operários, empregados em diferentes montadoras fora da região do ABC⁸.

⁷ Fernando nos concedeu esse depoimento em 2002. No mês de novembro de 2007 novamente nos recebeu em sua casa; foi quando nos informou que, somado o que ganha na fábrica mais uma grana extra recebida recentemente, permitiu que hoje (2007) possua dois carros próprios e dois imóveis: um apartamento tamanho médio e uma casa ampla, espaçosa onde mora atualmente. Ao nos mostrar as reformas realizadas, sorrindo ele nos disse: “até contratei arquiteto”. Fernando tem curso técnico e superior, faz pós-graduação, e nas férias viaja de avião em visita a familiares que residem em diferentes estados do Brasil (não nos esqueçamos de que estamos falando de um operário do chão de fábrica com 11 anos de empresa). Ao fim, informou que seu caso não é isolado: “tem muita gente lá na firma que tem chácara ou casa na praia”.

⁸ Para efeito comparativo, Gilberto Franca (2007) informa-nos que, tomando como referência o valor 100, em 2001, tanto nas indústrias automobilísticas já estabelecidas no Brasil quanto aquelas que surgiram no bojo da guerra fiscal, na segunda metade da década de 1990 e início de 2000, encontramos entre os horistas as correspondentes faixas salariais: SBC/S.C.Sul (100), S.J. Campos (96,8), Curitiba (73,1), Sumaré (55,6), Caxias do Sul (53,8), Indaiatuba (53,0), Betim, (48,6), S.J. dos Pinhais (47,7), Resende/P.Real (43,0), Juiz de Fora (41,8), S. Carlos (41,4), Gravataí (41,1), Camaçari (30,4), Sete lagoas (22,8), (Franca, 2007:109-110).

O Boletim Eletrônico de 10/07/2008, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNMCUT, por exemplo, informava que:

“A jornada de trabalho semanal em algumas localidades chegam a ter 4h a mais em relação a outras. [...] o salário médio dos metalúrgicos variam até 4,4 vezes e nas montadoras a diferença salarial nas diversas regiões do país chegam a 3,5 vezes [...] Em média, o metalúrgico que trabalha nas montadoras de São Bernardo do Campo - SP recebe R\$ 3.674,74 em uma jornada média de 40h semanais e um salário/hora que atinge R\$ 20,97. Já o trabalhador que exerce a mesma função em Catalão-GO, recebe um salário médio de R\$ 1.031,92 (que representa 28,3% do salário do ABC; uma diferença salarial acima de 70%) para uma jornada média de 44h semanais, com um salário/hora de R\$ 5,39 [...] Para os trabalhadores das duas regiões retratadas acima, a variação do custo de uma cesta padrão de produtos e serviços são mínimas (11,5%). Enquanto no ABC é necessário desembolsar R\$ 2.723,88 para adquirir a cesta de produtos, em Catalão, gasta-se R\$ 2.410,41. Estes valores, na prática, refletem que enquanto o metalúrgico do ABC teria que gastar 44,05% de seu pagamento e trabalhar 129,88h para conseguir comprar a cesta, o trabalhador goiano precisaria trabalhar 446,89h, gastando o equivalente a 233,58% de seu salário mensal” (subseção Dieese-CNM/CUT).

Além de os dados da pesquisa refletirem essa diferença salarial do ABC em relação a outras regiões, vemos também que o chão da fábrica é, antes de tudo, o espaço, o local onde se materializa, onde se corporifica a essência da relação capital/trabalho. Partindo da premissa de Marx de que a produção capitalista é a produção de mais valia, vemos que:

“[...] esta pressupõe que a jornada de trabalho esteja dividida em trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar-se o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais valia absoluta gira em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais

valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais” (Marx, 1968:585).

Percebemos, pois que, apoiados numa capacidade organizativa ímpar – conforme procuraremos demonstrar no segundo capítulo deste nosso trabalho -, os metalúrgicos do ABC, particularmente da empresa aqui pesquisada, são capazes de encontrar respostas objetivas, aquelas relativas às contingências do cotidiano, no sentido da análise de Agnes Heller (1989).

Esses metalúrgicos, apoiados na sua força, conseguem negociar benefícios e aumento de salários, exigindo a “devolução” de parte das diferentes formas de realização de taxas de mais valia absoluta e relativa, que, conjugadas, constituem um dos “grandes mistérios” do processo de reestruturação produtiva. Por terem essa capacidade, os metalúrgicos do ABC situam-se, particularmente o *jovem-adulto flexível*, numa condição “privilegiada” em relação à classe como um todo.

1.2.1 A (im) potência e a (i) racionalidade da sociedade automobilística

A condição salarial permite que 93% do segmento jovem, conforme indica a pesquisa de Rodrigues (2005), possa literalmente inserir-se na “sociedade automobilística”. Essa inserção não só tende a recrudescer acentuadamente alguns dos fetiches relativos ao mundo da produção de mercadorias, mas também demonstra o novo teor social dessa produção que, agressiva e predatória, é reveladora das formas de manifestação da irracionalidade do capitalismo contemporâneo (Kurz, 1997).

Nesse sentido, como um dado importante para a nossa análise, em visita recente ao site da Abrac (Associação Brasileira das Concessionárias Chevrolet), vimos que seu boletim eletrônico de 01/02/2008, cruzando as informações demográficas do IBGE e os índices de produção da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos), informava que no Brasil existiam aproximadamente 7,5 habitantes para cada veículo.

Para efeito comparativo, temos que entre os metalúrgicos das montadoras no ABC, tomando como referência o índice de 93 %, encontramos 1.07 metalúrgicos para cada veículo, quase um por um; praticamente, todos os operários possuem veículos particulares.

Ou seja, neste item, o segmento *jovem-adulto flexível*, em 2005, possuía um poder de compra 600% acima da média nacional. Porém, se é verdade o fato de que possuem salários bem acima da média no setor, o aumento da produção e da oferta de créditos tem feito com que, no Brasil, haja

certas facilidades de acesso a esse bem de consumo durável, mesmo ainda que em prestações parceladas em até 60, 72 ou 80 meses (sem entrada!). Com isso temos que, depois do futebol, o automóvel foi praticamente alçado à condição de segunda “paixão nacional”.

Quais são alguns dos efeitos sociais relacionados ao processo de “massificação” do automóvel?. Sobre esse aspecto cabe destacar a análise de Kurz (1997), particularmente suas informações relativas aos impactos na saúde da população. São os reflexos da afirmação/imposição da sociedade do automóvel, nos diz o autor:

“[...] segundo o prognóstico da Shell Alemã S.A., devem rodar até o final do milênio, mais do que 500 milhões de automóveis no mundo [...] na Alemanha, como um todo, o número de carros de passeio registrados aumentará para 46 milhões (sem falar nos caminhões, etc.). A mobilização total leva ao absurdo de um engarrafamento total. O automóvel se torna um auto-estático [...], porém, não apenas o trânsito, mas também, como sabemos, o homem e a natureza, se asfixiam. Destruição da floresta, buraco de ozônio, catástrofes de enchentes ou falta de água, destruição do clima ou novas doenças: o crescente processo de destruição ecológico. Um estudo do Instituto de Medicina para Higiene Ambiental de Düsseldorf e do Instituto de Higiene e Medicina de Trabalho de Aachen comprovou que os alunos do primeiro ano primário nos centros de aglomeração urbana possuem uma concentração alta de benzol no sangue e sofrem de funções pulmonares deficientes e elevada propensão alérgica. Os causadores são os gases do escapamento dos carros [...] segundo medições realizadas em amostras “à altura do nariz das crianças”, a poluição atinge principalmente os baixinhos. **Mas nem dos seus próprios filhos os empreendedores têm a mínima pena. Sempre remetem às “necessidades” econômicas** (grifo nosso) [...] O sexólogo francês Xavier Boquet supõe que somente pelo estresse no trânsito a metade de todos os habitantes masculinos de Paris sofre de impotência

temporária [...] o médico dinamarquês Niels Skakkebaek descobriu que a quantidade de espermatozóides se reduziu muito, desde 1938, enquanto no mesmo período triplicaram os casos de câncer de próstata [...] o homem, capitalisticamente socializado pode ir se preparando para que, no futuro, não só os seus 100 ou 200 cavalos de agressividade mecânica ficarão parados no “engarrafamento total”, como ele próprio ficará sentado, sexualmente deformado no volante de sua potência” (Kurz, 1997: 368-369).

De fato, ainda que sarcasticamente, as questões abordadas por Kurz (1997) indicam uma série de problemas que exigem acuidade analítica, pois, entre outras questões, remete-nos às diversas formas de manifestação da irracionalidade do capitalismo contemporâneo, particularmente no que diz respeito aos diferentes aspectos relativos à saúde, justamente numa época em que são disseminadas as idéias da necessidade de se buscar uma melhor qualidade de vida⁹.

⁹ Na cidade de São Paulo, no bairro de Moema – região de classe média, média alta -, um consultório médico especializado em Qualidade de Vida disponibiliza em seu site (visitado por nós em 15/07/2008), parte da revista Veja de 13/12/2006. Nas páginas 116 a 118, no caderno saúde encontramos a matéria intitulada: “*O hormônio da juventude: médicos perdem o medo de receitar a reposição de testosterona para homens de meia-idade que apresentam queda acentuada de vigor físico*”. Após descrever a variação para baixo dos níveis de testosterona aponta os efeitos relacionados à sua queda: nervosismo (27%), irritabilidade (26%), alteração do sono (26%), dores nas articulações e nos músculos (25%), diminuição das ereções matinais (17%), diminuição do desempenho sexual (16%), esgotamento físico (16%), depressão (15%), suor intenso (15%), diminuição da força muscular (14%), cansaço frequente (13%), diminuição do desejo sexual (12%). Interessante destacar que para a revista tudo se reduz ao natural processo de envelhecimento masculino, dilemas, “coisas da vida” passíveis de serem resolvidas com a ingestão de doses de hormônios, o novo elixir da juventude. Em relação ao consultório especializado em “qualidade de vida”, ao destacar a matéria em seu site nada explica. Mais que isso, ao acessar sua página na internet, o transeunte virtual se depara com a malsinada matéria que, escaneada, demonstra a estratégia do terror sendo utilizada como mecanismo para atrair novos clientes. É como se nos dissesse: “Atenção, homens, não fiquem impotentes; procurem-nos, pois nossos hormônios masculinos, quando bem administrados, não permitirá que convivam com o peso desse infortúnio”. Neste caso, são procedentes as

Vemos, portanto, que o aumento da produtividade alcançada no setor automobilístico contribui para desnudar uma vigorosa contradição, reveladora de que, no reino da mercadoria, as prioridades são definidas a partir da sua promessa de rentabilidade, e da previsão de taxas de lucros sempre ampliadas segundo as leis do mercado (Marx, 1968).

Dessa maneira, do início ao fim o homem - em particular o *jovem-adulto flexível* - é parte ativa do processo de acumulação, parte integrante do ciclo da valorização, o qual inicialmente reduzido à condição de força de trabalho, posteriormente se converteu em consumidor daquilo que produziu.

Contudo, diferentemente dos intelectuais “sociais democratas regressivos”¹⁰ contemporâneos, que reduzem a tese de Kurz (1997) como

constatações de Kurz (1997), posto que assim, o autor não pode ser reduzido à figura de simples “alarmista”.

¹⁰ Utilizamos a expressão “sociais democratas regressivos” por nossa conta e risco. Trata-se de procurar indicar a histórica posição política da social democracia relacionado-as aos seus filhos pródigos de nossa contemporaneidade. Assim, tivemos que no âmbito de II Internacional, expoentes do revisionismo como August Bebel, Eduard Bernstein difundiam a tese na qual a superação do capitalismo se daria pelo desenvolvimento das suas contradições internas, processo dinâmico e correlato à forma auto-expansiva do capital (Neto, 1981). Já no cenário criado após a catarse nazi-fascista, Alan Bihl (1999) salienta que a rede de proteção social consubstanciada no *Welfare State*, particularmente na Europa, não foi uma dádiva do capital, só foi possível à medida que a organização do movimento operário funcionou como força/suporte para exigência de suas reivindicações. No primeiro caso, temos que a teoria revisionista não abandonou, mantinha no seu horizonte o pressuposto, a premissa fundada na necessidade de superação da sociedade do capital. No segundo, todo processo de negociação ocorria sem a dissolução estrutural/organizativa do proletariado permitindo-lhes se apresentar, quando necessário, enquanto classe antagônica. Porém, passado a fase mais intensa das reformas neoliberais, vemos que como parte das metamorfoses sofridas pelas diferentes correntes da social democracia – particularmente no Brasil – estas passaram a ter (numa perspectiva histórica), forte caráter regressivo quando comparada as suas linhagens anteriores. Um processo onde, tal qual salienta Chico de Oliveira (1993), quadros políticos/partidários, dirigentes sindicais encapsulados nos aparelhos sindicais burocratizados e parcelas da intelectualidade converteram-se em gestores do capital. Mais ainda, gestores de uma modalidade de capital qualitativa e socialmente muito mais vil e parasitário. Hoje são gestores do capital especulativo/fictício que mostra toda sua voracidade quando não vacila em expropriar parte da riqueza social “saqueando” os saqueadores congêneres. Ma há algo novo

sendo algo que merece pouca atenção posto tratar-se de uma tese elaborada por um “catastrofista social”, muitos desses convertidos recentemente à condição de entusiastas da nova forma de ser produtivista irracional do capital -, preferimos salientar que, do nosso ponto de vista, se por um lado Kurz (1997) é enfático, e seu estilo analítico causa estrondos, por outro, seu “calcanhar de Aquiles” está no tom “moralista” com que apreende a questão.

Sua análise tende a negligenciar o fato de que a sociedade do capital corresponde a uma determinada forma de organização social que, contraditória, contém elementos de racionalidade/irracionalidade, pois sua natureza se assenta nas contradições fundantes do histórico processo capitalista moderno. É isso o que podemos apreender da sua afirmação: *“nem dos seus próprios filhos os empreendedores têm a mínima pena. Sempre remetem às necessidades econômicas”* (Kurz, 1997:368).

Pois bem! . Não se trata de ter “pena” dos seus filhos, muito menos consciência de que suas ações se dêem em decorrência das “necessidades econômicas” vistas como prioritárias. Parece-nos que a questão central relaciona-se ao fato de que a classe hegemônica da era moderna (a burguesia

nesta história, trata-se de uma forma de capital mutante que não saciado em expropriar os verdadeiros produtores da riqueza social (o trabalho), se alimentam também do sangue dos seus próprios pares de linhagens inferiores. A dinâmica da acumulação sob hegemonia do capital fictício foi ganhando relevância na mesma proporção em que se tornou “anacrônica” a canção/sátira interpretada pelo grupo “língua de Trapo” nos idos dos anos 1980: a canção intitulada “vampiro industrial”, pois, o próprio capital produtivo não só perdeu o “controle”, como já não é a forma hegemônica quando se trata da exploração da força de trabalho (Chesnais, 2005).

nas suas diferentes variantes) atua fazendo do mundo sua imagem e semelhança.

Atua convencida de que suas necessidades são as necessidades de toda a humanidade, pois se percebe portadora não só de princípios morais novos (os melhores prevalecem, a produção gera riqueza e a distribuição, etc.), mas como expressão de uma força social que, organizada, emergiu numa determinada época impondo-se como símbolo das idéias e de valores sociais, das necessidades e vontades não abstratas, mas materializada numa classe que foi (e ainda se vê) portadora de um devir histórico fundado nos elementos sociais civilizatórios que compõem (compuseram) a emergência da modernidade.

François Guizot (2005), na condição de historiador, ao recuperar o processo de ascensão e hegemonia da classe burguesa afirmou:

“Suponhamos, senhores, que em 1789, no momento em que começava a terrível regeneração da França, um burguês do século XII tivesse repentinamente aparecido em vosso meio; que tivessem dado a ele para ler, pois é necessário que saiba ler, um desses panfletos que tão poderosamente agitavam os espíritos, por exemplo: *Que é o Terceiro Estado?* Os olhos dele detêm-se na frase que é a essência do panfleto: *“O Terceiro Estado é a nação francesa, menos a nobreza e o Clero”* [...] *Existem apenas duas fontes da quais podem provir, na esfera política, a grandeza da ambição e a firmeza do pensamento [grifo nosso]*. É necessário ter o sentimento de uma grande importância, de um grande poder exercido sobre os destinos dos outros e em um vasto horizonte, ou, então, é necessário trazer em si um sentimento enérgico de uma completa independência individual, a certeza de sua própria liberdade, a consciência de um destino alheio a qualquer outra

vontade que a do próprio homem” [grifos nosso] (Guizot, 2005: 29 e 43)¹¹.

Ocorre, com isso, que as formas alienantes da vida não estão restritas aos elementos subalternos que compõem a sociedade do capital: o próprio burguês, enquanto expressão/reprodução dessa forma de ser histórica da sociedade incorpora os signos sociais que estão na base da fundação da modernidade capitalista, da sua emergência, inclusive enquanto classe social. Nesse caso, sua visão de mundo, assim como suas atitudes, não são meramente vontades ou desejos “maquiavelicamente” planejados, mas a personificação mesmo da forma de ser do homem (no caso o burguês), na sociedade sob a égide do capital.

Portanto, o burguês enquanto “criatura” incorpora, produz, convive e reproduz as próprias contradições dessa sociedade, que, aos seus olhos, se não é a melhor, ao menos é a mais “eficiente” forma de organização social possível. Posto assim, tanto os *jovens-adultos flexíveis* que produzem e consomem parte da sua produção, como o burguês acionista da indústria automobilística, ambos, sem exceção, ainda que de formas distintas, encontram-se envoltos por essa mesma totalidade social fetichizante.

O reino da reificação é histórico-natural-contraditório, assim apreendido por Karl Marx (1968):

¹¹ Sétima Lição. In: História geral da civilização na Europa após a queda do Império Romano até a Revolução Francesa. Informam-nos os tradutores/organizadores que esse texto é resultado dos cursos ministrados por François Guizot na Sorbonne, em 1822. Cursos interrompidos e retomados em 1828.

“Minha concepção do desenvolvimento da formação econômica-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo socialmente criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas” (Marx,1968:06)¹².

Essa capacidade em apreender as contradições da era moderna, a dialética interna fundante da sociedade do capital, está na base do pensamento de Marx, quando afirma “[...] que a burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções no modo de produção e de troca” (Marx, 1968: 24a), num momento em que sua capacidade expansiva, demonstrada na instauração do livre mercado, fez da *“dignidade pessoal um simples valor de troca [...] do sábio fez seu servidor assalariado [...] rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações familiares, reduzindo-as a simples relações monetárias”* (idem: 25).

Portanto, conceber as relações sociais na sociedade burguesa enquanto expressão das contradições histórias modernas é pressuposto

¹² A citação acima foi extraída do prefácio para a 1ª edição da obra *O capital: crítica da economia política*, escrito em Londres, no ano de 1867. Assumimos que tal atitude até parece um contra-senso, ainda mais quando aprendemos, desde os primeiros anos da graduação, que não é recomendável utilizar como citação textual parte da apresentação ou prefácio de uma obra, principalmente quando se trata de confeccionar uma tese. Contudo, ao ler os prefácios escritos por Marx para outras edições ou reedições da referida obra, assim como o posfácio para a II edição publicada em Londres no ano de 1873, notamos que não se trata de simples ou formal apresentação, Marx com todo rigor científico, não só apresenta o método utilizado, mas, ao localizar historicamente sua obra, emprestou à História um sentido histórico pleno, hoje reduzida “em migalhas”, conforme nos mostra François Dosse (2003). Não podemos nos esquecer de que Engels, ao reler os prefácios do autor visando reeditá-los, insistia: “não me sinto autorizado a fazer nenhuma mudança que não tivesse sido previamente escrita, anotada e indicada por Marx” (prefácio para a edição alemã de 1885, por exemplo). Talvez essa seja a mesma razão pela qual pensadores liberais “desenvolvimentistas”, como Antonio Delfim Neto, insinuem que somente os “idiotas” são capazes de ignorar a relevância das teses críticas de Marx em relação à sociedade do capital.

essencial para se compreender, inclusive, as formulações desenvolvidas atualmente por Mészáros (2002), particularmente sua definição do capital enquanto “sujeito” histórico, portador de um metabolismo sócio-reprodutivo expansivo inédito, contraditório, quiçá comprometedor, em nossos dias, da própria existência humana.

Se essas questões podem trazer um pouco de inteligibilidade às problemáticas contemporâneas que envolvem, direta ou indiretamente, o *jovem-adulto flexível*, tal qual pretendemos continuar discutindo neste primeiro capítulo, pontuá-las, neste momento, tem um claro objetivo: contra-argumentar ao entendimento subsumido na análise de Kurz (1997) aquilo que apontamos como sendo um pressuposto “moral”, portanto (a) histórico, demonstrando como Marx (1968) procurou fundamentar seu método analítico/crítico à ordem do capital.

Por exemplo, no pós-fácio de O capital para a II edição inglesa de 1873, Marx (1968), ao descrever como apreendeu e utilizou o método dialético informou:

“Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas manifestação externa. **Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado**” [grifo nosso] (Marx, 1968:16).

Vemos, pois, que não há em Marx margem para qualquer tipo de interpretação “moralista”, condenatória por e (a) “princípio” do “sujeito” burguês: ao contrário, a crítica radical à sociedade do capital deve, para além das suas “práticas ou intenções destrutivas contingentes”, ressaltar que a classe burguesa, enquanto força social hegemônica, não é mais capaz, numa perspectiva histórica, de realizar o desenvolvimento social do homem em sentido pleno. Ao contrário, conforme indica Mészáros (2002), mantida no comando, sua existência exige que acentue, recrudesça e recrie novas formas de barbárie social.

É por isso que, ao reconhecemos os automóveis, seus projetos de desenvolvimento bem como sua materialização como sendo, sob diferentes aspectos, expressão das conquistas humanas - processo eivado por contradições -, isso não significa validar a tese de que as necessidades da indústria automobilística representem as necessidades do *jovem-adulto flexível* ou da sociedade como um todo.

Ao mesmo tempo, é interessante observar que, por fim, a compra do automóvel pelo *jovem-adulto flexível* tem um sentido dialético, pois sua aquisição fecha o circuito da sua “irrealização”, processo iniciado no instante em que se dedica à produção de veículos. Mais ainda, no ato da compra do automóvel se concretizam as formas fetichizantes de vida, que, peculiares ao sistema metabólico do capital, atuam articulando forças que, nas formas “centrifuga e centrípeta”, tudo “incorpora”, digere, recria, amplia, repele,

instaurando uma estabilidade social permanentemente instável (Mészáros, 2002).

Sob este ponto de vista, a crítica radical ao capital só pode ser aquela que, capaz de compreender em amplitude e profundidade os significados dos “desafios e o fardo do tempo histórico”, consiga se impor enquanto força histórico-social oposta ao sistema metabólico do capital, capaz de, superando-o dialeticamente, interferir “positivamente” no curso da História (Mészáros, 2007).

Por isso, faz-se necessário assinalar que, relevante à compreensão da forma de ser hegemônica burguesa à época do capital e da correlata crise de sociabilidade contemporânea, é o atual processo de financeirização que confere certa perenidade, certo encurtamento dos períodos em que eclodem suas crises cíclicas, conferindo um novo conteúdo às instabilidades políticas, econômicas e sociais, como parte do necessário processo de valorização/acumulação (Brunhoff, 2005: Plihon, 2005).

Turbinado por uma quantia bem maior de “papel-dinheiro” disponível no mercado, vemos que a ampliação dos volumes de produção, quando articulados com o financiamento de longo prazo, por exemplo, transforma o automóvel em ícone, troféu e símbolo da capacidade dessa sociedade “fetichizada” de promover a satisfação do indivíduo particular. Novos fetiches sociais são (re) criados e disseminados, eis uns dos fundamentos da “sociedade automobilística”, sarcasticamente denunciada por Kurz (1997).

Ao mesmo tempo, mais que fetiches temos a consolidação da hegemonia burguesa por meio da “produção do consenso”, transfigurada na forma de “satisfação”, de “sucesso” pessoal daquele que labuta produzindo automóveis. O *jovem-adulto flexível* seria o “homem capitalisticamente socializado”. Sob esse aspecto, o que a análise de Kurz (1997) sugere, subsumida na expressão entre aspas, é bastante significativo.

Por consequência, temos que a resistência contra-hegemônica às “[...] idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante mediante, sobretudo, a distorção e a dissimulação [...] as crenças falsas ou ilusórias, considerando-as, porém, oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo” (Eagleton, 1997:40) é parte da confrontação ao sistema sócio-metabólico do capital, que, representado pelo burguês acirrado em sua posição de classe, identifica no aumento do volume de vendas dos automóveis o quanto essa forma de organização social ainda cumpre uma função histórica relevante.

Contudo, ainda que se tenha poder de compra diferenciado em relação a uma gama de produtos e serviços - com ênfase na sua possibilidade real em adquirir automóveis -, a cotidianidade nos ensina que no mundo do capital não existe “almoço grátis”, mas tudo tem seu preço. Desse modo, é imperativo tentar desvendar o “preço social” cobrado para que o *jovem-adulto flexível* desponte como sendo a expressão do “sucesso”, na época do trabalho

flexível. É sobre alguns desses aspectos que nos debruçaremos no próximo tópico.

1.3 O sucesso tem “outros” segredos

No tópico anterior, procuramos mostrar que a condição salarial, com o correspondente poder de consumo dos metalúrgicos das montadoras - em especial o *jovem-adulto flexível* da região do ABC paulista -, situa-se bem acima da média nacional em geral, e que sua condição de reprodução enquanto força de trabalho é superior em relação aos operários de outras indústrias montadoras localizadas em diferentes regiões do Estado de São Paulo ou do país. Mas, como “nem tudo que reluz é ouro”, tentaremos, neste tópico, mostrar uma outra faceta da trajetória de “sucesso” do *jovem-adulto flexível*.

Com base nas visitas de campo entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008, e nos contatos quase diários dentro e fora da fábrica e ainda nos depoimentos coletados, tivemos a oportunidade de observar que, na verdade, esse segmento, em sua quase totalidade, elabora um “plano de vida” cujas prioridades são determinadas pela “pressão social” de se construir uma trajetória profissional satisfatória.

Dessa forma, premido pelas contingências - como a necessidade de ser efetivado no emprego -, suas iniciativas se identificam tão-somente com as necessidades de encontrar respostas aos dilemas apresentados pelo contexto fabril, os quais, espalhando-se, inter cruzam (re) definindo as diferentes situações do seu modo de “vida *just-in-time*”: vida “móvel”, vida em “trânsito”, motivada e repleta de atitudes que, ao fim, revertem-se em prol do capital, seja no interior ou fora da fábrica.

São posturas que, atendendo às exigências da produtividade, tal qual salienta Dejours (2000), refletem de modo contundente práticas de adesão “voluntária” às inúmeras estratégias da “guerra sã”, que, fundamentada na inquestionável necessidade de se preparar para o acirramento da competitividade, impõe que se aceitem as inconveniências decorrentes das circunstâncias dadas¹³.

Nesse caso, o modo de vida da força de trabalho é definido pelas exigências dessa “guerra sem trégua”, que induz a certos comportamentos, a um “estilo” de vida que mesmo fora da fábrica deve coadunar-se à lógica-necessidade do capital, na medida em que “fazer a guerra não tem por objetivo unicamente defender a própria segurança e sobreviver à tormenta [...] consiste em polir as armas de uma competitividade que lhes permite vencer o concorrente” (Dejours: 2000,14).

Essa ideologia da “necessidade”, exaustivamente difundida, quando incorporada pelo segmento *jovem-adulto flexível*, mobiliza-o de tal forma que sua vida fora do trabalho praticamente inexistente enquanto tempo “seu”, uma vez que as determinações cotidianas conformam-se enquanto um *continuum* e

¹³ Para além do mundo do trabalho, porém de forma correlata, parece-nos que a estratégia da guerra “sã” possui outras facetas. Trata-se de uma nova espécie de dissimulação social que ao fim, expressam as peculiaridades da disputa ideológica contemporânea. Nesse sentido, Pinassi (2005), salienta que: “Ora, a estratégia dessa guerra ideológica é a de converter a guerra real, militar, sangüinária, num fato corriqueiro, cotidiano, medíocre, “saneador” que satura pela repetição e imobiliza pela velocidade com que se veiculam os “incríveis dados” a respeito. Perante a eles, opiniões “igualmente incríveis” têm a pretensão de constranger e desqualificar explicações alternativas; hipóteses que não se amparem na sempre redentora neutralidade científica, ou na descrição rasa do jornalismo imparcial [...] essa ampla cruzada contra a “ideologização dos discursos”, na verdade, é uma exigência do próprio capital que visa garantir a uniformidade virulenta da perigosa *ideologia única* através dos meios mais diversos até mesmo dos mais violentos (Pinassi, 2005: 59)”.

indissociável tempo de trabalho que lhe ocupa a cabeça, atormenta-o, domina-o integralmente.

A favor de nosso argumento, vejamos o que nos diz Jorge, depoente ingresso na fábrica na primeira metade da década de 1990. Trata-se de um operário que estudou três idiomas (inglês, alemão e francês), freqüentou o Senai na empresa, fez curso técnico em instituição pública e, por fim, formou-se engenheiro em 2006. Sobre a correria do dia-a-dia, do seu modo de “vida *just-in-time*”, Jorge nos informou, em depoimento coletado em janeiro de 2008:

“[...] de segunda a sexta... eu sempre estudo algum idioma, atualmente eu estou estudando francês, inglês... normalmente faço aula na Usp duas vezes por semana, inglês eu faço no sábado [...] Durante os períodos das aulas eu não tinha tempo pra nada, quando eu estava na faculdade eu não tinha tempo pra nada [...] Quando eu fazia faculdade não tinha tempo pra muita coisa, eu saía da empresa... jantava ali na empresa mesmo, tomava um banho já ia direto pra faculdade. Eu chegava na faculdade em torno de seis e vinte... chegava uma hora antes preparava algum relatório que tinha que entregar... tinha muito relatório pra entregar... muita lição, estudava alguma coisa. As aulas começavam a sete e dez, ia até vinte duas e quarenta. Quando chegava em casa eu preparava algumas coisas pro dia seguinte... a faculdade foi muito corrido. Era neste horário de segunda a sexta, aos sábados de manhã, da sete e vinte até meio dia e quarenta. Sábado eu tinha aula de manhã, depois ia direto pro curso de inglês [...] Eu gostava de fazer cursos de matemática aplicada, então era domingo de manhã das sete e meia ate duas horas e meia, três horas da tarde... tinha aula de oito horas... tinha que levar marmita (risos....), [...] **Isso foi de 1998 ate o ano passado (2006)** [grifo nosso]. Inglês eu estudei mais de sete anos, alemão quatro anos”.

A trajetória desse operário parece-nos expressar de forma nítida o que pretendemos demonstrar. De 1998 a 2006, portanto durante 8 anos, sua

vida foi um tremendo “vai-e-vem”, conforme seu relato. Mas, há ainda a fase anterior, o período que remonta ao início da sua trajetória pelo Senai da empresa, que, em tempo integral, deveria, durante a noite, ser complementado com os estudos referentes ao ensino médio.

Ou seja, antes do *sprint* final de uma maratona que se deu nos anos de 1998 a 2006 houve a fase de pré-aquecimento. Esse momento, etapa do início da carreira profissional, cujas exigências da empresa devem ser seguidas à risca, implicou que esse jovem assumisse o compromisso de freqüentar, durante três anos - dos 14 aos 17 anos de idade e de segunda a sexta-feira -, a escolinha Senai, no período das 8:00 até as 17:00 horas. Mas, isso é só uma parte das exigências, pois não podemos nos esquecer de que das 19:30 às 22:40 horas deparava-se com a obrigatoriedade de concluir o ensino médio, cursado, geralmente, em escola pública.

Dessa maneira, somadas as duas fases do seu processo de formação, que vai da sua entrada no Senai até sua conclusão do ensino superior, esse jovem de 28 anos de idade à época do seu depoimento havia dedicado aproximadamente 14 anos da sua vida adolescente-juvenil quase que exclusivamente às exigências do trabalho.

Sobra-lhe, tão-somente, a fase da infância-adolescência, porém nos disse: “*inglês eu estudo faz tempo, desde moleque*”. Restaria, então, procurar compreender a fase da sua vida na infância-útero, mas isso nos obrigaria a ter que nos debruçar sobre a trajetória do seu pai-operário, o que nos afastaria do nosso objeto de pesquisa.

Se considerarmos que o ingresso no Senai acontece entre os 14 e 15 anos de idade, mais a escola técnica cursada quando do término dessa primeira fase de conhecimento profissional, temos que sua vida é uma espécie de *moto-continuum* sempre determinado pelo trabalho.

Ou seja, a “vida *just-in-time*”, se por um lado procura se desfazer da figura do “gorila domesticado” fordista, por outro faz emergir em nossa contemporaneidade o “autômato flexível”, que desde a adolescência deve reservar de 10 a 12 horas do seu dia para se dedicar quase que exclusivamente aos estudos. Nesse caso, a pesquisa de Iram Rodrigues, que indica uma maioria de jovens operários solteiros, ganha maior significado quando associada ao modo de vida desse segmento, às novas relações sociais e de exploração sob a égide do trabalho flexível.

Do que aqui foi exposto, notamos uma clara indefinição da separação entre tempo de vida pessoal e tempo de trabalho. Em nossa interpretação, temos que o cotidiano para além da fábrica praticamente se constitui como tempo voltado somente para o trabalho, conforme nos informa Jorge, operário perfil-síntese do metalúrgico aqui analisado:

“Sempre dormi pouco, sempre dormi no máximo seis horas por noite. Eu organizo o tempo pela empresa, quando saio da empresa... fico das oito da manhã até cinco da tarde, venho pra casa... às vezes eu tô de saco cheio não faço nada, durmo muito mesmo [...] Durante o período das aulas eu não tinha tempo pra nada, quando eu estava na faculdade eu não tinha tempo pra nada”.

De forma a tornar um pouco mais compreensível as informações fornecidas pelo nosso depoente, é interessante notar o que nos diz o médico do trabalho responsável pelo depto. de Medicina do Trabalho, Segurança e Ergonomia do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em fevereiro de 2008:

“Hoje o jovem não é um metalúrgico que só trabalha, quando ele sai do Senai e vai para a fábrica fazer estágio ele começa ouvir a seguinte coisa; que faculdade você vai fazer ou está fazendo?. É uma prática comum o chefe chegar e dizer: “só tem uma coisa que garante você aqui, se capacitar sempre!”. Então tem cara que pensa: “a China tá despontando como uma potência econômica mundial, é melhor aprender chinês porque daqui a pouco vão me pedir isso”. Outra coisa: num grande centro como SP, você tem uma questão de tempo, então você tem pouco tempo na agenda, você acorda normalmente 4:00, 5:00 horas da manhã para pegar o ônibus e ir para a fábrica começar as 6:00 hs, você sai 15:00... 15:30 h, tem que está em casa às 17:00 hs, tem que está na escola 18:30, tem engarrafamento no trânsito, então você não janta, aí volta pra casa 23:30, 24:00 hs, chega em casa você não consegue dormir porque está a mil, tá com a adrenalina lá em cima, você vai demorar uma hora uma hora e meia para dormir, então você dorme duas, três horas. Esse é um outro fator de sofrimento psíquico brutal [...] a falta de sono, a falta de qualidade de sono, principalmente o sono profundo, que seja reparador. Além disso, chega sábado, a maioria desses trabalhadores tem turno... rodízio... roda sábado, tem domingo que às vezes você é “convidado” compulsivamente a fazer hora extra, e dependendo como tá a produção, banco de horas, uma série de coisas que você tem que fazer, então você não tem realmente tempo, isso acaba aumentando a sobrecarga psíquica”.

Mas o drama de Jorge não termina aí: desse contexto é que deriva um modo de vida muito peculiar, cujas múltiplas vivências e situações repercutem na esfera da sua “vida particular”: vida em família, lazer, amizade, vida afetiva. É nosso depoente quem novamente relatou:

“Depois que eu me formei eu passei a dar mais valor pra esse tempo. Então uma coisa que eu não tinha antes e passei a ter é convívio familiar, é ficar um pouco mais com meus pais”.

O depoimento de Jorge se coaduna com um outro relato, feito por Tereza em janeiro de 2008, uma operária que, com seus 18 anos de idade, é portadora de uma beleza singular. Tereza possui traços faciais finos, que, simétricos, são realçados levemente pela pintura discreta em suas pálpebras, constituindo um perfil de jovem-mulher que procura se afirmar combinando beleza-despojamento.

De corpo esguio, braços ornamentados com poucas pulseiras tipicamente juvenis (bijouterias que relembram o estilo “bicho-grilo” dos anos 80), sua roupa despojada e de marcas renomadas no mercado denunciam uma combinação típica dos trajes adquiridos por jovens que costumam freqüentar, que circulam pelas butiques localizadas em shopping centers.

Mas o mundo do capital parece conspirar, querer ofuscar a beleza natural/simulada de Tereza. Essa espécie de “garota de Ipanema” da fábrica nos relatou que:

“Desde menina sempre fui criada perto dos meus pais. De repente não os via mais [...] minha mãe também trabalha [...] não conseguia mais falar com eles [...] às vezes na escolinha do Senai eu ficava chorando [...] sentia a falta deles, depois isso passou [...] na fábrica a gente amadurece mais cedo”.

Dos relatos, é perceptível o quanto o modo de *vida just-in-time*, cinde, separa a fórceps o jovem operário da relação jovem-família, justamente

num momento em que a Pesquisa Sobre o Perfil da Juventude Brasileira (2005) indica que a falta do convívio familiar constitui um dos maiores dramas vividos pela juventude contemporânea. Vale destacar que a mesma pesquisa indica que os jovens sentem necessidade de discutir com seus pais os seguintes temas: futuro profissional (68%), violência (53%), religião (37%) e relacionamento amoroso (30%).

Contudo, negando esse “direito”, o trabalho flexível parece reproduzir velhas práticas utilizadas pelos antigos espartanos, que “confiscavam” os filhos de suas famílias e os treinavam para as guerras. Mas a “guerra sã” contemporânea apontada por Dejours (2002) é diferente: é a guerra da abundância, na medida em que se produz de tudo em escala sempre ampliada, diferentemente da escassez do mundo espartano.

Há, ainda, outras diferenças, a “guerra sã” atual não distingue os sexos: todos são convocados, homens e mulheres devem se alistar, ingressar no exército dos “colaboradores”, conforme veremos no próximo capítulo. Devem formar a “grande e nova família” flexível-fábrica. Com isso, nega-se peremptoriamente o direito de pais e filhos se conhecerem mutuamente, pois, ainda que residindo debaixo do mesmo teto, quase nunca conseguem se ver, não se comunicam: “[...] de repente não os via mais [...] minha mãe também trabalha [...] não conseguia mais falar com eles”, desabafou de forma desolada nossa depoente.

Se há nisso tudo um “saco de maldades” que precisa ser esvaziado, o drama ainda não chegou ao fim. Da mesma forma, podemos verificar que o

jovem-adulto flexível se constitui como um novo segmento metalúrgico com certa dificuldade em estabelecer laços afetivos satisfatórios, mesmo que transitórios, necessários ao processo de amadurecimento, de mudanças que perpassam as fases da adolescência e da juventude, culminando com a fase adulta.

Vejamos agora o relato de Márcia, também coletado em janeiro de 2008. É uma jovem metalúrgica formada pelo Senai da fábrica e que, parecendo transbordar em angústia, lamenta não conseguir tempo para viver minimamente sua mocidade.

“Durante o curso do Senai, à noite eu fazia o colégio... então eu estudava o curso de mecânica, e depois, das sete e meia da noite até as onze horas eu estudava o colegial (ensino médio). No final do ensino médio eu comecei a namorar um colega de classe [...] eu não conciliei o meu tempo de estudar... de ter uma hora pra ficar com meu namorado.... de trabalhar na fábrica... trabalhava de fim de semana... todo domingo eu trabalhava... no primeiro ano da faculdade. Então, no primeiro ano da faculdade era assim, durante a semana toda eu acordava as quatro e dez e dormia a meia noite e meia. Aos sábados, eu acordava um pouco mais tarde... as seis e meia, saía pro curso de inglês, e ficava fora de casa até cinco da tarde por que a aula da faculdade até as quatro e meia... só que às quatro e dez da manhã do domingo eu já ia acordar pra vir trabalhar de novo. Então, o tempo pro namorado era curto e geralmente eu estava com sono... então não progrediu [...] não deu certo. Ele não entendia minha rotina, dava muita discussão... aí acabou [...] ele tinha a mesma idade que eu”.

A fala acima é significativa, reveladora do que pretendemos demonstrar: a falta de tempo necessário ao processo de amadurecimento pessoal, que tem nas relações afetivas um importante componente social, e que, no caso aqui estudado, vemos ser negado pelas circunstâncias da vida e de trabalho, pelo modo de *“vida just-in-time”*.

Vale destacar que a mesma depoente nos declarou que preferiu “ficar sossegada”, que até tentou, mas disse ser difícil encontrar alguém que queira namorar tendo que submeter quase que totalmente o namoro, de certa forma experimental, às obrigações de trabalho e estudo. *“Eles não entendem a gente”*, declarou-me em tom de desabafo. Pareceu-nos, contudo, que, apesar de resignada com sua solidão, sentia-se culpada pelas tentativas fracassadas.

Um processo de submissão social, em face das contingências cotidianas cuja aceitação assume forma, transmuta-se em mentira para si mesmo, como uma espécie de negação impotente que surge do pressentimento de que algo está errado, porém não há clareza na sua definição, e, quando há, ainda que aparente, falta-lhes força capaz de se contrapor à torrente, processo que, acentuado, é causa-fonte da dor e do sofrimento-resignado, tal qual demonstra Dejours (2000).

Talvez como expressão desse comportamento defensivo, sob o peso desse fardo-cotidiano, ainda mais quando se considera o fato de que Márcia se encontra na aurora da vida, sua fala baixa, resignada e tensa repentinamente sofre um abrupto aumento de tonalidade. Como que

“engolindo a seco”, nossa depoente refém dessa lógica flexível revela-se impregnada pela realidade objetiva, rendida às exigências do cotidiano. Sua vida revela-se inteiramente cindida, ao afirmar:

“Lazer eu não tive... uma vez ou outra, quase nunca ia ao cinema com as amigas...eu não tive rotina de lazer, nos finais de semana eu estudei... vez ou outra eu vejo alguém [...] Durante um tempo eu senti bastante falta, mas eu fui me adaptando... **eu vi que era a escolha que eu tinha feito** [grifo nosso] [...] não é que eu não tinha lazer. Eu podia fechar os meus livros e ir pro meu lazer, mas eu tinha trabalhos pra entregar, eu tinha textos pra ler [...] eu não conseguia largar minhas coisas pra ir jogar bola, ir à festa, ir na balada... sabendo que na segunda o professor ia discutir o texto tal e eu não tinha lido, ou que tinha que entregar um trabalho e eu não tinha feito. Então eu foquei no meu trabalho e.... eu cheguei a um ponto de me acostumar com isso... eu estou formada há um mês, eu chego em casa e estudo”.

Todavia, se partimos do pressuposto de que é na juventude que podemos encontrar um intenso potencial contestador, voltemos novamente para o caso de Jorge. Ele nos relatou que procura maneiras alternativas capazes de dar vazão às novas descobertas no campo afetivo. Afirmou que seu trabalho e seus estudos, ainda que corridos, não o impediram de namorar. Disse-nos:

“Eu conhecia ela durante um tempão, namorei com ela [...] mas o namoro terminou aos vinte e três anos [...] Nessa época a gente se via uma vez por semana ou duas [...] quando tinha tempo eu ia buscar ela no trabalho dela [...] às vezes eu saía da noite da faculdade ia buscar ela, levava ela pra casa [...] era atribulado sim,

mas a gente sempre dava um jeito de se ver [...] **o meu trabalho e meu estudo nunca foi um empecilho para o meu relacionamento, meu namoro com ela** [grifo nosso]. Acho que quando as pessoas querem se ver elas se vêem simplesmente. Mesmo quando eu tenho que estudar para uma prova, de repente ela aparece aqui do meu lado, eu estudo aqui, ela tá aqui, mas não me atrapalha não. A gente dá um jeito, é isso que eu quero dizer... a gente dá um jeito”.

É interessante notar a afirmação de Jorge, operário-síntese do perfil *jovem-adulto flexível*, “*o meu trabalho e meu estudo nunca foi um empecilho para o meu relacionamento, meu namoro com ela*”, pois, logo em seguida, quando perguntado novamente que balanço faz dessa sua trajetória profissional-pessoal, tal qual ocorreu com Márcia, manifestam-se plenamente formas de objetivação que, no cotidiano, expressam a vida do homem cindido (Heller, 1989).

“Eu queria ter oportunidade de ter viajado de férias [grifo nosso]... mas todas as férias que eu tirei quando eu estava na faculdade, foi ou pra estudar pra faculdade porque eu precisava de tempo pra estudar, eu precisava passar de qualquer jeito [...] precisava do dinheiro das férias pra cobrir minhas dívidas, isso daí é uma coisa normal. Quem trabalha na empresa e estuda, é difícil pagar uma faculdade de mil reais por mês... somando aos gastos que você têm com livros, condução, alimentação... eu diria pra você que tem muitos lá (na empresa) nessa situação e que estão endividados hoje”.

O trecho grifado acima parece revelar que, dentro de si, Jorge carrega as mágoas de um desejo contido, não realizado, possivelmente uma vontade de ter viajado com sua namorada. Mas como explicar que um jovem

com uma condição salarial anteriormente demonstrada, com carro próprio, contrarie um comportamento tipicamente juvenil?

Como se explica o fato de que um jovem, morando a 50 minutos do litoral sul paulista, possa se lamentar dizendo: *“eu queria ter oportunidade de ter viajado de férias”* ? Será que tem razão quando afirma *“o meu trabalho e meu estudo nunca foi um empecilho para o meu relacionamento, meu namoro com ela”*? Ou será mais uma maneira de tergiversar, resignar-se, em face das agruras pessoais que lhe são impostas pelo modo de *“vida just-in-time”* ?.

1.3.1 O purgatório e a porta do inferno

Ensina-nos a Igreja Católica que todos aqueles que morrem na graça e na amizade de deus (propositadamente com “d” minúsculo), mas não estão completamente purificados (não nos esqueçamos que de acordo com a pesquisa de Iran Rodrigues (2005), 87% dos jovens operários dizem crer em deus), embora tenham garantida a sua salvação eterna passam, após sua morte, por uma purificação, **a fim de obterem a santidade necessária para entrarem na alegria do Céu**. Eis aqui o sentido do purgatório ensinado em 10/12/2008, pelos missionários da Canção Nova, em matéria publicada no site www.cancaonova.com.

De forma análoga, porém voltada para o mundo dos vivos, daqueles que labutam dentro da fábrica, podemos observar o quanto a “luta” individual travada pelo *jovem-adulto flexível* em prol da sua “afirmação” é reflexo das suas atitudes, tomadas com vista a suplantar uma condição de inferioridade no espaço produtivo, condição que emerge do fato de ser novato; o inexperiente “moleque do Senai”, na visão dos operários mais antigos.

Para obter sucesso, precisa mostrar-se disposto, demonstrar resistência física e disposição/capacidade de enfrentar a dureza da vida cotidiana na fábrica, pois, como afirma o médico do trabalho:

“É importante a gente ressaltar que os jovens são mais facilmente vítimas [...] existe toda uma dinâmica do trabalho, **as pessoas geralmente entram no mundo do trabalho pelas portas do inferno** [grifo nosso], elas entram para fazer o pior serviço, as pessoas que já faziam aquele serviço, quando abre uma vaga mais pra frente ele já muda, ele conhece, ele vai procurando se

encaixar nos lugares melhores, então quem entra sempre entra pra fazer o que é mais difícil mesmo quando você tem um grupo de trabalho [...] Segundo coisa [...] elas desenvolvem a experiência...isso a gente discute muito em ergonomia..., a experiência de trabalho faz com que elas desenvolvam estratégias mais eficientes de fazer o trabalho, então ele tem aquele “jeitinho” de fazer a mesma atividade economizando.... vamos dizer.... um terço a menos de energia [...] a questão da própria estratégia de vivência psíquica, ele vai desenvolvendo estratégia para suportar ou lidar melhor com essas sobre-cargas e restabelecer o equilíbrio dele com mais facilidade” (depoimento coletado por nós em fevereiro de 2008).

Ou seja, inexperiente e movido pela pressão, o jovem operário resvala, conhece de perto as portas do inferno. Sua entrega ao trabalho árduo explica-se pela combinação da sua necessidade em se efetivar no emprego com a fragilidade de alguém que se encontra na condição de estagiário, pois, ao terminar o curso do Senai é preciso enfrentar um período probatório de até 12 meses, eis o valor do “pedágio” a ser pago para o capital.

Combinando, portanto, necessidade do emprego e inexperiência no chão de fábrica, o jovem operário luta para livrar-se o mais rápido possível das penosas formas de trabalho; busca de todas as maneiras acelerar o ritual da sua “purificação”, encurtando - se possível - o tempo de passagem pelo purgatório. Esse é um processo que implica “dar e receber cotoveladas”, na medida em que a totalidade do contingente operário remanescente do Senai encontra-se em luta aberta pelas vagas que surgem na produção. *“Não interessa aonde, o importante é você se efetivar”*, informou-nos um jovem

dirigente da comissão de fábrica, no instante em que nos mostrava as diferentes células de produção.

Do relato acima podemos apreender ainda que, mesmo obtendo maior tempo de estudos/qualificação profissional, tal qual detalharemos em nosso segundo capítulo, a competição intra-operária, potencializada pela dinâmica da fábrica reestruturada, ao receber o *jovem-adulto flexível* formado na escolinha Senai termina por impor “dores” típicas, que nos remetem à anterior organização de trabalho taylorista/fordista, revelando a manutenção de alguns dos seus princípios.

A esse respeito, instigantes são as observações de Dejours quando assinala que

“[...] a individualização, mesmo se ela é antes de tudo uniformizante, porque apaga as iniciativas espontâneas [...] porque ela anula as defesas coletivas, a individualização conduz, paradoxalmente, a uma diferenciação do sofrimento de um trabalhador e de outro. Por causa do fracionamento da coletividade operária, o sofrimento que a organização do trabalho engendra exige respostas defensivas fortemente personalizadas” (Dejours, 1992: 40).

Ou seja, a pouca ou quase nenhuma experiência anterior de trabalho no chão de fábrica, somada à necessidade da sua permanência na empresa (ao saírem do Senai vão para a produção na condição de estagiários), implica a impossibilidade de desenvolver estratégias de vivência física e psíquica capazes de dar suporte à sobrecarga de trabalho. Essas estratégias seriam componentes necessários ao restabelecimento do equilíbrio físico, ou ainda, emocional-psicológico.

Diante do que foi exposto até aqui, talvez seja salutar objetar se existe algum limite psico-físico do *jovem-adulto flexível* em face de tantas cobranças que lhe são feitas no trabalho, na escolinha Senai, mais as exigências dos pais, que se preocupam com o futuro profissional dos filhos, mesmo que não se comuniquem.

Há algum tipo de estratégia “diferenciada” que adotada por alguns jovens, permita que eles convivam suportando essa forte pressão social, esse conjunto de exigências que lhe são impostas para permanecerem na fábrica? Diante do que foi até aqui demonstrado, como é possível manter certo equilíbrio emocional?

Para Dejours (2000), passada essa fase inicial de adaptação, como tendência o indivíduo tende a conviver com certa dose de sofrimento, porém sem ultrapassar a linha divisória da “normalidade”:

“A normalidade é interpretada como resultado de uma composição entre sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário. Pode-se propor um conceito de “normalidade sofrente”, sendo, pois, a normalidade não o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma “normalização” pejorativa e desprezível, obtida pela “interiorização” da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho” (Dejours, 2000:36).

Ou seja, no modo de “*vida just-in-time*” a pressão sofrida por aqueles que vivenciam tal processo de mudanças, essa nova dinâmica social responsável pela substituição do “gorila domesticado”, impõe ao perfil operário

jovem-adulto flexível uma espécie de dor permanente, que, contida e sufocada, é parte da estratégia adotada para que possa manter certo equilíbrio psíquico, de acordo com os pressupostos definidores da “normalidade sofrente” indicada acima.

Mas nem todos os operários reagem da mesma maneira; por isso um outro aspecto verificado em nossa pesquisa de campo merece ser abordado. Soubemos, por exemplo, que a pressão do trabalho abre flancos para o surgimento de comportamentos e condutas que, revestidos de tentativas de fugas, repercutem sobremaneira na vida social e de trabalho do novo perfil operário.

Nesse sentido, são reveladoras as informações trazidas pelo médico do trabalho, que nos afirmou:

“A gente tem que frisar bem, inicialmente eu não acho que as pessoas usem qualquer tipo de droga para poder trabalhar, para agüentar o trabalho. Elas começam usando algum tipo de substância química pra poder relaxar...ele precisa de alguma coisa que o desligue do trabalho...o trabalho é uma presença tão intensa na vida do cara, ela ocupa tanto espaço na vida que se você quiser algum momento de sossego, de paz, de diversão, você precisa esquecer o trabalho... qualquer coisa vale pra você esquecer o trabalho [...] não vai dar pra você fazer nada se não esquecer todas as obrigações... porque se você estiver lúcido pra pensar no quanto de coisas que tinha pra fazer e não fez, que vão se acumular com as coisas que você não vai conseguir fazer também na próxima semana, você nem dorme... ou então você vai começar a pensar: “vou voltar pra fábrica, trabalhar sábado e domingo porque.....não dá [...] O problema é um só, toda substância relaxante tem uma “meia vida” longa. Por exemplo, o cara que sai às 23:30 h da faculdade e fuma um ou dois baseados, toma uma cerveja pra consegui dormir, a tendência dele é ele dormir até as 10:00 h da manhã, mas ele precisa acordar às 4:00... 4:30 ou 5:00h, então o que acontece é que ele começa usar alguma coisa que “ligue” ele logo cedo [...] você precisa tomar alguma coisa que seja estimulante, aí você começa com guaraná em pó, mas guaraná em pó não dá conta, aí você

começa a partir para uma coisa que seja um pouco melhor [...] o que é natural hoje em dia; as anfetaminas, as sintéticas principalmente [...] dá uma “turbinada” com esse produto químico. Às vezes você toma algum estimulante normal, desses produzidos comercialmente, remédios que são antidepressivos, tem a capacidade de ter estimular um pouco, e, no limite você... dependendo do seu poder aquisitivo, usa cocaína... que é o que muita gente cheira para trabalhar. Tanto isso é verdade que nós temos fábricas hoje no ABC... claro que nós somos contra esse tipo de coisa... mas que já tem programas de repressão ao uso de drogas, principalmente o uso de cocaína e maconha. Elas (as empresas) fazem testes aleatórios garantindo que pelo menos quatro vezes por ano todo mundo seja testado e se for detectado qualquer sinal de uso de qualquer droga (cocaína, maconha ou mesmo de bebida alcoólica) ele é incluído num programa de acompanhamento e monitoramento, chamado entre aspas de “Programa Social de Prevenção de Dependência Química”, mas que na verdade é um tormento porque a partir do momento em que o cara (o trabalhador) passou a perder a produção ela (a empresa) tem toda uma justificativa; “o cara é um dependente químico inveterado, embora a fábrica tenha feito tudo... não consegue resolver, então tem que ser demitido”. [...] uns dez anos... eu acho que uns dez anos... pelo que a gente tem lido, quer dizer, quando você começa a entrar nessa, é claro que existem casos e casos, mas a média seria em torno de dez anos o tempo que a pessoa leva pra começar a aprofundar a dependência, nesse período ele ganha produtividade, depois disso se estabiliza por volta de uns quatro, cinco anos....e começa a cair, por volta de dez anos ele acaba estando com problemas sérios de conseguir responder àquilo que a fábrica tá querendo dele, isso é o caso do alcoolismo [...] Hoje o álcool é o mais consumido por um motivo: ele é mais barato e é legal... já temos um significativo número de pessoas em qualquer área e em qualquer atividade.... quer dizer, tanto horistas, peão do chão de fábrica como mensalista” (depoimento coletado por nós em fevereiro de 2008).

Confirmando o diagnóstico acima feito pelo médico, é de interesse da pesquisa transcrever o depoimento coletado por nós de um “operário flex” que atualmente luta para se livrar da drogas. Heitor, com 27 anos de idade quando da nossa entrevista realizada em fevereiro de 2008, disse que nos

últimos anos sempre viveu em “combustão”: usava de forma combinada diferentes tipos de drogas lícitas e ilícitas.

Mas como tudo isso começou? Seu relato não deixa dúvidas: sua dependência teve início a partir do momento em que:

“O trabalho me levava ao cansaço... o cansaço me levava a beber... acabou virando uma rotina [...] Minha relação com minha noiva nessa época já estava conturbada [...] Meu vínculo com a noiva foi se quebrando aos poucos [...] Nesse meio tempo fui pra essa vida de balada de saída, de droga e bebidas [...] mas não chegava a afetar o raciocínio porque era um trabalho muito repetitivo [...] Isso acontece com muitas pessoas, a pessoa está tão acostumada a fazer o serviço que não afeta muito né [...] Você acaba burlando um monte de regras, de normas do trabalho pra poder produzir mais [...] Você acaba pegando mais peças nos braços, com a mão, levando com a força [...] Você acaba eliminando vários processos da produção pra poder fazer mais [...] Rapazes novos aí, da minha idade, já tendo muito problema de coluna, de bursite, tendinite. Por isso, acaba querendo mostrar mais no trabalho e acaba ficando doente [...] Chegou um tempo que minha resistência em relação ao álcool foi baixando, eu bebia pouco e ficava mais alterado, quando eu conheci as drogas, né. Conheci cocaína que quando eu bebia muito e ficava meio aéreo, eu usava cocaína ela cortava o efeito da bebida, eu trabalhava normalmente, ninguém percebia que eu estava alcoolizado então foi um remédio do outro entendeu, uma coisa pra amenizar a outra. Eu bebia ... e a droga vinha pra melhorar os efeitos que a bebida causava. Eu permaneci nisso de 2001 até 2007 [...] Tem muitos conhecidos aqui que estão indo pro mesmo caminho”. (depoimento coletado por nós em fevereiro de 2008)¹⁴.

¹⁴ Na letra da música intitulada “Vida”, Chico Buarque de Holanda propõe uma reflexão instigante. Sugere que a vida cotidiana traz em si um peso descomunal, que, colocado sobre os ombros dos indivíduos, obriga-os a recriar/desejar/projetar, no seu imaginário, momentos de “fuga” capazes de recompor suas forças e assim encarar as contradições e os dilemas desse pesado fardo em que se transformou o cotidiano na época moderna, na época do trabalho flexível. Eis alguns dos seus versos: “*Vida minha vida, olha só o que eu fiz. **Deixei a fatia mais doce da vida, na mesa dos homens de vida vazia, mas sei que fui feliz** [...] Luz, quero luz sei que além das cortinas são palcos azuis, e infinitas cortinas com palcos atrás. **Arranca, vida estufa, veia e pulsa, pulsa, pulsa, pulsa, pulsa, pulsa mais.** Mais, quero mais, nem que todos os barcos recolham ao cais. Que os faróis da costeira me lancem sinais. **Arranca, vida estufa,***”

Nota-se, pois, que quando analisamos o modo de vida, o teor social contido na “*vida just-in-time*”, vemos que o cotidiano do *jovem-adulto flexível* é marcado por um processo de perdas e sofrimentos quiçá irreparáveis.

Ao olharmos o conjunto, notamos que parte dessas perdas corresponde a determinados momentos específicos da vida de uma pessoa. As descobertas relacionadas à fase da vivência adolescente-juvenil é um típico exemplo: “*na fábrica a gente amadurece mais cedo*”, conforme nos relatou Tereza, jovem operária de 18 anos de idade. Mas quem é que vai pagar por isso? Eis a pergunta lançada, e que não quer calar.

Por outro lado, considerando a qualificação profissional e a escolaridade do *jovem-adulto flexível* (esse aspecto será abordado de forma detida no segundo capítulo) e sua maior “propensão”, “disponibilidade” de adesão às práticas que buscam o consentimento, isso é que contribui para que se tenha a preferência da empresa, no instante em que é preciso decidir quem deve continuar empregado.

vela me leva, leva longe, longe, leva mais. Vida minha vida, olha só o que eu fiz....”. Sobre esse tema existe outra canção: “Revanche”, que, composta e interpretada por Lobão, é bastante sugestiva. Diz sua letra: “*Eu sei que já faz muito tempo que a gente volta aos princípios, Tentando acertar o passo usando mil artifícios, Mas sempre alguém tenta um salto, e a gente é que paga por isso, oh!, Fugimos pras grandes cidades, bichos do mato em busca do mito, De uma nova sociedade, escravos de um novo rito, Mas se tudo deu errado, quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso?, Eu não quero mais nenhuma chance, eu não quero mais revanche, Eu não quero mais nenhuma chance, eu não quero mais ...[...]* ***O café, um cigarro, um trago, tudo isso não é vício, São companheiros da solidão, mas isso só foi no início, Hoje em dia somos todos escravos, e quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso?***”.

Tal processo induz à luta “insana”, porém explicável - cortar custos -, de “todos-contra-todos”; é o momento do “salve-se quem puder”. A fábrica entra em transe, o momento da catarse se aproxima, acirrando as disputas entre os operários antigos e o *jovem-adulto flexível*. É preciso decidir friamente quem fica e quem sai.

Vimos, também, que se partimos da premissa fetichizante na qual o poder de consumo (não nos esqueçamos de que 93% dos jovens possuem automóveis) é capaz de promover a “satisfação” do indivíduo, a análise circunscrita a esse aspecto nos levaria a supor que o *jovem-adulto flexível* finalmente teria alcançado o paraíso após sua ardente passagem pelo purgatório, após ter conhecido a “porta do inferno”.

Da mesma forma, é relevante destacar que Heitor - o jovem que passa pelo processo de recuperação da dependência química - informou que nesse momento sua luta é para recuperar sua “moral” perdida diante dos colegas de trabalho: “*eles vão voltar a acreditar em mim*”, disse-nos com os olhos bem abertos, com os punhos cerrados, meio que querendo “esmurrar” a mesa, demonstrando estar decidido a fazer o caminho de volta à “normalidade”, ainda que “sofrente”. Disse ainda querer lutar para ganhar o “respeito” e a “confiança” da nova mulher, que se encontrava grávida quando do seu depoimento.

Um outro jovem, com 18 anos de idade (Everton), recém-formado pelo Senai, disse estar bastante aborrecido: “*quando passar minha fase de experiência quero ser sindicalista [...] Aí vou cobrar tudo o que a empresa fez*

comigo e com meus colegas desde a época do Senai” (depoimento coletado em janeiro de 2008).

Já de passagem para o próximo tópico, dos problemas aqui trazidos, com base naquilo que nos disseram Heitor e Everton logo acima, profundos conhecedores do “purgatório” e da “porta do inferno”, podemos depreender que nada se encontra definitivamente fechado, decidido.

Suas falas reafirmam que a vida dos homens é, antes de tudo, aquela que se situa no campo da História, e a História por sua vez é processo, movimento no qual sua dinâmica é dada pela capacidade de o homem, intervindo nela, redefinir sua trajetória individual e social. Tais questões serão retomadas no terceiro capítulo, pois agora cabe demonstrar como as contradições desse processo participam, em muito na definição da identidade do *jovem-adulto flexível*.

1.4 Identidade social do *jovem-adulto flexível*

É no bojo desse processo de transformação do espaço urbano conforme discutimos no início deste capítulo, da correlata ampliação por excelência dos territórios, aqui entendidos como sendo os lugares de vivência, dos ambientes que se caracterizam por ser quase uma extensão do cotidiano fabril, os lugares por excelência de (re) produção e de (re) definição de alguns dos aspectos relativos ao modo de vida que se apresentam as particularidades das formas de sociabilidade do operário jovem-adulto flexível.

Disso decorre que compreender o espaço enquanto o “lugar de realização da vida humana [...] lugar que ganha materialidade por meio do território”, conforme salientou Fani Carlos (2001:11), significa reconhecê-lo como a instância/referência social contemporânea onde, de fato, são tecidas as relações sociais desse novo segmento metalúrgico.

Conforme temos salientado, valorizar o reconhecimento dessa dimensão social dos lugares/espacos se faz necessário, pois é nesses ambientes de convivências que se estabelecem alguns dos parâmetros e das referências que compõem a identidade dessa nova geração operária. Trata-se, portanto, de considerar que a “ocupação” dos lugares/espacos, a converte em território das vivências cotidianas.

É por isso que, ao enfatizarmos alguns dos aspectos sociais relacionados à nova faceta da “arquitetura urbana”, queremos reforçar a premissa de que a “metrópole contemporânea” é “o espaço físico [...] que cumpre o papel sintético de estruturar a experiência subjetiva [...] é

responsável por conferir à arquitetura não apenas *status de médium*, mas também de componente estruturante de identidade e permanências” (Velloso, 2005:04).

Ou seja, mormente ao processo de “reestruturação-espacial” das cidades, de transmutação da vida urbana em vida na “metrópole contemporânea”, esse movimento avassalador impulsionado pela “*força da grana que ergue e destrói coisas belas*”, na verdade, “responde a exigências de todo tipo: econômica, funcional, simbólica, estratégica, e outras, todas elas impostas pelo sistema produtivo” (Meyer, 2000:04).

Com base nesses pressupostos, temos que a metrópole contemporânea se impõe como sendo o palco privilegiado de construção da identidade do *jovem-adulto flexível*, da identidade aqui entendida como sendo um:

“[...] processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (s) prevalece (m) sobre outra fonte de significado. Para um indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa fonte de pluralidade é fonte de tensão e contradição, tanto na auto-representação quanto na ação social” (Castells, 1999:22).

A partir da interpretação de Manuel Castells (1999) vemos que os diferentes signos definidores de uma determinada tessitura social não são imutáveis; ao contrário, expressam um processo permanente de (des-re) construção, um dialético, intenso, agudo momento de formação/confrontação entre “atributos culturais, ou um conjunto de atributos culturais inter-

relacionados”, cujos embates e contradições estão na base da tessitura que compõe a identidade dos indivíduos, grupos ou classes sociais.

É um processo que, no seu bojo, não só se desnudam alguns elementos sociais constitutivos dessas novas tendências, mas também se desvela dialeticamente que, *pari-passu* às mudanças e permanências, é do seio dessa nova realidade que, gradativamente, o novo em construção irrompe do seu invólucro para se apresentar como sendo expressão do presente, do agora, das novas tendências sociais.

Em seu estudo sobre as formas de coexistência entre as duas gerações operárias, a anterior e a posterior ao processo de reestruturação na empresa aqui pesquisada, Kimi Tomizaki (2007) nos apresenta alguns dados relevantes à compreensão da nova identidade metalúrgica. Assim, informa-nos que:

“A primeira geração, na maioria absoluta, tem origem rural e foi introduzida em uma fábrica tipicamente taylorista/fordista. Trata-se, portanto, de trabalhadores formados pelo “trabalho pesado”, que, por conseqüência, valorizam a força física como recurso identitário importante. Além disso, os aspectos que definem a masculinidade e a virilidade são bastante visíveis, tanto na forma conservadora de se vestir ou de cortar e manter o cabelo quanto no cultivo dos hábitos de beber (geralmente cachaça) e fumar. A segunda geração (no caso os *jovens-adultos flexíveis* aqui estudados), por sua vez, fortemente influenciada pela cultura escolar e gozando de padrões de vida da classe média, apresenta outra relação com o corpo. A força física é mais eufemizada; o cuidado com as roupas, por exemplo, causa estranheza entre os mais velhos, além dos brincos, cabelos longos (ou cabeça raspada) e outros acessórios inimagináveis para a primeira geração, tais como anéis, pulseiras, colares e as inevitáveis tatuagens” (Tomizaki, 2007:168-169).

Com base em nossa pesquisa de campo acrescentaríamos às informações trazidas por Tomizaki as diferentes formas de linguagem exaustivamente utilizadas pelos jovens, seja na forma de comunicação verbal ou gestual.

Ao mesmo tempo, contribui para o entendimento da identidade do operário jovem-adulto flexível o fato de que, na coleta de depoimentos, com o intuito de sempre deixá-los mais tranquilos, soltos, com algum controle sobre a situação, adotamos como critério que cabia ao depoente a escolha do local para nossa conversa. É interessante destacar que quando perguntávamos o local de preferência para a realização da atividade a maioria respondia de pronto: “Tem um shopping aqui perto. Vamos lá, pode ser?”

Como essa atitude se repetia, passei a perguntar: “Você sempre vem aqui”? Márcia, por exemplo, nos respondeu: “*quase sempre*”. Insistíamos: “Você pode nos falar um pouco mais sobre esse quase sempre”? A resposta é bastante elucidativa:

“olha, minha vida é uma correria, quase não tenho tempo pra nada. Quando tenho, venho aqui. Aqui você tem as lojas se precisar comprar alguma coisa, tem a praça da alimentação e tem o cinema. Tá tudo aqui, você não perde tempo correndo por aí”.

Em outro relato, Jorge, nosso já conhecido jovem operário nos informou sobre seu relacionamento com a namorada:

“[...] a vida dela era corrida também. Ela trabalhava... fazia Usp durante o dia... fazia o curso de Letras na Usp,

ela estudava italiano na Usp. Ela saía da Usp ia direto pro inglês, ela era secretária no curso de inglês em Santo André. Então ela pegava o fretado (ônibus), ela acordava às cinco da manhã, ia pra Usp, da Usp ia direto pro curso de inglês, no Fisk de Santo André... ficava lá uma parte da tarde, trabalhava até onze horas da noite mais ou menos. Como eu saía da FEI às dez e quarenta da noite, nesses vinte minutos eu conseguia sair de carro e buscá-la lá no Fisk às onze horas, exatamente no horário que ela saía. E neste pequeno tempo, meia hora, quarenta minutos eu passeava com ela, eu ia no Habib's com ela, ou deixava ela na casa dela...ficava namorando um pouquinho, a gente sempre se via". A gente sempre se via [...] a gente sempre dava um jeito de se encontrar" (depoimentos coletados entre os meses de dezembro de 2007 e janeiro/fevereiro de 2008).

Manter-se organizado, antever e planejar, encontrar rapidamente as respostas sem perder a objetividade e a eficiência, eis aqui uma demonstração cabal de como se aplicam alguns dos princípios dos 5s na vida cotidiana. Parte significativa do "custo pessoal" dessa forma de vida nós já vimos anteriormente, e continuaremos vendo mais à frente.

O jovem-adulto flexível é o nosso *anti-Flanêur*, personagem que, analisado por Baudelaire, converteu-se em símbolo-paradigma da recusa/resistência em aderir ao "padrão", ao "modo de vida" imposto pela sociedade industrial em ascensão no século XIX (Padilha, 2006).

Com base na indicação de Fani Carlos (2001) supomos, então, que *Flanêur* expressou o comportamento/resistência típico do indivíduo residente na "metrópole moderna"; já o *modo-de-ser-operário* do jovem-adulto flexível revela o comportamento do indivíduo típico da "metrópole contemporânea",

comportamento que, de certa forma, expressa a assimilação e a reprodução do conteúdo ideológico presente no trabalho flexível, conforme temos afirmado.

Disso decorre que, a partir da constatação de Manuel Castells (1999), temos a possibilidade de apreender que os diferenciados traços de aparência física, novos comportamentos, atitudes, hábitos e costumes, escolaridade, qualificação profissional, aspectos físicos e sociais, constituem enquanto traços que, entranhados, são indicativos do modo de vida do *jovem-adulto flexível*. Ou ainda, revelam-se como aspectos de uma nova identidade, que, em construção, acompanham a transição, as metamorfoses e a consolidação do trabalho flexível, e indicam o novo *modo-de-ser-operário* do *jovem-adulto, flexível* que ainda se vê convivendo com o antigo perfil metalúrgico encontrado na indústria taylorista/fordista *strictu sensu*.

1.4.1 Consumismo, comportamentos e fetiches

É por isso que, como parte das formas de sociabilidade contemporânea, momento de tensão e confronto entre diferentes identidades operárias, fazem-se oportunas algumas das reflexões que procuram abordar tendências, fundamentos e significados que, recentes, guardam relação com as problemáticas aqui analisadas.

Em suas ponderações sobre a “sociedade de consumo”, Isleide Fontenelle (*O nome da marca: McDonald’s, fetichismo e cultura do descartável – 2002*), e Valquíria Padilha (*Shopping Center: a catedral das mercadorias - 2006*), trazem à baila aspectos relevantes para a compreensão das novas formas de sociabilidade/identidade no capitalismo contemporâneo.

Discorrendo inicialmente sobre as múltiplas contradições sociais recentes, sobre a modernidade fundada na busca de realização do valor, privilegiando as esferas da circulação e do consumo, analisam o elo que vincula nossa contemporaneidade aos elementos caracterizadores da sociedade capitalista tal qual se estruturou nos países industrializados durante o século XIX, instante de consolidação da “metrópole moderna” (Fani Carlos, 2001).

Dessa forma, indicam que a instauração da “cultura do consumo” remonta à emergência das lojas de departamentos, processo que, ao reconfigurar os hábitos do cotidiano, determinam a formação de novos valores sociais, base sobre a qual se assentaram as relações interpessoais. Como

parte dessas tendências, a própria concepção dos espaços e do seu uso sofreram fortes impactos a partir da emergência da grande indústria¹⁵.

Assim, a disseminação da “cultura do descartável” (expressão já presente na vida da “metrópole contemporânea”), vista como desdobramento da sociedade de consumo, ao interpenetrar de diferentes modos o conjunto das relações humanas tende a impor mediações ancoradas em valores sociais oriundos desse novo padrão de consumo.

Trata-se de um processo impulsionado pelas novas possibilidades de diversificação, de ampliação da produção de mercadorias, numa dinâmica diretamente vinculada à emergência do trabalho flexível, que, a partir da intensificação do grau de exploração do trabalho vivo, permite ao capital obter aumento dos índices de produtividade, conforme demonstraremos, por exemplo, no segundo capítulo da nossa pesquisa.

Enquanto o capital – como é próprio da sua natureza – reduz os homens à condição de coisa (força de trabalho), esse processo de homogeneização massificada dos indivíduos, ao retirar parte essencial daquilo que lhe dá sentido de vida, reduz a existência humana à lógica intrínseca do

¹⁵ No seu livro “A Situação da Classe Operária na Inglaterra”, Engels (1988) analisa justamente a expansão do trabalho fabril, os impactos sobre os antigos trabalhadores “autônomos-caseiros”, a emergência dos novos centros industriais, como as cidades de Manchester, Birmingham, Liverpool, etc. Enfoca as deploráveis condições de vida e o trabalho do proletariado inglês, bem como suas primeiras lutas de resistências à exploração do capital. Tão grande era a exploração da força de trabalho que Alexis Tocqueville (1805-1859), expoente do liberalismo francês, no seu livro Viagens à Inglaterra e à Irlanda (1833-35) relata: “Desse esgoto imundo, o ouro puro escoa. É aí que o espírito humano se aperfeiçoa e se embrutece; que a civilização produz maravilhas e que o homem civilizado volta a ser quase selvagem” (Tocqueville, 2000:112).

trabalho alienado. Nesse caso, a busca pela satisfação individual é canalizada quase que totalmente para a esfera do consumo.

Já nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844), Karl Marx, numa análise crítica à interpretação da economia política indica alguns dos fundamentos históricos sobre os quais se assentam as relações trabalho-abstrato/propriedade privada.

A partir daí, discorre sobre a origem (ou razão essencial) do processo de alienação que, à época moderna, resulta do contraditório processo histórico (portanto, não natural) de dissociação da relação homem/trabalho-concreto, pois:

“O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão barata quanto mais mercadorias ele cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...] A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome [...] sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital” (Marx, 2004:80-81).

É, portanto, nesse contexto de produção moderna, de excessos de mercadorias - particularmente em nosso tempo presente - que as classes,

segmentos de classes ou grupos sociais específicos são incitados a introjetar comportamentos que, ao reafirmar um determinado modo de vida, faz com que a identidade do indivíduo, grupo ou classe social seja fundada/reforçada na idéia de um hedonismo calcado no consumo desenfreado, no consumismo propriamente dito¹⁶.

Um processo de exacerbação das diferentes formas de fetiches¹⁷ correlatos à produção de mercadorias em massa e revelador de que *“durante o tempo de trabalho, o operário não mais se pertence; não é mais ele mesmo, transformado não só em objeto, mas em objeto pertencente a outro, ele é, ao mesmo tempo, reificado e alienado”* (Goldmann, 1979:142).

¹⁶Para José Saramago (2000), *“as pessoas não saem de dentro de moldes”*, não podem viver o tempo todo sendo “moldadas”, ou seja, é preciso recuperar o verdadeiro sentido da vida, é possível, é preciso resistir! Ver José Saramago, *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. O conceito de trabalho alienado empregado em nosso texto parte do entendimento de que *“alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade”* (Heller, 1989:37). Nesse sentido, vemos quão é revelador o filme intitulado *“A classe operária vai ao paraíso”* dirigido por Elio Petri (1971), particularmente na cena em que o operário metalúrgico “Lulu”, (Gian Maria Volontè) após o fracasso da greve, demitido e abandonado pela mulher e pelo filho, vê-se sozinho. No quarto, seu olhar penetrante e reflexivo faz uma varredura pelo ambiente. Transbordando em exaustão, seus olhos transcorrem lentamente pelo teto, descem pelas paredes e, inertes, focalizam as mobílias repletas de brinquedos. Com a cabeça pesada realiza leves movimentos, ora para esquerda ora para a direita, ora para cima ora para baixo. Desiludido, observa tudo em sua volta. É como se a cena sugerisse o momento máximo do “absurdo”, as formas de alienação da época contemporânea sendo reveladas. Lulu, o ex-metalúrgico vê-se negado enquanto humano-genérico, e com seu olhar de “morto-vivo” pergunta a si mesmo: “Em que mundo eu vivo? Qual o sentido disso tudo”?.

¹⁷“O termo fetichismo foi criado no século XVIII, por volta de 1750, oriundo da palavra fetiche, por sua vez derivada do português feitiço, artifício. Jean Baudrillard foi buscar a etimologia do termo *fetiche*, surgido na França do século XVII, para nos mostrar como ele sofreu, nos nossos dias, uma distorção semântica. O termo, usualmente utilizado para se referir a uma propriedade sobrenatural do objeto, significa, em sua origem, o inverso: *“fabríco*, um artefato, um trabalho de aparências e de *signos”*. O português feitiço vem do latim *facticius* (fazer), cujo sentido é “imitar por sinais”, como, por exemplo, “fazer-se devoto”. Por isso, o que é forte no sentido da palavra é o aspecto de fingimento, de disfarces, de inscrição artificial, numa palavra, de um trabalho cultural de signos na origem do estatuto do objeto-feitiço e, portanto, em parte também no fascínio que ele exerce” (Fontenelle, 2002: 280-281).

Não é por acaso que as imagens transmitidas, tanto aquelas relativas ao corpo quanto as que se manifestam pelas idéias, atitudes e pelos comportamentos do *jovem-adulto flexível* trazem em si e nos fornecem pistas sobre o seu novo conteúdo social identitário. São ilustrativas de alguns dos signos que compõem nossa contemporaneidade, aqui entendida como processo de vigência plena da modernidade, da modernidade do capital.

De forma conflitiva, esse novo conteúdo social identitário, peculiar ao novo perfil operário, é apreendido pelos antigos da seguinte maneira:

“O jovem hoje, ele só pensa em comprar carro, roupa [...] o dia inteiro andando, e assim ficam, daqui a pouco chega:” “ô mano, ô vagabundo, vem aqui”, esses papos assim”. (Moises - depoimento coletado em dezembro de 2007).

Ou ainda,

“[...] Ele sai do Senai, vai fazer uma faculdade... Então, ele pensa: ‘Pô! Eu estando aqui já é um caminho pra poder estar lá em cima! Pegar um cargo de chefia, vir pra área administrativa.’ Então, ele vem com esse pensamento” (Tomizaki, 2005).

Nesse contexto, no momento em que o jovem-adulto flexível é visto pelos mais antigos como sendo a síntese portadora de um comportamento marcadamente consumista, individualista, preferimos percebê-lo como expressão das peculiaridades da sociabilidade capitalista contemporânea, que condiciona a existência/identidade/reconhecimento do indivíduo ao que é

capaz de consumir, sejam as mercadorias, sejam as “idéias difundidas” como parte da ideologia do capital à época do trabalho flexível.

Mais ainda, não podemos nos esquecer de que o jovem metalúrgico é profundo conhecedor dos dramas relativos à fase de “estagiário”, no momento em que passou por entre as “portas do inferno”. Nesse caso, como sugere Padilha (2006), consumir pode representar uma tentativa de se perceber importante, um “instante fetichante” em que a vida parece ter algum sentido.

Contudo, tais comportamentos, idéias e atitudes correspondem, ao que tudo indica, à manifestação cabal do processo de desefetivação, pois, *“com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”* (Marx, 2004:81). Ou ainda, com base nesse pressuposto teórico, ocorre que:

“[...] a economia mercantil, em particular a economia capitalista, tende a substituir na consciência dos produtores o valor de uso pelo valor de troca, e as relações humanas concretas e significativas por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores; tende, assim a substituir, no conjunto da vida humana, o qualitativo pelo quantitativo” (Goldmann, 1979:125).

Sendo assim, uma marca de nossa contemporaneidade – como consequência das formas mais agudas de manifestação desse comportamento social alienado - é dada pela intensificação, pelo acirramento brutal das disputas entre os próprios operários pela manutenção do emprego.

Um dos significados dessa nova forma de emulação é dado pela incorporação do conteúdo ideológico que, subsumida, no conceito de empregabilidade, à época do trabalho flexível, é exaustivamente disseminada pela empresa, questão de tal modo relevante que não passará despercebida em nosso segundo capítulo.

Com isso, desnuda-se o fato de que, estando o conhecimento e a ciência, de modo geral, vinculados direta ou indiretamente ao processo de acumulação/produção de mercadorias, as relações sociais, em face da racionalidade instrumental alienada, tendem cada vez mais a incorporar/reproduzir, no cotidiano, formas alienadas de sociabilidade, um dos fundamentos da “crise” recente entre o antigo e o novo perfil operário, pois:

“[...] à medida que a reificação foi fazendo progressos, a ruptura entre a realidade social e a busca do humano acentuou-se a tal ponto – pelos menos no mundo capitalista – que a expressão dessa busca teve de ceder lugar à simples constatação e descrição de uma realidade social reificada inumana e privada de significação” (Goldmann, 1979:137).

É com base nesses pressupostos teóricos que devemos compreender, por exemplo, o empenho de Valquíria Padilha em analisar as tendências da “sociedade de consumo” como sacramentadas em espaços como os *shoppings centers*, momento em que os frequentadores dessas “catedrais” enredam-se em novas formas de sociabilidade alienada, pois:

“A sociedade do consumo faz com que os indivíduos organizem sua vida – o trabalho, o lazer, a família, as relações – fora do mundo e da sua história, num mundo fundado no privado, fechado e abstrato dos signos, por

intermédio das mercadorias e do consumo” (Padilha, 2006:102).

Nesse processo, a publicidade, ao manipular/construir “vontades”, direcionando-as fundamentalmente para o consumo, não só facilita o fluxo das mercadorias, fechando o círculo da acumulação (produção-circulação-consumo), mas também, sofisticadamente, projeta a “sociedade de massa” como uma sociedade sem classes sociais antagônicas, projeta uma imagem da sociedade capitalista “sem sua essência”, que são as contradições e os interesses de classes distintas. Essa constatação não escapa a Valquíria Padilha, quando destaca que:

[...] “procurando um paradoxal movimento de personificação das pessoas, acabando por fazer desaparecer, na verdade, a hierarquia social [...] a publicidade vende de tudo a todos, indistintamente, como se a sociedade de massa fosse uma sociedade sem classes” (Padilha, 2006:104).

Vê-se, portanto, que atualmente a publicidade desempenha importante papel ao alcançar um número cada vez maior de consumidores, apresentando a eles uma infinidade de mercadorias e “idéias” disponíveis em escala sempre ampliada, num processo em que, do centro à periferia do planeta, alcançando os mais recônditos lugares, visa “provocar” desejos de consumo por meio do uso de sofisticadas linguagens e técnicas de manipulação:

“O desejo da marca em fazer-se presente na “mídia-realidade”, através de acontecimentos surpreendentes, vai ao encontro do funcionamento de mídia de notícias, em que se misturam, cada vez mais, informação e

diversão. E os profissionais de *marketing* embaralham ainda mais essas fronteiras, em busca do tom de “realidade” que precisam imprimir às suas marcas” (Fontenelle, 2002:266).

Ou seja, é preciso se comunicar, ser verdadeiro, ser notícia. É nesse contexto em que tudo deve se comunicar que a empresa aqui em questão criou os informativos “Nós” e “*Em foco*”, um caminho mais estreito que facilita a comunicação entre capital e seus colaboradores, pois todos são percebidos como sendo os responsáveis pela produtividade e pela qualidade dos produtos da empresa.

Mas é preciso ser verdadeiro, e por isso não devemos estranhar que no informativo “*Em foco*”, edição especial de 06/03/2008, venha estampada a seguinte notícia: “Eleição da Comissão de Fábrica 2008”. Porém, é preciso ser verdadeiro por inteiro! Após informar os dias de votação, o encarte relembra seus operários/colaboradores o relevante papel a ser desempenhado pela Comissão de Fábrica.

Segundo a empresa, é função da Comissão de Fábrica: “*Representar os trabalhadores perante a administração da Empresa, aprimorando seu relacionamento com os colaboradores*”. Quer dizer, então, que não há mais luta de classes? Aqui temos um caso típico de luta ideológica em que o capital se apresenta, de forma bizarra, como sendo mais realista que o rei.

É nesse momento particular de nossa contemporaneidade que o processo de reestruturação produtiva e o correlato aumento da produtividade

permitem uma inédita oferta de mercadorias, acirrando ainda mais as formas de estranhamento - o “ser” confunde-se com o “ter” - com que as problemáticas relativas às formas de sociabilidade contemporânea, particularmente as identidades e os conflitos entre o antigo metalúrgico e o *jovem-adulto flexível*, devem ser percebidas, pois a atual “crise de valores” parece ser fomentada por uma nova moral que dissemina/justifica atitudes consumistas e individualistas.

1.4.2 Contingência e “moral” operária

Durante muito tempo, ao longo do século XX até a queda do muro de Berlim (1989) e fim da URSS (1990), segmentos da “esquerda” sustentaram o pressuposto de que o “operário”, por sua posição-condição na sociedade, impunha-se como portador único do devir histórico, na medida em que trazia dentro de si os códigos morais e sociais necessários à emancipação humana.

Ungido pelo dogmatismo e sem ser informado dessa sua missão, o operário foi alçado à condição de negação “material” do capital, a “chaga e a cura” segundo o ponto de vista de um “materialismo” muito peculiar.

Em sintonia com essa interpretação vulgar e “mecanicista da história”, manifestações “artísticas” vinculadas ao realismo socialista não mediam esforços em saturar a visão do transeunte com suas grotescas estátuas de operários com punhos cerrados e a placa logo abaixo anunciando: “eis aqui o futuro herói do povo, de toda a humanidade”.

Nesse sentido, com o intuito de procurar reinterpretar e corrigir os rumos é que surgiram as teses de Edward Palmer Thompson (1987) difundidas no seu livro “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Em Thompson, a história da classe operária deixa de ser uma expressão abstrata para tornar-se a história da experiência vivida por homens e mulheres reais num mundo contraditório, conforme salienta o historiador Cláudio Batalha.

Ou seja, nada está dado por princípio; a classe operária, por ser histórica, é algo mais complexo, pois é formada em meio às diferentes

concepções religiosas e de mundo. Suas ações “forjam” valores difusos, que, premidos pelas contingências do cotidiano, não só são plurais, mas ainda, passam por constantes realinhamentos e modificam-se de acordo com as circunstâncias, com a realidade objetiva.

Partindo da premissa analítica sugerida por Thompson (1987), faz-se importante notar que o processo de “degradação relacional” entre os antigos e o novo segmento metalúrgico aqui estudado, como parte de nossa contemporaneidade, encontra nos estudos de Richard Sennett (1999) instigante reflexão. Sennett, captando algumas das conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo indica-nos que:

“As condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaçando a capacidade das pessoas de transformar seus caracteres em narrativas sustentadas [...] **O que é singular na incerteza, hoje, é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo [...] Talvez a corrosão dos caracteres seja uma conseqüência inevitável [grifo nosso].** Não há mais longo prazo, desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento” (Sennett, 1999:32-33)

Todavia, ainda que Sennett consiga trazer aspectos relevantes para o entendimento dos caracteres que podem vir a compor a identidade do *jovem-adulto flexível*, contrapondo-se à sua resignação de certo modo fatalista, faz-se fundamental recuperar a premissa que sustenta a tese segundo a qual a burguesa só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os

instrumentos de produção; por conseguinte as relações de produção, e, por extensão, o conjunto das relações sociais.

Indo, portanto, para além das contingências, Goldmann (1979) permite que ampliemos o escopo da análise quando apresenta o conjunto das relações, submetendo o entendimento da sua dinâmica aos princípios fundantes da sociedade capitalista. Para Goldmann

“[...] a reificação – que insiste essencialmente na substituição do qualitativo pelo quantitativo, do concreto pelo abstrato e que está estreitamente ligado à produção para o mercado, principalmente à produção capitalista – tende, paralelamente, ao desenvolvimento dessa produção, a apoderar-se progressivamente de todos os domínios da vida social” (Goldmann, 1979:138).

Com isso temos que, se os comportamentos dos *jovens-adultos flexíveis* se revestem de certo “individualismo”, essas atitudes parecem refletir alguns dos impactos que, conforme analisou Ricardo Antunes (1997), são rebatimentos/reflexos resultantes da própria fragmentação material e social da classe operária, com fortes repercussões, inclusive, na forma de se perceber enquanto operário que compõe um novo segmento da classe produtora da riqueza social.

Nesse caso, suas atitudes e seus comportamentos refletem, portanto, aspectos das condições gerais do presente histórico, profundamente marcado pelas metamorfoses do proletariado contemporâneo¹⁸.

Dessa forma, o próprio acirramento do processo de disputas *de todos-contra-todos* revela os sentidos e as particularidades das ações dos indivíduos ou grupos que agem premidos pela dimensão objetiva imposta pelo cotidiano alienado, como nos mostra Agnes Heller:

“[...] as escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre idéias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem de mundo” (Heller, 1999:14).

Vemos, pois, o quanto em nossa cotidianidade, dinâmica calcada na imediatividade desse turbilhão fetichizante/alienante - processo no qual o *jovem-adulto flexível* encontra-se completamente submerso - há uma forte tendência à fragilização dos laços de solidariedade entre segmentos, grupos, parcelas ou classes como um todo.

¹⁸Contudo, ainda que a realidade social seja profundamente marcada pelas contingências do cotidiano, contém em si a possibilidade de sua superação, de um salto qualitativo ancorado numa nova forma de se ver-perceber do proletariado. Um salto que, conforme analisou Mészáros (1993), aponte para uma questão essencial, a saber: “[...] não é uma questão do que este ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado todo, no momento, considere como sua meta. É uma questão do que o proletariado é, e o que, de acordo com este ser, ele historicamente será forçado a fazer. Sua meta e sua ação histórica são previstas irrevogável e claramente em sua própria situação de vida, como também em toda organização da sociedade burguesa [...] a consciência pode ser colocada a serviço da vida alienada, da mesma forma que pode visualizar a suplantação da alienação” (Mészáros, 1993: 75-79).

Expressam, assim, e de forma acentuada, os novos significados das manifestações da vida cotidiana alienada, reveladora de um novo conteúdo “axiológico objetivo”, que atua como força capaz de reduzir parte significativa da força de trabalho à condição de “rejeito humano”, uma vez que a consolidação dos paradigmas técnico-organizacionais do trabalho flexível implica também tornar descartáveis contingentes expressivos do proletariado, tal qual o são os bens de consumo.

No chão da fábrica são nítidos os conflitos ocorridos entre o antigo perfil operário, em geral, participante ativo dos grandes movimentos grevistas de fins dos anos 70 e início da década de 80 do século passado e o *jovem-adulto flexível* contemporâneo, os “filhos da reestruturação”.

Esses conflitos emergem e são partes do processo de dissensão das formas correlatas de emulação, quando da introdução do conceito de empregabilidade, que, exigindo dos operários um conjunto de atitudes pró-ativas, engajamento no cumprimento das metas de produção e das melhorias contínuas, encontram guarida e são incorporadas mais facilmente pelos segmentos mais novos, em especial, nos instantes em que se procura de todas as formas sair o mais rápido possível da “purificação” por que passam no período em que se encontram no “purgatório”.

É por isso que, nesse contexto, nos momentos de rusgas e de acirradas disputas é que ganha força entre os mais novos a idéia da descartabilidade. Os antigos passam a ser vistos como aqueles que devem ceder seus lugares, enquanto a empresa, “necessitando de sangue novo”, faz

vistas grossas para esses fatos. Aliás, até criou um curso de readaptação social para aqueles que se prontificam a deixar a “família” [nome da empresa].

Em conversa informal, alguns operários disseram que nos momentos de maior tensão - quando se discutem cortes de pessoal - os antigos tornam-se o alvo preferencial das brincadeiras, do tipo: “*vai pescar, véio*”, “*sua mulher está te esperando*”, “*o ricardão vai passar na sua casa*”, etc.

Para os antigos, essas atitudes têm o sentido de “desrespeito”, “humilhação”, “constrangimento” vulgar e desnecessário. Mas não é só isso: a desconsideração em relação ao passado é algo ultrajante, é “o fim do mundo”, “fim dos tempos”, tal qual podemos constatar em nossa pesquisa de campo, somando-se às informações já trazidas por Kimi Tomizaki (2007).

Sobre essa questão, vejamos o relato de David, operário com “trânsito livre”. Trata-se de uma figura ímpar na medida em que possui a capacidade de penetrar, transitar com peculiar desenvoltura entre os dois segmentos. Por ser portador dessa condição, em muitas ocasiões assume o *sui-generis* papel de apoiador crítico dos operários antigos, ou por vezes de “conselheiro” dos mais novos. Esse emblemático operário nos relatou que:

“[...] existe uma tensão, um conflito entre o pessoal da velha guarda e o pessoal novo. O pessoal da velha guarda não consegue sair (se aposentar). Dizem: “o que eu vou fazer da vida agora? Os novos falam: “aposentado tem que sair”. Os antigos respondem: “mas eu dei meu sangue aqui”. O novo devolve: “já era, sua fase já passou”.

Será que podemos indicar algumas razões que consigam jogar um pouco de luz sobre esse conflituoso processo relacional entre os novos e os antigos operários no chão de fábrica? David, nosso depoente, sugere:

“Eu acho assim... o antigo ele começa olhar para trás e vê as mudanças. Na verdade, a época dele era a época do chicote, vamos dizer assim. Então ele começa a olhar as conquistas que eles tiveram, as lutas que eles passaram, a repressão que eles sofreram, ele fica desiludido porque as pessoas não os respeitam pelo que eles fizeram. Então eles passam por um sofrimento interno”.

Parece-nos, portanto, que a crise de sociabilidade contemporânea, ao assumir forma de conflito entre as gerações operárias, exprime o esforço do capital em reestruturar-se recriando/sustentando as condições necessárias à realização do valor, um processo em que *“a crise geral mostra a dramaticidade que se expressa como possibilidade de regressão social, de que o chamado neoliberalismo é sintomático”* (Neto, 1995: 186).

Nesse sentido, talvez Paulo Leminsky tenha sido um visionário ao escrever os poemas “Dor elegante” e “Lápide”. Seus versos parecem traduzir essa nova e peculiar forma de alienação contemporânea. É como se o poeta (nosso oráculo) antecipadamente nos revelasse o sentido social do sofrimento vivido pelo antigo operário da empresa aqui pesquisada: o “descartável”.

É interessante notar que no poema “Dor elegante”, Paulo Leminsky, fazendo-nos lembrar dos pressupostos teóricos caracterizadores da “normalidade sofrente” descrita por Dejours (2000), tenha captado seu significado quando escreveu:

“Um homem com sua dor é muito mais elegante, caminha assim de lado, como se, chegando atrasado, andasse mais adiante. Carrega o peso da dor, como se portasse medalhas, uma coroa um milhão de dólares ou coisa que o valha. Ópios, edens, analgésicos, não me toquem nessa dor, ela é tudo que me sobra, sofrer vai ser a minha última obra”.

Por outro lado, o poema Lápide poderia ser interpretado como sendo o gesto, a atitude pragmática imposta pelo cotidiano ao operário *jovem-adulto flexível*, que, conhecedor “das portas do inferno”, encontra-se em luta aberta para ocupar um lugar, ou alterar para melhor sua posição no interior da fábrica. Para ele, as coisas também não são tão fáceis porque convive de forma dolorosa com esse processo de desligamento dos antigos, pois muitos vivenciam essa experiência dentro da própria casa, sendo parentes (netos, filhos, sobrinhos) dos antigos operários.

Mais ainda, seu ingresso no Senai se deve, antes de tudo, ao grau de parentesco que o liga à velha guarda operária. É como se, inconscientemente, de forma sub-reptícia, seus pensamentos fossem atormentados por uma verdade incontestável, qual seja: “sem eles (os antigos) eu nem sequer estaria aqui”. Mas não tem jeito: a cotidianidade exige, antes de tudo, a adoção de posturas objetivas, e o operário mais novo tem que lutar para assegurar uma vaga, um “pedacinho de céu”.

Ele tem que tomar uma atitude. Premido pelas circunstâncias, suas defesas desabam, abrem-se os flancos, e o capital sorrateiramente faz valer a máxima pragmática segundo a qual é preciso “eliminar excessos” (eis aqui o

revival da descartabilidade). Sob impacto de tais circunstâncias o jovem operário, movido por sentimentos confusos porém pragmáticos, se rende.

Numa espécie de desabafo/desespero, é como se declamasse: *“podem ficar com a realidade, esse baixo astral, em que tudo entra pelo cano, eu quero viver de verdade, eu fico com o cinema americano”*. Com isso desnuda-se outro fetiche social à época do trabalho flexível, a jóia da coroa insistentemente difundida pelos liberais, a saber: “o pacto da liberdade dual, da condição de igualdade consagrada na relação contratual entre empregado e empregador”.

Ao contrário, o que vemos é a reafirmação, em nossa contemporaneidade, de uns dos princípios fundantes da modernidade, quando *“[...] o trabalhador é, de direito e de fato, o escravo da classe detentora, o escravo da burguesia; é de tal forma um escravo que pode ser vendido como mercadoria [...]. A diferença em relação à antiga escravidão, claramente praticada, está em que o trabalhador atual parece ser livre, pois não é vendido de uma só vez”* (Engels, 1988:117). No caso aqui específico, além de confirmada a tese de Engels, vemos que o capital necessita, a todo instante, de “sangue novo”.

Por fim, tal qual podemos verificar ao longo de nossa exposição, esse novo segmento operário, por ser portador de aptidões profissionais e atitudes condizentes com as exigências “também ideológicas” do mercado de trabalho - particularmente no caso da empresa flexível aqui estudada -, de modo geral, se beneficia dessa disputa em relação aos antigos.

Ao mesmo tempo, dado sua condição salarial/material, seu ingresso e sua permanência na fábrica (efetivação após cursar a escola do Senai) trazem possibilidades reais de ascensão social: é o caminho do “sucesso” assim disseminado no interior da fábrica “[...] *filho, ó, você tem que estudar...você tem que fazer isso... ó, você tem futuro aqui dentro da empresa*”; eis como um antigo operário se reporta ao filho ingressante, segundo Brandão, jovem operário e ativista sindical.

Contudo, qual a origem histórica recente desse novo perfil operário? A denominação de flexível guarda certa relação com o Sistema de Produção Toyota? Por que denominamos esse novo perfil operário como sendo o *jovem-adulto flexível*?

Ainda que compartilhemos da tese de Paul Thompson exposta em “*A voz do passado – 1998*”, particularmente em sua premissa de que os dados estatísticos devem ser questionados, inevitavelmente, por força da exposição, da imperiosa necessidade em demonstrar a gênese e os atributos sociais do objeto aqui estudado teremos que recorrer aos números. São aspectos que, tratados em nosso segundo capítulo, visam dar maior precisão “*histórica quantitativa*” à emergência do objeto pesquisado, o *jovem-adulto flexível*.

CAPÍTULO II - DA RIGIDEZ FORDISTA À EMPRESA “TOYOTISTA”: A GÊNESE DO JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL

2.1. A implantação da indústria automobilística no Brasil

A elevação da produção de bens de consumo duráveis esteve diretamente relacionada ao período no qual “o Estado brasileiro passou a exercer importante papel no processo de estruturação de uma nova política industrial, possibilitando, inclusive, a atração de parte significativa de novos e relevantes conglomerados industriais” (Cano, 1993:17).

Essa postura estatal “intervencionista” coadunava-se com a própria conjuntura econômica e política estabelecida no imediato pós-guerra, peculiaridade da acumulação cujo processo de crescimento industrial, de recuperação e expansão da economia capitalista relacionava-se, em meio e por conta da “guerra fria”, ao esforço de reconstrução do continente europeu e do Japão (Bihr, 1998; Harvey, 1993).

Em consonância com essa nova tendência, o Plano de Metas elaborado pelo governo JK (1955-60), sintetizado no slogan “cinquenta anos em cinco”, significou um novo impulso à estrutura industrial brasileira. Com base na política de apoio e favorecimento aos setores produtivos considerados dinâmicos, a implantação de setores monopolistas contou com expressivo volume de capitais, que, financiados pelo poder público, constituíram garantia para a instalação de indústrias pesadas, particularmente aquelas vinculadas ao setor automotivo.

De fato, a estratégia adotada pelo governo JK revelou uma clivagem do projeto nacional-desenvolvimentista, particularidade assentada na “aliança” entre o Estado e o capital privado internacional. Nesse sentido, a iniciativa estatal em privilegiar o segmento produtivo vinculado à indústria automobilística se explicou pela sua patente relevância em relação ao conjunto da economia capitalista.

Desde a era JK, e ainda hoje, sua importância pode ser dimensionada em razão de todo o complexo produtivo que representa, e principalmente pela mobilização financeira, com seu dinamismo e seu alto grau tecnológico. É relevante o destaque dado por Tomás Gounet (1999) ao indicar a considerável expressão desse ramo produtivo para o processo de acumulação. Salienta o autor:

“Um carro tem no mínimo 20 mil peças é um produto de tecnologia e organização complexas, cuja fabricação não se reduz ao conjunto de seus componentes. Sobretudo pelo fato de desenvolver um sistema que envolve produção e comercialização. Um conjunto de sistemas e serviços ligados a seguros, créditos, etc... A indústria automobilística representa, nos principais países do mundo, cerca de 10% do emprego, 10% do Produto Nacional Bruto e 15% do comércio externo” (Gounet, 1999:13-14).

Percebe-se, com base nos dados acima, a importância estratégica do setor, uma vez que seu dinamismo prometia possibilidades novas e qualitativamente superiores de inserção da economia brasileira no plano internacional. Foram essas expectativas de crescimento e de inserção, e do potencial econômico prometido que justificaram a adoção das políticas públicas

ancoradas em programas de incentivos como o Befiex (Benefícios Fiscais de Exportação), conforme analisaram Wilson Cano (1993) e Álvaro Comin (1998).

É por isso que, de acordo com os autores, no lastro da indústria automobilística outros segmentos se beneficiaram da permissão para a importação de bens de capital sem cobertura cambial e gozaram de privilégios próprios de mercados cativos protegidos por altas taxas alfandegárias, da concessão de empréstimos subsidiados por bancos oficiais para a importação desses bens às indústrias brasileiras, da isenção de tarifas de importação e de impostos, na aquisição de máquinas e equipamentos.

Nesse sentido, Glauco Arbix (1995) e Helen Shapiro (1997) indicam que a compreensão do processo de instalação da indústria automobilística requer que se considerem simultaneamente as inúmeras iniciativas das diferentes esferas estatais responsáveis pelo suporte à expansão industrial. Órgãos de fomento, como Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Ministério dos Transportes, Grupo Executivo da Indústria Automobilística - GEIA, agindo em conjunto, impulsionaram um salto qualitativo na estrutura produtiva brasileira.

Foi um processo que, no breve período de 1956 a 1968, permitiu ao país assistir à instalação de empresas multinacionais como a Scania Vabis, Mercedes Benz, Chrysler, Volkswagen, Toyota, Sinca, Willis e Vemag, algumas, mais tarde, incorporadas por outros conglomerados (Cardoso, 2000:38-39).

A empresa aqui analisada, por exemplo, instalou-se em São Bernardo do Campo em 1956, iniciando a partir de 1959 sua produção de caminhões e ônibus.

Por incorporar as tendências tayloristas/fordistas, é revelador para a compreensão do perfil das indústrias automobilísticas instaladas no Brasil, no período JK, o que se vê nas imagens comparativas das linhas de montagem que seguem logo abaixo.



A linha de produção, símbolo da indústria taylorista/fordista
Fonte: www.mundoeducacao.uol.com.br



Foto da empresa em 1959. Fonte: site da empresa pesquisada,

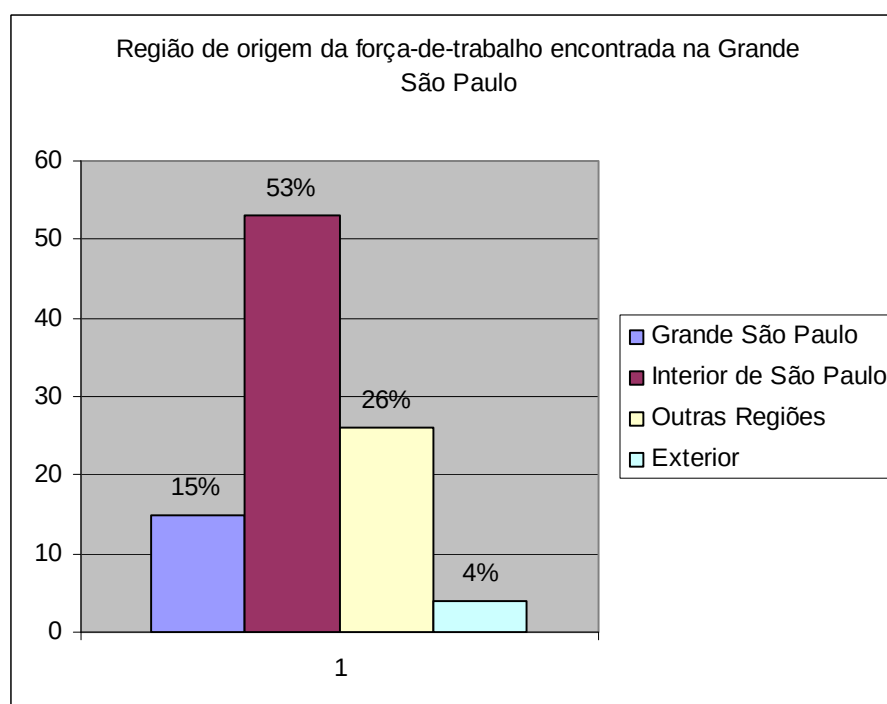
Vemos que, seguindo a lógica taylorista/fordista, no repetitivo processo de montagem a organização dos operários em linha exigia pouca ou quase nenhuma habilidade. A organização hierarquizada e vertical encontrada na indústria automobilística possibilitava que, tanto o ritmo quanto a cadência na execução das tarefas fossem acompanhados pelas chefias imediatas.

Evidencia-se, portanto, que as fases desenvolvimentistas do período JK (1955-60), bem como à época do “milagre brasileiro” (1968-73)¹⁹, de forma ampla constituíram-se como momentos específicos de nossa história recente, momentos em que, concomitantemente à emergência da nova estrutura produtiva, particularmente do parque automotivo, houve um acelerado processo de urbanização, do incremento do comércio e da ampliação das atividades relacionadas ao setor de serviços. Nesse contexto é que despontou a hegemonia da região do ABC paulista.

¹⁹ Segundo Paul Singer (1999) por “milagre econômico” compreende-se os anos que vão de 1968 a 1973. Nesse período o Brasil conheceu um crescimento médio do PIB próximo de 10% ao ano.

2.2. A emergência do ABC paulista

Expressando esse novo momento da acumulação capitalista, a Hospedaria dos Imigrantes²⁰ acolheu inúmeras pessoas oriundas tanto do interior paulista quanto de outras regiões do Brasil, conforme fica demonstrado no quadro que segue logo abaixo:



Fonte: Dados compilados da pesquisa de Leôncio Rodrigues (1970).
Quadro nosso.

A tabela acima sugere que, como temos procurado demonstrar, na esteira do chamado “milagre brasileiro” (1968-73) um expressivo contingente de trabalhadores migrantes deslocou-se para a Grande São Paulo, atraídos

²⁰ A Hospedaria do Imigrante, fundada em fins do século XIX com o objetivo de “acolher” os imigrantes que chegavam à cidade de São Paulo para trabalhar nas fazendas de café, acompanhou as transformações econômicas vividas pela cidade ao longo do século XX. Assim, a capital paulista, a partir dos anos 50, serviu como lugar de morada para muitos migrantes que, vindo do interior do estado, deslocaram-se até a capital. Ou ainda, acolheu migrantes oriundos do Nordeste, Minas Gerais ou outras regiões do país.

pela nova indústria. Destaca-se, ainda, que essa primeira geração operária era formada majoritariamente por migrantes originários do interior do Estado de São Paulo.

Da mesma forma, os dados comparativos apurados por Leôncio Rodrigues (1970) permitem uma melhor compreensão quanto à origem dessa massa operária e ao processo de deslocamento que, impulsionado pelas mudanças promovidas por JK nos anos posteriores, manteve seu fluxo, porém incorporando novos segmentos de trabalhadores, oriundos de outras regiões do país²¹.

Disso decorre que no bojo dessa nova forma de acumulação capitalista ocorreu uma acelerada migração/urbanização no Sudeste. Entre os anos 1950 - 1976, o crescimento do mercado de trabalho, como desdobramento da expansão industrial, atingiu patamares próximos a 400%. Nesse contexto houve uma projeção do ABC, pois essa região tornou-se o berço das montadoras e de outros setores produtivos que, vinculados ao complexo automotivo e ao segmento de máquinas e equipamentos, formaram um novo pólo industrial, como ressaltou Iram Rodrigues (1990).

O ABC, ao abrigar aproximadamente 4.426 mil novas empresas, ligadas principalmente ao setor de transformação (Conceição, 1998:36), converteu-se num parque industrial emblemático do período JK e da fase do

²¹ É revelador que, em 1963, mais da metade dos operários horistas semi-qualificados, ou não-qualificados, encontravam-se na cidade de São Paulo há menos de dez anos. Já, no início dos anos 80, 84% dos horistas de São Bernardo do Campo e 95% de São Paulo haviam fixado moradia na capital ou na Grande São Paulo há mais de dez anos. Para o autor, esse processo migratório está diretamente vinculado, entre outros fatores, mas principalmente, ao êxodo dos trabalhadores nordestinos no decorrer dos anos 70 (Leôncio Rodrigues, 1970:113-114).

“milagre brasileiro”. Soma-se a isso o fato de que, em apenas duas décadas, 1971-1991, vivenciou-se uma inédita explosão demográfica. Sua população triplicou, passando de 504.416 para 1.625.000 habitantes (IBGE/Seção de pesquisa de SBC/Diadema – Municípios, 1991).

Dessa nova concentração de trabalhadores é que emergiu o segmento dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, particularmente aqueles vinculados às indústrias automobilísticas. Para ressaltar essa proeminência, basta considerar que representaram mais de 58% do conjunto dos assalariados no setor automotivo brasileiro, em meados dos anos 70. De 134 mil operários desse setor, no ABC houve concentração de 72.143, segundo os dados do Dieese, Subseção ABC (2000).

Essa impressionante massa operária manteve-se ainda nos anos 80, principalmente quando se considera o conjunto da categoria, já que o número de trabalhadores pertencentes à base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema correspondiam a uma expressiva massa de 183.001 operários (Dieese Subseção ABC, 2000).

Para Márcia Leite (1987), quando visto isso de forma ampla verifica-se que se tratou de um processo modernizador, impulsionador do aumento inédito do número dos trabalhadores vinculados ao ramo metalúrgico. Sintomático foi que entre 1950 a 1976 o *quantum* operário encontrado nas indústrias metalúrgicas saltou de 174.607, para 1.420.210 trabalhadores.

Contudo, de acordo com Iram Rodrigues (1990), nessas indústrias modernas prevaleciam condições de trabalho físico e mental adversas à saúde

do operário. Ao mesmo tempo, o padrão produtivo e o ritmo imposto pela linha de produção, com sua lógica produtiva, convertiam as tarefas em um trabalho penoso e enfadonho.

Sua repetição e as poucas exigências quanto à habilidade manual, com um controle quase inexistente do trabalhador sobre o projeto e sobre a organização do processo produtivo constituíam importantes fatores que, no seu conjunto, foram responsáveis pela permanente rotatividade da força de trabalho, as conhecidas taxas de *turn-over*, segundo a mais recente linguagem do trabalho flexível.

2.3. O operário *jovem-adulto flexível*

As medidas neoliberais adotadas pelo governo Collor de Mello (1990) trouxeram profundas inflexões de natureza política e econômica. No setor automobilístico em especial, a introdução de uma série de mudanças organizacionais combinadas com o uso em maior escala da automação microeletrônica, mais os novos paradigmas técnicos e organizacionais incorporados de forma restrita ao longo dos anos de 1980, na década seguinte, sua disseminação nos pólos industriais modernos patentearam o processo sistêmico da reestruturação produtiva no Brasil (Cardoso, 2000; Alves, 2000; Comin, 1999).

Estando a empresa aqui analisada na condição de fabricante líder no segmento de caminhões e ônibus, após a abertura econômica seu maior desafio estava em como manter essa liderança, conquistada a partir do início da sua produção, no ano de 1959²².

Sintomático da nova e acirrada competitividade instalada no setor automobilístico, particularmente entre os produtores de ônibus e caminhões é o fato de que, das cinco empresas concorrentes no início dos anos 90, ao final da década esse número já tinha saltado para oito: Internacional Navistar, Fiat Iveco, Agrale, Ford, Volkswagen, General Motors, Scania, Volvo e a própria fábrica em questão (Anfavea, 1999:64-65).

²² A empresa objeto de nossa pesquisa iniciou a construção de sua unidade produtiva na região do ABC paulista em 1956. A partir de 1959, passou a produzir seus ônibus e caminhões (Relatório Social da empresa, 2004).

Foi nesse ambiente mais competitivo que a empresa inaugurou, em 1991, seu Centro de Desenvolvimento Tecnológico (Relatório Social da empresa, 1991). Contudo, a estratégia empresarial não se limitou em tornar a fábrica de São Bernardo do Campo num centro de pesquisa e desenvolvimento capaz de fabricar novos produtos com vista a manter sua liderança no mercado brasileiro e ampliar sua participação no mercado sul americano, mas, concomitantemente à criação do Centro Tecnológico, procurou atuar no sentido de adequar a força de trabalho correspondente ao antigo perfil *taylorista/fordista* às suas novas necessidades, no sentido de se tornar flexível, ajustada ao novo patamar exigido pela concorrência nacional e global.

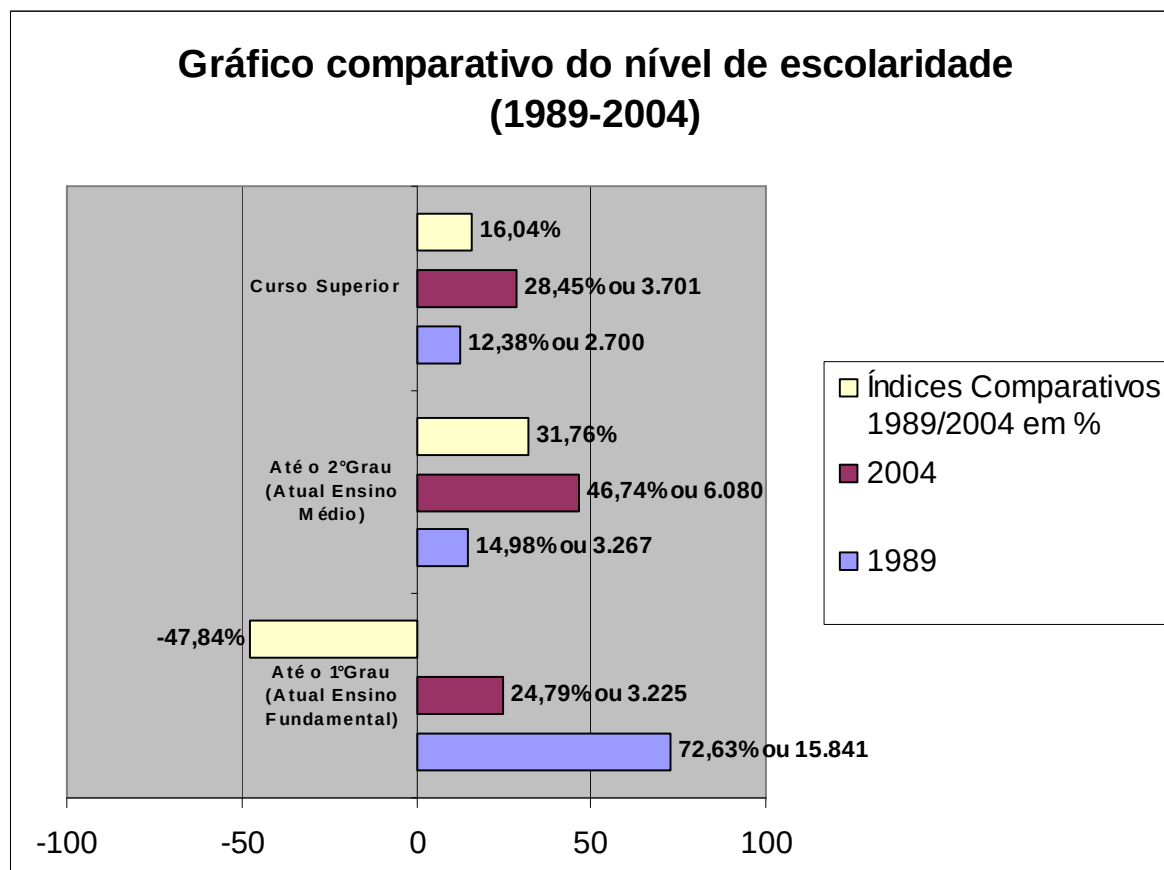
Os dados do Relatório Social da empresa de 1989, ano anterior ao processo de abertura, quando cotejados com os dados do relatório elaborado no ano de 2004, mostram que, como parte do processo de reestruturação desenvolvido ao longo da década de 1990 houve um acentuado enxugamento no quadro do pessoal, que de 21.808 diminuiu para 13.209 mil.

Ao mesmo tempo, paralelamente ao corte no número de funcionários, acompanhando as mudanças, foram promovidas alterações consideráveis no que tange a escolaridade, qualificação profissional, tempo de empresa e faixa etária de parte significativa do contingente operário remanescente.

Portanto, passadas mais de uma década desde o início das mudanças, quando nos reportamos à nova composição operária encontrada na fábrica de São Bernardo do Campo, além do enxugamento de 8.599 postos de

trabalho no grupo ficaram nítidas as tendências que, inerentes à reestruturação da empresa, indicavam a constituição de um outro perfil operário, sob alguns aspectos bastante diferente daquele encontrado em décadas anteriores.

Com base nos dados empíricos coletados em nossa pesquisa de campo, é revelador do processo e do teor dessas mudanças o nível de escolaridade existente antes e após 14 anos do início do processo de reestruturação da fábrica. Nesse sentido, o quadro comparativo do nível de escolaridade coletado, com base no Relatório Social referente aos anos de 1989 e 2004 nos traz as seguintes informações empíricas.



Fonte: Relatório Social da Empresa, ano 1989 e 2004. Quadro nosso (3).

Ao analisar os dados referentes aos novos níveis de escolaridade, de imediato nos chama a atenção o fato de 72,63% dos trabalhadores, incluindo os vinculados à área administrativa, em 1989, terem até oito anos de estudos relacionados ao ensino formal. Cabe considerar que, se rastreados os operários vinculados diretamente à produção – o que é impossível com base nas informações contidas no relatório social da empresa -, os números revelados em 1989 provavelmente estariam acima dos 72,63%.

Observamos ainda que, no mesmo ano de 1989, um reduzido contingente de 14,98% dos operários havia freqüentado alguma instituição de ensino formal por até 11 anos, o equivalente ao ensino médio completo/incompleto de hoje. Tendo como referência o quesito escolaridade estaríamos, portanto, diante de uma fábrica de clássica composição taylorista/fordista, em que a baixa escolaridade dos funcionários produtivos diretos, em geral, era compensada pelos cursos profissionalizantes geralmente oferecidos por instituições como o Senai ou escolas técnicas particulares, estaduais ou federais (Leôncio Rodrigues, 1970).

Em sintonia com o processo de reestruturação produtiva, são reveladores os dados empíricos comparativos quanto à escolaridade, entre os anos de 1989 e 2004. Como parte do mesmo movimento que diminui o *quantum* de operários com até oito anos de estudos no ensino formal, de 72,63% para 24,79%, aumentou, por outro lado, de 14,98% para 46,74% o daqueles com até onze anos de freqüência escolar. Os com formação superior

saltam de 12,38% para 28,45%, mais que dobrando em relação aos índices de 1989.

Com base ainda nos dados disponíveis em 2004 podemos aferir que a reestruturação produtiva forçou tanto aqueles que permaneceram, quanto os que ingressaram na fábrica no decorrer do processo de reestruturação a freqüentarem por um período bem maior instituições de ensino regular com vista à obtenção de diplomas do ensino médio ou superior, diminuindo drasticamente para 24,79%, portanto para menos de $\frac{1}{4}$, o número daqueles com até oito anos de estudo.

Porque, conforme temos salientado, fez parte da política de mudanças a exigência de que todos, inclusive os operários antigos, retomassem os estudos, o sentido das práticas coercitivas estavam subsumidas no discurso da elevação da escolaridade, da capacitação e da “empregabilidade”. Com isso, emulando o coletivo operário, a empresa buscou “atualizar/ajustar” a força de trabalho em consonância com as exigências da “nova” fábrica flexível.

De fato, houve uma considerável mobilização operária em direção ao estudo formal, responsável por elevar o nível de escolaridade, de acordo com os dados comparativos de 1989 e 2004. Essas tendências foram sentidas, inclusive, no chão de fábrica. É revelador o depoimento de Mário, operário com mais de 15 anos de empresa, que informa:

“Olha só, no passado você tinha aquele metalúrgico que, no ditado popular, era catado a laço, hoje a contratação

você tem quer ter o 2^o grau e está cursando inglês. É o mínimo que a empresa exige pra você entrar”.

Contudo, esse movimento pela busca da melhoria do nível de instrução reflete/reforça algumas das contradições que vão além daquelas relacionadas ao processo de reestruturação da empresa em si.

Daí que, se por um lado devemos considerar a importância da atitude do operário ao caminhar em direção do conhecimento socialmente produzido nas escolas de ensino fundamental e médio, nas escolas técnicas ou nas universidades, por outro o estudo, posto como uma necessidade vinculada unicamente aos objetivos da produção, na sua forma útil/instrumental, tende a reproduzir de forma mais intensa aspectos da sua vida alienada.

Dessa forma, as causas da iniciativa que “incentiva e motiva” o ato de estudar recoloca de forma mais intensa alguns dos elementos que permeiam a imediatividade da vida cotidiana, acentuando, com isso, as múltiplas formas de estranhamentos, trazendo, ao mesmo tempo, novos elementos necessários à compreensão da ontológica relação capital-trabalho (Agnes Heller, 1981).

Neste primeiro momento, propomo-nos a tão somente demonstrar o perfil e a particularidade histórico-social do *jovem-adulto flexível* que emergiu da fábrica reestruturada.

A necessária análise sobre os significados da educação útil/instrumental e das formas de estranhamento correlatas constitui algumas

das questões de que trataremos, de maneira mais detida, no nosso terceiro capítulo. Voltemos, então, aos traços definidores do que aqui tratamos como sendo o *jovem-adulto flexível*.

2.3.1. Sobre a nova qualificação profissional

Expressando, ainda, o processo de reestruturação da empresa, é fundamental apontar que, concomitantemente à elevação do nível de escolaridade verificamos uma tendência ao aprimoramento da qualificação profissional, conforme nos mostra a tabela logo abaixo.

Qualificação, nas empresas, do grupo entre os anos 1989 – 2004

Ano de 1989 (níveis)	Ano de 1989 em %	*Ano de 2004 (níveis)	Ano de 2004 em %
Chefias 1.610	7,38 % do total	Executivos 446	3,44% do total
Especializados 6.740	30,90% do total	Técnico administrativo 3.061	23,55% do total
Qualificados 10.660	48,88% do total	Operadores 9.175	70,60% do total
Semi-Qualificados 2.199	10,08% do total	_____	-----
Aprendizes 599	2,74% do total	Aprendizes 312	2,40% do total

Fonte: Relatório Social da empresa, nos anos 1989 e 2004.

*Com o processo de reestruturação das empresas do grupo, mormente no que se refere ao enxugamento de pessoal, ocorreram mudanças nas nomenclaturas que definem o nível de qualificação profissional.

Com base nos dados apresentados no quadro acima, é possível apreender que os níveis definidores do grau de qualificação profissional da empresa reestruturada, no decorrer das mudanças que engendraram a nova

composição operária, são agora definidos por novas nomenclaturas. Vemos que, quando se analisa a qualificação profissional dos seis diferentes níveis arrolados em 1989, posteriormente, no ano de 2004, esses haviam sido reduzidos a quatro somente: executivos, técnicos administrativos, operadores e aprendizes.

Contudo, pretendemos demonstrar que, para além de meras designações profissionais, as novas nomenclaturas não só indicam uma relativa superação do velho padrão de organização vertical taylorista/fordista mas também o movimento incessante da empresa, que, no decorrer do processo de reestruturação, perseguiu sistematicamente alguns objetivos considerados estratégicos, conforme definição do seu “Projeto Fábrica 2000”

²³, a saber:

1-) A nova nomenclatura significou um movimento de duplo sentido, asaber: a constituição de uma nova racionalidade organizativa se expressa na concentração do saber-fazer operário em células de produção anteriormente dispersos em diferentes tarefas e funções na linha de produção e a emergência de uma força de trabalho polivalente,

²³ Lançado pela empresa em outubro de 1992, o “Projeto Fábrica 2000” objetivava buscar “a segmentação da fábrica, a implementação de melhorias contínuas/kaizen, a criação de células de manufaturas, a criação de grupos de trabalho e a terceirização” (Paulino&Marcolino,1999:06). De acordo com Bresciani, para Sindicato e Comissão colocou-se uma “escolha entre assistir, resistir ou debater a mudança. Tratava-se de um caso incomum, em que se apresentava a perspectiva de negociar um projeto no papel e não suas conseqüências” (Bresciani,2001:145).

concomitantemente à eliminação das fragmentadas designações profissionais do período anterior.

2-) Melhores visualização e acompanhamento da totalidade do processo produtivo, com vistas a eliminar estoques de linha e gargalos existentes na produção, diminuição da porosidade e maior controle do fluxo de produção.

3-) Enxugamento de pessoal, por meio da demissão ou terceirização dos trabalhadores produtivos diretos. Redução dos cargos de chefias, gerências e pessoal administrativo.

4-) Com a vista à consolidação de uma estrutura produtiva mais enxuta e horizontalizada, a empresa procurou, sempre que possível, criar condições para que se desenvolvesse no chão de fábrica um ambiente mais propício à disseminação da idéia de adesão ao seus projetos. Daí o surgimento da nomenclatura “colaborador”.

Vemos que, no processo de reestruturação, a extinção da antiga estrutura profissional hierarquizada veio acompanhada de novos mecanismos de mando e de controle operário. De modo geral, é possível concluir que as novas nomenclaturas revelam uma “nova fábrica”, onde já não há espaço para operários não qualificados, na medida em que ser “qualificado” e se

aperfeiçoar constantemente tornaram-se condições *sine-qua-nom* para alguém se manter “empregável” na empresa.

De maneira mais intensa, a partir de 1992 emergiram novos parâmetros para determinar o grau de qualificação da força de trabalho. Além do “clássico” curso técnico, passaram a ser considerados como requisitos do “bom perfil profissional” a escolaridade, a participação em diferentes cursos promovidos pela empresa ou fora dela, estudo de línguas estrangeiras, domínio da informática e do processo produtivo nas suas diversas fases de execução, todos ingredientes necessários à interferência propositiva do operário na elaboração de projetos, quando solicitado²⁴.

Incorporando alguns aspectos do trabalho flexível inerente ao Sistema de Produção Toyota (*Toyotismo*), a empresa aqui analisada, no decorrer do processo de reestruturação, promoveu um conjunto de mudanças. Dessa forma, o enxugamento das nomenclaturas quanto ao número das denominações profissionais revela uma brutal redução dos postos de trabalho, conforme indicamos anteriormente.

Nesse sentido, as fotos que seguem trazem importantes significados, pois permitem visualizarmos alguns dos aspectos das mudanças aqui indicadas, e em particular a redução de pessoal, a reorganização dos

²⁴ Segundo a empresa, os investimentos no treinamento de pessoal seguiram, nos anos 90, uma curva ascendente. Foram realizados em 2001, por exemplo, 2.688 cursos de treinamento, num total de 614,3 mil horas computadas. Participaram dos diferentes cursos oferecidos 31.613 mil colaboradores, uma média per capita de 48,4 horas, num custo que, incluindo cursos no exterior, chegou a 8,8 milhões de reais. No plano de estímulo ao estudo formal foram investidos 3,7 milhões, perfazendo um total de 12,5 milhões de reais (Relatório Social, 2001).

processos e da correspondente re-ocupação do espaço fabril produtivo, aspectos que, vistos em seu conjunto, são reveladores das transformações que também se expressam nas novas nomenclaturas quanto à qualificação profissional, tal qual temos salientado.



Linha de montagem após fábrica reestrutur a reestruturação. Fonte: Site da empresa.



Primeira linha de montagem em São Bernardo do Campo, SP - 1959.

O L 312, o "Torpedo", primeiro caminhão produzido no Brasil. Fonte: Site da empresa pesquisada

Portanto, se observarmos atentamente as imagens acima notamos que, paralelamente às políticas de redução de custos com pessoal, da eliminação de cargos de chefias e gerências considerados, a partir de então, como sendo improdutivos, diferentemente do que ocorria na linha de produção/montagem padronizada vigente na fábrica em 1959, ainda no processo de produção em massa taylorista/fordista (as imagens acima são expressivas), a questão de como aumentar a produtividade ajustando de maneira adequada o uso da força de trabalho em favor do capital, conforme as imagens recentes da empresa, expressa a característica de uma fábrica cada vez mais enxuta, pois foram incorporadas práticas flexíveis que, nos anos de 1980, haviam sido disseminadas com maior intensidade entre os grupos transnacionais situados no velho continente.

Dessa forma, a qualificação profissional, enquanto processo permanente e conectado aos interesses da empresa, tornou-se pressuposto (ainda que sem garantia) para aqueles que desejassem se manter empregados.

Por outro lado, ao reestruturar-se a empresa procurou integrar o trabalho desintegrando-o da antiga identidade operária, pois, ao mesmo tempo que a introdução da manufatura celular, atuou não só transformando a força criadora oriunda da nova cooperação em aumento da produtividade mas também agiu no sentido de transformá-la, com base no consentimento operário, em força pró-ativa, engajada e comprometida com os objetivos da fábrica flexível.

É revelador o reconhecido avanço nos índices de produtividade de algumas plantas européias que incorporaram elementos da flexibilidade proposta por Taiichi Ohno. Em adiantado processo de reestruturação, essas empresas revelam que, no Brasil dos anos 90, os ataques do capital sobre o mundo do trabalho ainda se encontravam em sua fase inicial, enquanto no Brasil a produtividade (autoveículos/trabalhador) da indústria automobilística seguia uma curva ascendente: 14,8 em 1994; 15,1 em 1995; 17,4 em 1996 e 20,3 em 1997.

Na planta da Nissan, por exemplo, em Sunderland - Reino Unido - a produtividade foi de 72 veículos por trabalhador; na GM de Eisenach – Alemanha, de 67; na Toyota de Burnaston - Reino Unido, de 66; na Ford de Valencia – Espanha, de 54; na Peugeot de Mulhouse – França, de 51; na Fiat de Melfi – Itália, de 50 (Dieese Subseção ABC, 1997).

É preciso destacar que, no caso da empresa aqui analisada, as negociações ocorridas entre capital e trabalho, particularmente algumas das conquistas operárias no decorrer do processo de reestruturação se devem, antes de tudo, ao enraizamento *sui-generis* na organização da representação dos trabalhadores no interior da fábrica. Como exemplo, podemos citar que as salas reservadas à Comissão de Fábrica, todas elas, sem exceção, constituem “território operário”, no sentido de que tais espaços são considerados (acordados em negociação) áreas livres da interferência patronal.

Não se trata de uma neutralidade de “fachada”, mas de um espaço a serviço da organização operária, cujo acesso é permitido somente aos operários da fábrica ou aos convidados externos.

Foi com base no apoio dessa singular forma de organização que se conseguiu negociar a semi-autonomia na manufatura celular (a melhor maneira de realizar as tarefas, quem e quando goza do seu dia de folga, dispensas para resolver assuntos pessoais, etc...), obter controle sobre os bancos de horas (permitir certa estabilidade no emprego evitando que as horas acumuladas sejam utilizadas somente em favor do capital) e acompanhar e checar a veracidade dos dados que, ao final, compõem os valores a serem pagos pela PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

Como parte dessa inserção/organização da representação dos trabalhadores, recentemente a Comissão de Fábrica designou um dos seus membros para que esse representasse/organizasse os trabalhadores terceirizados. Ou seja, essa forma de inserção e organização operária no espaço fabril é um caso diferenciado, inclusive, em relação às outras montadoras situadas na própria região do ABC paulista.

É importante destacar que, na condição de convidado pela comissão de fábrica, nas inúmeras ocasiões em que visitei o interior da empresa reestruturada, em nenhum momento fomos constrangido ou barrado pela direção patronal, nem mesmo quando de nossa circulação pelo chão de fábrica, exceção feita ao setor de desenvolvimento de projetos, lugar estratégico, de segredo industrial.

Considerando a importância das problemáticas que envolvem as questões dos aspectos relativos à tentativa de criar um clima condizente com as novas necessidades de engajamento e consentimento operário na produção, retornaremos a esse tema ao final, ainda, deste primeiro capítulo.

2.3.2. Tempo de empresa e a faixa etária

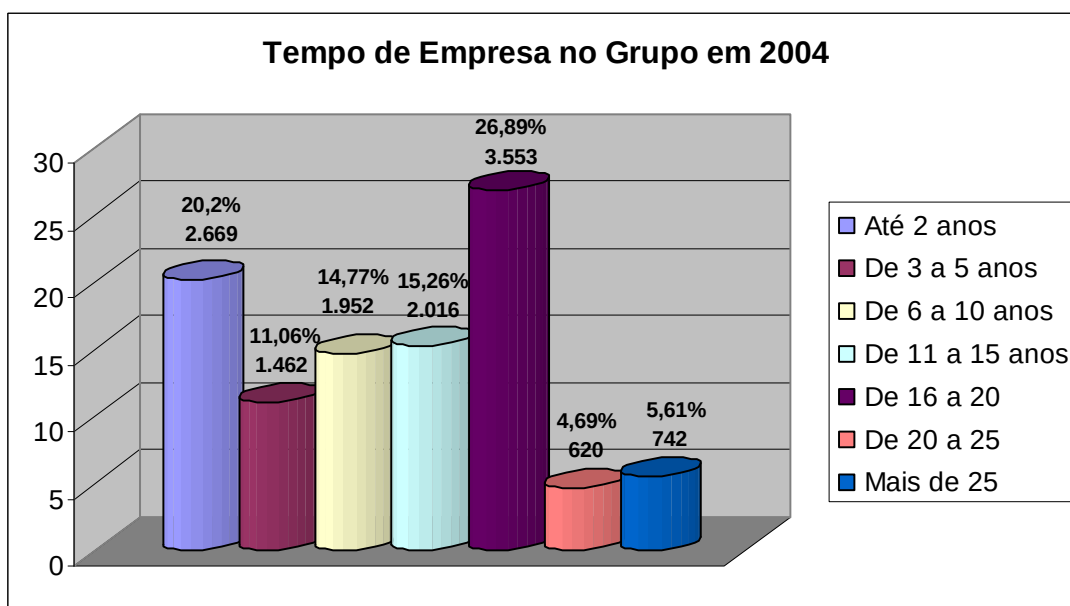
No esforço de demonstrar as particularidades representativas do objeto aqui pesquisado - o operário *jovem-adulto flexível* -, outros dados empíricos coletados em nossa pesquisa de campo são igualmente relevantes à compreensão do teor, dos significados e das tendências do processo de reestruturação produtiva responsáveis pelo surgimento desse novo segmento metalúrgico no ABC paulista, a partir da década de 1990.

Seguindo essa linha expositiva, como elementos interconectados se destacam, de modo particular, os itens “tempo de empresa” e “faixa etária”, pois, com base na análise desses dados é possível apreender, de modo mais preciso, algumas das características profissionais, históricas e sociais do operário que ingressou no decorrer do processo de reestruturação da fábrica aqui analisada.

Ao recuperar os dados relativos ao tempo de empresa, interpretando-os como parte do processo que impulsionou a emergência do operário *jovem-adulto flexível*, vale destacar alguns dos números encontrados no Relatório Social elaborado pela empresa no ano de 2004.

Nesse relatório, particularmente, os dados quantitativos referentes à composição desse segmento, como parte das mudanças já indicadas anteriormente, são reveladores do movimento de reestruturação do capital e da nova racionalidade flexível incorporada pelas empresas do grupo, em especial pela unidade produtiva localizada na região do ABC paulista.

Dessa forma, os números sobre o “tempo de empresa” apresentados no gráfico que segue logo abaixo são significativos porque contribuem para a elucidação e a compreensão do objeto de nossa pesquisa; senão vejamos:



Fonte: Relatório Social, 2004.

Ao analisarmos o quadro acima fica patente a entrada de um novo contingente operário no decorrer do processo de reestruturação, pois, de acordo com o Relatório Social da empresa de 2004, nesse ano 20,2 % haviam ingressado na fábrica entre o período de 2002 a 2004.

Os números aqui apresentados, quando relacionados com os dados referentes aos operários recrutados entre os últimos três e cinco anos, permitem-nos apreender que, 31,06%, quase um 1/3 dos operários, foram contratados entre os anos de 1999 e 2004. Se nos alongarmos no tempo e considerarmos aqueles com seis a dez anos de empresa, chegaremos ao

expressivo número de 45,76% operários contratados entre os anos de 1992 e 2004.

Ou seja, quase a metade do contingente operário teve seu ingresso na fábrica no decorrer das mudanças, são “filhos” da reestruturação produtiva. Ao mesmo tempo, tomando como referência temporal o ano de 1992, momento em que as mudanças se tornaram mais agudas, ficaram mais nítidos alguns dos objetivos perseguidos pela empresa com a aplicação das diretrizes contidas no seu projeto “Fábrica 2000”.

Fato relevante, e que por isso novamente destacamos, é que quando cotejamos os números apresentados no Relatório Social de 1989 e no de 2004 vemos que em 1989 o grupo era composto por 21.808 operários, lotados em fábricas situadas nas cidades de São Paulo, Campinas e São Bernardo do Campo.

Em 2004, simultaneamente à reorganização espacial fabril expressa na venda da unidade localizada na cidade de São Paulo e à inauguração, em 1998, da unidade em Juiz de Fora, houve uma redução drástica, da ordem de 13.209, no número total de seus “colaboradores”.

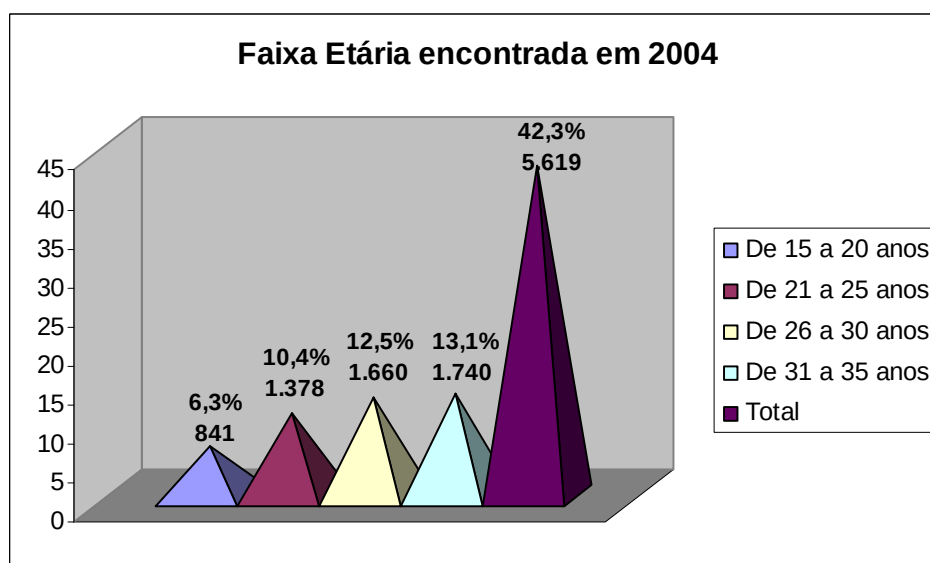
Contudo, vale chamar a atenção para o fato de que na unidade de SBC - foco de nossa análise –, no ano de 2004, dos 12.672 operários empregados no grupo, 11.494 estavam concentrados naquela unidade produtiva; portanto, 87% do total (Relatório Social de 2004).

Com isso, quando relacionamos as mudanças no perfil operário com as informações relativas ao tempo de casa, considerando as demissões

efetuadas no transcurso da reestruturação (devemos nos lembrar de que foram demitidos 41.90% da força de trabalho), esse processo evidenciou também que a empresa não só reduziu drasticamente o número de trabalhadores mas também promoveu uma fenomenal renovação na sua composição.

É por isso que destacamos que em 2004, por exemplo, 45,76% do total de pessoal da empresa haviam sido contratados a partir de 1992.

A favor de nossa argumentação de que com sua política de reestruturação o capital agiu no sentido de enxugar o quadro de funcionários e compor um novo perfil operário, o quesito “faixa etária”, quando analisado de forma a complementar as informações apresentadas nos itens anteriores também se constitui como dado empírico relevante à compreensão da composição do segmento *jovem-adulto flexível*, conforme os números apresentados no quadro:



Fonte: relatório social de 2004. Nº total de operários 13.209.

Vemos que, de modo geral, os dados apontam e reforçam nossa premissa de que o capital, ao reestruturar-se, atuou no sentido de conformar uma nova força de trabalho a aspectos diferenciados, quando comparada à clássica geração taylorista/fordista existente nas décadas anteriores, particularmente à época da vinda dessas indústrias para o Brasil, no período JK, tal qual procuramos demonstrar anteriormente.

Observando os dados apresentados no quadro acima, tomando o início do governo Collor de Mello (1990) como sendo o período de referência para refletirmos sobre as mudanças ocorridas nos últimos 14 anos temos que, em 2004, do número de operários que compunham o quadro total de pessoal na empresa, 42,3 % situavam-se na faixa entre 15 e 35 anos de idade.

Ou seja, aqueles que em 2004 tinham 35 anos, em 1990 eram jovens com 21 anos de idade. Esse dado, somado aos 45,76% dos contratados após os anos de 1992 permite a consideração de que, quando comparado, visto como parte de um mesmo processo, os quesitos “tempo de casa” e “faixa etária” amparam nossa hipótese de que esse segmento é a expressão do *jovem-adulto flexível* incorporado, à empresa no transcurso, como parte do processo de reestruturação da fábrica.

Portanto temos que, ao considerarmos conjuntamente os itens escolaridade, tempo de empresa, faixa etária, formação técnica, cursos de aperfeiçoamento ou complemento profissional, como curso de línguas estrangeiras e informática, esses dados trazem elementos sociais que parecem indicar, numa perspectiva analítica totalizante, o sentido das

transformações das quais emergiu o novo segmento metalúrgico *jovem-adulto flexível*.

Vejamos, a seguir, alguns dos dados contidos nos quadros anteriores:

- . Os números correspondiam a 45.76% do total dos operários pertencentes na fábrica em 2004, ou seja, houve um expressivo contingente de trabalhadores contratado após o ano de 1992.

- . 75,19% do total possuíam de 11 a 15 anos de estudo no ensino formal. Haviam completado o ensino médio, cursavam ou já tinham completado o ensino superior.

- . Estes, em 2004, representavam 42,3% do pessoal da fábrica, com faixa etária situada entre 15 e 35 anos de idade.

- . Os *jovens-adultos flexíveis*, na sua ampla maioria, possuíam diferentes cursos, tais como: cursos de línguas estrangeiras, informática, inúmeros cursos técnicos oferecidos inicialmente na escola Senai da própria empresa (como mecânica geral), os quais, seguindo a lógica da formação contínua (Lei de Diretrizes e Base para a Educação – 9.394/96), eram constantemente complementados com outros cursos profissionalizantes, realizados dentro ou fora da fábrica. Localizamos, ainda, aqueles com

formação superior em diferentes áreas: Direito, Economia, Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Ciências Sociais, Letras e engenharias direcionadas para o setor (Mecatrônica, Engenharia Automotiva, Design, etc...).

Já que os aspectos acima enumerados correspondem às características que melhor exprimem o perfil dos *jovens-adultos flexíveis*, torna-se necessário trazer para nossa análise o contexto das mudanças introduzidas no interior da fábrica, porque essa se constitui como o *locus*, o ambiente cujas alterações relacionadas ao processo de reestruturação produtiva resultaram, inclusive, na emergência desse segmento metalúrgico, cuja gênese histórica, estando relacionada às transformações verificadas no período recente, permite-nos definir esses *jovens-adultos flexíveis* como sendo “os filhos da reestruturação”.

2.4. A fábrica flexível

Em relação ao processo de reestruturação da empresa aqui analisada, quando do trabalho de campo - particularmente com base nas inúmeras incursões realizadas pelo interior da fábrica - tivemos a oportunidade de verificar que as medidas tomadas no sentido de tornar a empresa flexível estiveram fundadas prioritariamente em mudanças de procedimentos e processos, e em alterações centradas prioritariamente numa nova reorganização/ocupação do espaço produtivo fabril²⁵.

Ou seja, os processos de mudanças, de reestruturação e flexibilização da fábrica apoiaram-se fundamentalmente na busca de um novo *layout* da produção, cujo redesenho permitisse não só concentrar mas ainda diminuir o tempo necessário à realização das tarefas.

Em outros estudos de casos realizados na mesma empresa (Bresciani, 2001; Paulino & Marcolino, 1999) vemos que a reestruturação, após 1990, assentou-se fundamentalmente na constituição de uma nova organização dos operários da fábrica, os quais foram gradativamente sendo incorporados às manufaturas ou células de produção.

²⁵ Durante a pesquisa de campo, realizamos várias incursões pelo interior da empresa, ocasião em que pudemos verificar as peculiaridades do processo de flexibilização em diferentes setores chave da produção: motores, chassis, eixos, pintura e montagem. A exceção foi o setor administrativo, e também desenvolvimento de projetos estratégicos. Cabe destacar que nessas visitas tivemos a oportunidade de sanar diferentes dúvidas em relação aos novos processos produtivos, bem como observar a forma como se organizam a distribuição e a execução das tarefas no interior de cada manufatura celular, por meio de diálogos travados diretamente com o pessoal do chão de fábrica.

A foto abaixo, ao desvelar a manufatura celular do setor de eixos, permite-nos apreender alguns dos aspectos referentes ao processo de reestruturação da empresa, conforme temos afirmado.



De imediato, na imagem acima notamos que aspectos organizativos referentes à antiga fábrica ainda permanecem, em meio ao já avançado processo de flexibilização. Podemos observar, por exemplo, que na manufatura celular seu *layout* ainda reproduz algumas características da tradicional linha de produção taylorista/fordista.

O novo, revelador dessa nova forma de flexibilização da força de trabalho, é que não existe mais o posto individualizado de trabalho. Ao mesmo tempo, após drástica redução de pessoal, conforme mostramos anteriormente, a equipe pertencente à manufatura celular passou a ser composta por operários multifuncionais, cujo conhecimento teórico e a habilidade técnica tornam possíveis:

- a reintrodução nas funções dos operadores diretos das tarefas concernentes ao diagnóstico de

problemas, reparo e manutenção de máquinas e equipamentos;

- . reintrodução de tarefas de controle de qualidade nos postos de trabalho.

- . reagregação de tarefas de programação às tarefas de fabricação.

O seguinte depoimento de Moisés, antigo operário pertencente à “célula branca”, - a primeira célula/teste introduzida na empresa - reforça e ilustra o que temos procurado demonstrar até aqui, neste trabalho de pesquisa.

Na sua fala, num tom de desabafo, ele diz:

“Nessas mudanças [...] eu era operador de máquinas, hoje sou obrigado a operar, preparar, controlar e fazer TPM (manutenção preventiva total), que são pequenos reparos... hoje você tem que fazer tudo”.

Essas novas capacitações e responsabilidades dos trabalhadores foram mobilizadas dentro de um novo método de organização da linha produtiva, conhecida como linearização ou produção em "U", o que permite, assim, a rotatividade na execução das tarefas entre os operários lotados numa mesma manufatura celular.

Adotando essa estratégia, como parte da flexibilização, ocorreu uma melhor visualização da produção, permitindo, assim, não só enxugar, mas também intensificar o ritmo de trabalho no interior das células produtivas, pois

a empresa passou a ter um maior controle da quantidade de pessoal alocado nos diferentes processos²⁶.

Desta maneira é que o capital procurou atender às demandas da produção. Aplicou, assim, a lógica do sistema *just-in-time*, que, por princípio, busca aumentar a eficiência com o equilíbrio do conjunto do processo e não com o posto de trabalho em particular, alterando, nesse aspecto, a antiga concepção de divisão do trabalho que compunha os modelos anteriores (Centro Pastoral Vergueiro - CPV, s/d).

Essa característica, por sua vez, conduz ao princípio do conhecido tempo compartilhado, resultante da flexibilidade na alocação do tempo em relação à quantidade e à natureza das tarefas a serem desempenhadas pelos trabalhadores, bem como ao seu necessário relacionamento com os demais trabalhadores da equipe no cumprimento das metas e da programação da produção, conforme analisou Benjamim Coriat (1994) em seus estudos sobre a emergência do trabalho flexível a partir do toyotismo, no Japão.

É por isso que os processos do trabalho centrado numa nova organização operária de perfil polivalente, de certa forma melhor exprimiram a

²⁶ Como parte do processo de reestruturação, a fábrica foi segmentada em diferentes centros de custos. Com essa nova estratégia de gestão se obteve maior visibilidade do processo produtivo, definiu-se com mais exatidão os setores em que se deveria (m) empregar novas tecnologias e visualizar, de maneira mais nítida, os pontos de estrangulamento na produção. Com isso, foi possível evitar desperdícios relacionados ao aumento do tempo necessário à execução das tarefas propriamente ditas, desvelando também os locais de trabalho com possível “excesso” de pessoal. Dessa forma, a empresa não só conseguiu maior controle sobre o coletivo operário, mas também, diminuir custos de produção, definindo com mais clareza (a seu favor) as estratégias de competitividade em relação às acirradas disputas do mercado global.

dinâmica das mudanças, não havendo, pois, uma introdução indiscriminada de máquinas e equipamentos de base microeletrônica.

Em nossas visitas pela fábrica observamos que a reestruturação da empresa esteve centrada em aspectos diretamente relacionados às novas formas de organização e de uso do espaço produtivo fabril, e no correlato emprego do trabalho vivo. Nesse sentido, é reveladora a afirmação do diretor do segmento de eixos;

“[...] excelência e inovação não significa necessariamente automatização, grande investimentos [...] excelência e inovação é você fazer renovação constantemente dos seus procedimentos e processos [...] as técnicas que estão sendo aplicadas dentro da fábrica, elas tiveram origem em Ohno e Toyoda, quando voltaram dos Estados Unidos querendo copiar Ford e viram, só vamos batê-los se eliminarmos o desperdício e as perdas, então isso não é novo, é o mais efetivo” (Apud: Bresciani, 2001: 162)²⁷.

Todavia, a fala acima não nos autoriza desconsiderar que tenha havido uma introdução pontual de novas máquinas e equipamentos, mas o que nos chama a atenção, no entanto, nesse depoimento é a revelação da ênfase no processo de inovação, centrado em novos procedimentos e processos.

Nesse caso, se as novas tecnologias com base microeletrônica se constituíram como componentes importantes do processo de reestruturação da empresa em questão, cabe assinalar que sua incorporação seguiu uma lógica

²⁷ O mesmo diretor afirma ainda: “simplicidade não significa primitivismo em termos de processo, significa fazer de forma mais fácil, então temos investido muito em tecnologia de processos [...] significa inovar de forma a alcançar a mesma qualidade do produto e o mesmo nível de produção através de meios de produção flexíveis e de pessoas polivalentes” (apud Bresciani, 2001: 163).

seletiva. Como exemplo, podemos citar os robôs incorporados à secção de pintura, o que permitiu maior fluxo na produção tal qual aponta Bresciani (2001).

Porém, devemos ressaltar que, quando a máquina/robô executa operações repetitivas anteriormente realizadas pelo trabalho vivo, o seu uso não só soluciona alguns problemas relacionados a questões ergométricas mas também permite a liberação do operário para que esse incorpore e execute, no menor tempo possível, um conjunto sempre ampliado de novas tarefas. Eis aqui um dos principais objetivos das aplicações dos Kaizens, das melhorias contínuas, conforme veremos mais à frente.

Ao mesmo tempo, devemos salientar que a introdução seletiva de máquinas e equipamentos de base microeletrônica na empresa, ao sanar problemas relativos à postura corporal quando da realização de tarefas em locais de difícil acesso, combinada às situações em que seu funcionamento não exige reprogramação num período de tempo relativamente rápido, além do ganho de produtividade, como tendência ocorre diminuição dos custos com acidentes e afastamentos do trabalho. Para que fique bem entendido, realçamos que houve uma considerável diminuição de acidentes típicos, peculiares ao anterior período taylorista/fordista clássico²⁸.

²⁸ Em depoimento para nossa pesquisa, o médico do trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC esclarece: “Hoje, o acidente de trabalho é o grande foco de adoecimento dos trabalhadores, a causa acidental [...] entre as doenças, as *ler-dort* são basicamente as que respondem por 60% a 70% de todos os casos notificados, são por doenças ósteo-musculares dos membros superiores. Em segundo lugar, a manutenção de postura prolongada o tempo todo. Mesmo nas fábricas onde você tem um alto índice de correção biomecânica, dos ambientes de trabalho com máquinas com gatilhos mais leves, com dispositivos que ajudam

Reafirmando a seletividade enquanto método para a introdução de novas máquinas e equipamentos de base microeletrônica, um outro diretor da empresa afirma:

“Não investimos em automação, em máquinas complexas, nós pura e simplesmente adotamos alguns princípios que nos permitiram melhorar substancialmente os processos [...] a automação deve ser utilizada como elemento de apoio ao homem e não de substituição do homem” (Apud: Bresciani, 2001: 165).

Parece-nos bastante sugestivo o conteúdo da fala logo acima, pois, para os técnicos vinculados ao Centro de Desenvolvimento Tecnológico o item automação desponta como aspecto de grande relevância, conforme indica Bresciani (2001). O que se verifica, tal qual temos afirmado, é que se desenvolveu um processo de mudanças cuja tônica procurou conjugar a formação das células de produção à aquisição seletiva de novas máquinas e equipamentos.

Nesse caso, subordinando os aspectos tecnológicos das mudanças e compatibilizando-os com o uso mais intenso da força de trabalho, a empresa fez dessa estratégia uma prática que possibilitasse se reestruturar, reduzindo sempre que possível os custos da inovação, pois não priorizou investimentos em capital fixo. Essa foi uma estratégia para tentar jogar para baixo os custos de produção com vistas a obter substanciais vantagens competitivas, em

[...] você tem uma manutenção de postura prolongada, principalmente de ombros para a execução do trabalho” (Depoimento coletado por nós em fevereiro de 2008).

decorrência da acirrada competitividade que se estabeleceu no mercado brasileiro e sul americano, no decorrer da década de 1990 a 2000²⁹.

É por isso que ganha relevância para a compreensão do caso aqui analisado a pesquisa realizada nessa mesma empresa por Paulino & Marcolino (1999). Ao demonstrarem as particularidades que nortearam o processo de reestruturação produtiva no decorrer dos anos 90, apontam que em sua essência a ênfase das mudanças esteve centrada nos aspectos organizacionais e no desenvolvimento de processos, pois, afirmam as autoras:

“[...] na linha de produção [...] na área de montagem de um novo modelo de motor (eletrônico) ocorreram inovações tecnológicas no processo de montagem, teste e revisão, mas na última década a empresa investiu pouco em tecnologia [...] As últimas inovações tecnológicas introduzidas datam ainda de 1985-86 [...] as CNCs - Máquina de Comando Numérico Computadorizado - continuam substituindo máquinas antigas. Com exceção das CNCs, de 1986 a 1997 apenas quatro robôs foram introduzidos. Somente em 1998 a empresa pretendia retomar investimentos em equipamentos mais modernos, o que não ocorreu, pois houve queda na produção (Paulino&Marcolino,1999:16-17).

Dessa forma, quando o tema é o processo, ou a dinâmica caracterizadora dos conteúdos que melhor definem a reestruturação da fábrica em questão, é interessante observar que as mudanças propriamente ditas estiveram centradas na priorização de aspectos relativos à inovação

²⁹De acordo com o Anuário Estatístico da Anfavea de 2006 verificamos que após o início do processo de reestruturação da empresa, ela não só conseguiu manter mas ampliar sua liderança no Brasil. No plano internacional, mantém-se como a maior exportadora brasileira para a região da América do Sul, conquistando ainda novos mercados internacionais, como os mercados africano, árabe e russo.

organizacional do contingente operário, com a introdução seletiva das células de produção, do TPM, dos 5s e dos kaizens³⁰.

Sintomática do processo de reestruturação foi a expansão do número de Grupos de Trabalho, terminologia utilizada para definir a tentativa de junção entre as células de produção/equipes de trabalho com vistas a ampliar, dessas para o grupo, o perfil polivalente da força de trabalho -, que em 1999 chegou a 244, envolvendo aproximadamente 2.406 mil trabalhadores (Bresciani, 2001:207).

Ou seja, a empresa atuou no sentido de enxugar, transformar e adequar os operários às novas necessidades dela. Na produção, suas ações

³⁰ O **Total Productive Maintenance - TPM** (*Manutenção Produtiva Total*) é um sistema desenvolvido no Japão a fim de eliminar perdas, reduzir paradas, garantir a qualidade e diminuir custos por meio dos contínuos processos de mudanças. Também objetiva evitar perdas de máquinas e equipamentos, perdas (acidentes) com a força de trabalho, absenteísmo e perdas de métodos (a melhor maneira de produzir). Na administração da empresa, são perdas por movimentos, organização da linha, transporte, ajustes de medidas. Perdas de matéria primas, materiais, rejeitos, ferramentas e moldes. Perdas de energia: eletricidade e gás. Perdas ambientais: Emissões e efluentes. Trata-se de um método para organizar o espaço de trabalho, especialmente o espaço compartilhado (como a área de uma loja ou um escritório) mantendo-o permanentemente organizado. Já o **5s**, seu propósito central é a busca por melhoria da eficiência no ambiente de trabalho, evitando que haja perda de tempo procurando por objetos perdidos. Além disso, uma vez implementado, fica evidente quando um objeto saiu de seu lugar pré-estabelecido. Do ponto de vista do capital, os benefícios de sua metodologia provêm da decisão sobre o *quê* deve ser mantido, *onde*, e *como* deve ser armazenado. Essa decisão faz o processo advir de um diálogo sobre padronização, que gera um claro entendimento, entre os empregados, de que maneira deve ser feito, de forma também a insuflar a responsabilidade do processo em cada empregado. Os 5s são: *Seiri*: Senso de utilização. *Seiton*: Senso de organização. *Seisō*: Senso de limpeza. *Seiketsu*: Senso de padronização. *Shitsuke*: Senso de auto-disciplina. **Kaizen** (mudança para melhor), significa melhoria contínua, gradual, na vida em geral, pessoal, familiar, social e no trabalho (CPV, s/d). Há uma certa “intencionalidade” do capital na introdução das mulheres em algumas manufaturas celulares, pois elas se revelam ótimas “organizadoras”, qualidade imprescindível à aplicação dos princípios e fundamentos expressos pelos 5s, pois, cuidam da organização das manufaturas celulares com o mesmo zelo com que cuidam de suas casas. Além do que, sua presença contribuiu para que não se perca tempo em conversas e “devaneios” típicos dos lugares que contam somente com a presença masculina. Cabe notar também que a aplicação desses princípios, no seu conjunto, na sua forma combinada, promove uma verdadeira mobilização operária, cujo engajamento se converte num processo que, assentado na cooperação, resulta em maiores ganhos de produtividade, ou seja, trata-se de um processo bastante favorável à lógica reestruturante do capital.

procuraram torná-la flexível, um processo que não foi interrompido, ainda que permeado por alguns conflitos entre capital e a representação sindical, na medida em que as inovações acentuaram sobremaneira os ritmos e as quantidades das tarefas, a rotinização e a rotatividade nos grupos trabalho, conforme atestou a operação “Kinder Ovo” ³¹.

Porque, conforme temos procurado demonstrar, a ênfase do processo de reestruturação da empresa com vistas a torná-la flexível priorizou as mudanças focadas nas novas formas de processos e procedimento, da organização da força de trabalho em células de produção, para um melhor entendimento do caso aqui analisado devemos salientar que a empresa, no decorrer das mudanças, agiu no sentido de construir um ambiente que, sendo menos conflitivo, possibilitasse construir um consentimento operário, um espírito participativo/colaborativo capaz de respaldar, de dar suporte às suas ações e aos seus objetivos.

Por conta disso, o chão de fábrica se converteu num ambiente de disputa “ideológica”, de novas formas de embates entre capital e trabalho quando da negociação dos projetos de reestruturação da empresa. Trata-se,

³¹ Operação “*Kinder Ovo*” foi o nome dado às paralisações-relâmpagos (tentativa de sabotagem) ocorridas em 1996-97. Organizadas pela Comissão de Fábrica, essas paralisações ocorriam em setores, onde a empresa planejava e desenvolvia, sem consulta, a formação de grupos de trabalho, manufatura celular ou kaizens. Nessa operação a representação sindical procurava pressionar no sentido de garantir algum tipo de influência sobre processos já previamente definidos. Finalmente, no segundo semestre de 1998 a empresa passou a discutir algumas problemáticas levantadas pela Comissão de Fábrica, em particular aquelas relativas aos impactos oriundos da reorganização da produção em células/equipes de trabalho.

portanto, de algo relevante e que deve ser considerado quando se analisa a emergência do *jovem-adulto flexível*.

Em consonância com as características gerais do “capital produtivo” contemporâneo à época da mundialização³², que ao se flexibilizar atua no sentido de constituir uma atmosfera de consentimento e adesão aos seus projetos - na década de 1980 em algumas plantas européias reestruturadas ou recém-instaladas foram introduzidas essas práticas - veremos que, no caso da empresa aqui analisada, um processo semelhante também foi vivenciado pelo coletivo operário, daí a razão pela qual discorreremos a seguir sobre alguns aspectos dessas práticas.

³² François Chesnais (1996) indica como sendo um dos traços da mundialização: “a ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da globalização financeira [...] acentuou uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços [...] É nesse contexto que deve ser situada a implementação, pelos grupos industriais, das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, a começar pelas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças” (Chesnais, 1996: 33-34). Ainda se faz necessário assinalar que, relevantes para a compreensão da forma de ser hegemônica/contraditória do capital e da correlata crise de sociabilidade contemporânea são as mudanças relacionadas à eclosão das crises cíclicas, as quais adquiriram, a partir de 1973, caráter permanente. É o que demonstra o atual processo de financeirização econômica, que confere não só certa perenidade às instabilidades políticas/econômicas/sociais, mas também um conteúdo histórico novo ao eterno processo de valorização/acumulação. Autores como Brunhoff (2005), Plihon (2005) analisam, sob diferentes aspectos, o processo de financeirização da economia, seus fundamentos e contradições. Demonstram os efeitos devastadores produzidos pelo excessivo volume de dinheiro, pela quantidade de papéis, derivativos e títulos públicos que, por meio da livre circulação - autonomia conquistada com as reformas neoliberais -, na sua lógica expansiva/agressiva por taxas de rentabilidade sempre maiores e em prazos sempre mais curtos, fomentam situações de permanentes instabilidades e tensões que rapidamente se expandem para o conjunto do sistema do capital, desorganizando seu circuito de valorização composto pelas esferas da produção, da circulação e do consumo.

2.5. Consentimento e controle operário

Em consonância com alguns dos diferentes aspectos inerentes à racionalidade flexível apresentada pelo modelo *toyotista*, foi possível verificar que durante o processo de reestruturação da empresa aqui analisada, por incorporar uma prática disseminada pelo trabalho flexível, esta procurou introduzir um novo comportamento operário capaz de aproximar e projetar maior identificação entre os próprios objetivos e dos operários (Araújo, 2002: Bresciani, 1994).

Essa experiência “democrática” de gestão da produção de fato apresenta aspectos “encantadores”, fundamentalmente quando se elimina a clássica fase do chicote *taylorista/fordista*, momento em que a força de trabalho, simples apêndice do sistema de maquinaria, era constantemente molestada pela chefia imediata, que controlava e coagia permanentemente o coletivo operário no chão de fábrica.

Nesse caso, a estratégia de enxugamento das inúmeras classificações profissionais, conforme demonstramos anteriormente, veio acompanhada da depuração da figura do antigo chefe *taylorista/fordista*, que muitas vezes encarnava a figura do “feitor”. No caso brasileiro em particular, sua presença, com a forma de vigilância ostensiva, remontava aspectos da nossa fase escravista, um período peculiar de nossa História. Traços dessa relação/opressão social ressurgiam na triste figura opressiva do período *taylorismo/fordismo*: o “chefe” de secção.

Ao mesmo tempo, políticas salariais ancoradas em programas como a Participação nos Lucros e Resultados – PLR, atrelando os reajustes de salários às taxa de produtividade, visavam não só atenuar as tensões e os conflitos no chão de fábrica mas ainda, criar uma atmosfera em que exigências de cobranças e cooperação entre o coletivo, perseguindo um desejo da empresa, mobilizasse os operários no âmbito das células de produção, um processo de emulação que, intenso, passou a se desenvolver no seio das manufaturas celulares.

Essas “inovações” na gestão de pessoal, quando vistas em conjunto, apontam, sob diferentes aspectos, para uma evidente mudança de comportamento do capital na sua relação com o coletivo operário. Fato é que ao “estreitar” os vínculos, ao aproximar-se do cotidiano fabril, o capital não somente transforma e mobiliza a “nova força” oriunda dessa nova forma de cooperação em seu favor, mas também age no sentido de atenuar atritos inerentes à conflituosa relação entre capital e trabalho³³.

Ao mesmo tempo, a empresa atuou no sentido de constituir relações pautadas, num plano mais geral, na confiança e na cooperação capital-trabalho. De modo mais específico, agiu no interior das células de produção

³³ É importante destacar que, no decorrer do processo de reestruturação, foi implementado na empresa um novo programa de relação institucional entre capital e trabalho. É revelador desse processo manipulatório o programa intitulado “café com o gerente”. Por meio dele, a empresa, representada pela figura do gerente, não só entrava em contato direto com o coletivo operário, mas também ouvia suas inúmeras reclamações e coletava sugestões sobre a produção. Ao mesmo tempo, permitia que os operários se manifestassem sobre a qualidade do serviço social prestado, ou as políticas de incentivos para estudos e para qualificação profissional oferecidos pela empresa. Com esse programa de relação institucional, procurou passar a idéia de que todos, do presidente ao operário do chão de fábrica, todos, sem exceção, pertenciam a uma mesma e vencedora equipe.

incentivando comportamentos que, baseados na cooperação, fizessem desta uma referência para as condutas e práticas cotidianas na relação dos próprios operários entre si ³⁴.

Nesse sentido, no caso da empresa aqui analisada, ao refletir sobre a incorporação de aspectos do processo de universalização das estratégias do trabalho flexível iniciada no Japão é que conseguimos considerar as razões pelas quais, no processo de flexibilização da produção, por exemplo, introduziu-se a semi-autonomia nas células de trabalho.

O que aparentemente decorreu de uma “concessão” do capital reflete o processo de luta da empresa na busca de, diminuindo possíveis resistências, criar condições que permitissem maior engajamento/consentimento operário aos seus objetivos. Sob este ponto de vista promoveu, conforme salientamos anteriormente, um relativo enfraquecimento das antigas chefias e de seu conseqüente comportamento de ostensiva confrontação com a força de trabalho.

A favor do nosso argumento, é novamente reveladora a fala de Mário:

“Uma coisa positiva é a mudança da chefia, que não pode ser mais autoritária. Com isso, as pessoas passaram a denunciar, hoje a chefia tem que pensar bastante no que vai falar. Hoje, os trabalhadores sentem

³⁴ Esse nos parece ser algo de novo que acompanha a introdução das técnicas manipulatórias inerentes ao trabalho flexível. A antiga identidade operária fordista tecida com base na solidariedade entre “companheiros” de trabalho, à época do trabalho flexível, não é destruída, mas convertida em “solidariedade”, que, instrumentalizada/potencializada, tem seu uso direcionado, capturado de forma a propiciar melhores resultados a favor e de acordo com as estratégias e necessidades do capital.

menos pressão direta da chefia e denunciavam algo que está muito ruim pra Comissão de Fábrica”.

Se por um lado as mudanças relacionadas ao processo de reestruturação da fábrica, mais precisamente a nova qualificação/polivalência operária, são parte do mesmo movimento que introduziu a flexibilidade na estrutura de comando da “nova empresa”, cabe destacar que, por outro, subsumido no conceito de “colaboradores”, amplamente disseminado, encontramos reforçada a idéia de que, atuando em diferentes áreas, todos operadores, técnicos-administrativos, executivos e aprendizes, sem nenhuma exceção, fazem parte de uma equipe vencedora, na qual desempenham relevante papel na consolidação e manutenção da liderança da empresa no mercado.

Atuando no sentido de introjetar/firmar a idéia de que é preciso “assumir compromissos”, é revelador dessa tendência que em seus boletins a empresa se refira ao coletivo operário recorrendo constantemente à expressão “nossos colaboradores”. Seguindo a lógica do discurso colaborativo, é no depoimento do presidente da companhia no Brasil que se encontra a seguinte afirmação:

“Os resultados obtidos foram bastante satisfatórios [...] Aumentamos nossa produção significativamente devido, principalmente, ao incremento registrado nas exportações da empresa [...] Tivemos importante participação também no mercado interno [...] Ações da empresa foram realizadas com sucesso devido **ao talento e empenho dos nossos colaboradores** (grifo nosso) e parceiros empresariais” (Relatório Social, 2004:03).

Nesse aspecto, o que se deu na empresa aqui analisada é similar à estratégia utilizada pela Nissam na ocasião do lançamento do seu primeiro carro na Inglaterra, em 1986. Agindo no sentido de construir uma atmosfera harmônica, de um consentimento capaz de gerar envolvimento dos operários com seus novos projetos, a estratégia da empresa aqui analisada guarda estreita relação com os métodos empreendidos pela Nissam inglesa.

Segundo Francisco Teixeira,

“Quando a Nissam lançou seu primeiro carro na Inglaterra, a mensagem de sua campanha publicitária vendia a idéia de uma fábrica onde não houvesse mais greves nem excesso de trabalhadores. Imaginava ver um mundo onde a *staff* administrativa vestisse as mesmas roupas que os trabalhadores da linha de montagem. Um mundo onde trabalhadores e gerentes pudessem reunir-se todos os dias para discutir como eles poderiam fazer melhor seu trabalho. Onde não se trabalhasse unicamente por dinheiro, mas, por prazer e orgulho” (Teixeira, 1998:34)

Se considerarmos a distância anteriormente existente no âmbito da empresa entre suas direções, gerenciamento do processo produtivo e o coletivo operário, historicamente havia um abissal distanciamento estrutural imposto pela lógica organizativa do trabalho taylorista/fordista, fundado na nítida separação entre as esferas da concepção dos projetos e da execução das tarefas, rigidez convertida gradativamente em obstáculo à valorização, à época da financeirização e da correlata flexibilização do trabalho (Harvey,1992; Chesnais,1996; Bihr,1999).

Atuar, portanto, diminuindo as “distâncias” entre capital e trabalho tornou-se imperativo ao trabalho flexível, uma vez que essa nova postura, ao

incorporar de forma inédita o saber operário, permite ao capital não apenas dinamizar, acelerando a produção mas também finda por atingir índices de qualidade e metas de produtividade compatíveis com as estratégias adotadas por grupos transnacionais, em face da intensificação da acirrada concorrência “monopolizada” instalada no mercado mundial globalizado.

No entanto, conforme temos salientado, como fazem parte do processo de reestruturação produtiva rearranjos que envolvem capital-trabalho, vale destacar que as concessões e contra-partidas, ao serem atreladas aos índices de produtividade, têm sua lógica fundada no novo imperativo estrutural “cooperativo”, aspecto relevante, que, ao determinar o sentido das novas relações de trabalho flexíveis, findam por corporificar a nova forma de controle do capital.

Erving Goffman (1975), tomando o indivíduo como sendo a personificação do capital à época da disseminação do trabalho flexível, emite reflexão reveladora do conteúdo manipulatório inerente às estratégias adotadas pelo capital na sua interação com o coletivo operário. Diz que, quando ele adota uma postura, isso ocorre

"[...] do ponto de vista do indivíduo que se apresenta a outros. Pode desejar que pensem muito bem dele, ou que eles pensem estar ele pensando muito bem deles ou que percebam o que realmente sente com relação a eles, ou que não cheguem a ter uma impressão definida; pode desejar assegurar harmonia suficiente para que a interação possa ser mantida, ou trapacear, desembaraçar-se deles, confundi-los, induzi-los a erro, opor-se a eles ou insultá-los. Independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o

tratam. Este controle é realizado principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham formular" (Goffman, 1975:191).

As observações de Goffman (1975) são reveladoras quando vistas à luz das novas relações capital-trabalho, das situações nas quais as fábricas procuram se reestruturar incorporando os atuais paradigmas cooperativos e organizativos flexíveis.

A implantação do TQM (Total Quality Management) na empresa aqui analisada, por exemplo, coadunam-se com as análises de Goffman, pois, à medida que exige compromissos de todos os setores envolvidos com o produto (produção, projeto, fornecedores, assistência técnica pós-venda), a totalidade, bem como o fluxo das informações dessa rede interativa tem sua dinâmica sob rígido controle do capital³⁵.

Portanto temos que, como parte das novas práticas flexíveis, dá-se inovadora valorização à participação operária e dos fornecedores, elementos essenciais ao cumprimento das metas estabelecidas. Nesse caso mais especificamente, a insistência discursiva em nomear os colaboradores (termo estendido também aos fornecedores) como componentes inegáveis para o bom desempenho produtivo, segue acompanhada de incentivos para que

³⁵ A partir dos anos 2000, a empresa inaugurou um programa intitulado "programa de apoio aos fornecedores". Anualmente se reúnem representantes de diferentes segmentos prestadores de serviços, que ouvem atentamente os objetivos e metas que devem ser cumpridos em prol da empresa "mãe" (pois o sucesso resulta em benefícios para "todos"). Ainda que realizado em meio a uma atmosfera de seriedade, de cordialidade, ardilosamente a empresa transmite seus recados. Nessas palestras, proferidas ora por um diretor de Centro de Custos, ora pelo próprio presidente da empresa, ao fim prevalece a antiga máxima que diz: "Para um bom entendedor as poucas palavras bastam". Ou seja, quem não fizer exatamente conforme estamos determinando, está fora do nosso circuito de relações e de negócios.

esses procurem melhorar a educação formal, adotando o hábito de aperfeiçoar-se profissionalmente buscando de treinamento e cursos técnicos.

Ou seja, para alcançar uma nova organização produtiva flexível da fábrica, em consonância com as necessidades postas pelas diversidades de funções e tarefas, conquistas sociais como o incentivo às diferentes modalidades de estudo implicam cada vez mais a exigência de maior cooperação e engajamento do operário na produção. As ditas contra-partidas, na verdade, reforçam a idéia de comprometimento e responsabilidade de “todos” no cumprimento das metas.

No entanto, em virtude da aplicação das estratégias adotadas seguir padrões “democráticos” em relação à gestão da força de trabalho flexível, processo *sui-generis* no instante em que se realiza o Kaizen ou quando se aplica na produção o Controle de Qualidade Total, é necessário relativizar a influência operária, pois essa forma de modalidade “participativa e instrumentalizada” antes reforça o engajamento na execução, se preciso até no planejamento de determinado projeto, porém isso não implica que a empresa perde seu poder de mando na definição dos projetos e na aplicação de novas estratégias produtivas.

Um contraste em relação às teses de alguns autores que enfatizando a inevitabilidade da disseminação e do aprofundamento da reestruturação produtiva, processo caracterizado pela busca de novos padrões industriais mais competitivos no período pós-abertura econômica, Arbix:1995; Comim: 1998; Zauli: 1997, entre outros, em defesa da Câmara do Setor Automotivo

argumentam que, apesar de aparentemente paradoxal, a modernização do parque produtivo automotivo brasileiro alcançaria resultados mais satisfatórios se seus projetos seguissem uma estratégia negocial pautada pelo reconhecimento da importância do Estado, dos empresários e das representações trabalhistas enquanto “agentes sociais” com muitos interesses em comum.

De modo mais específico, Márcia Leite (1997) descreveu dois tipos de estratégias empresariais relacionadas ao processo de reestruturação, a *low road* e a *high road*. No primeiro caso, as empresas procuram focar seus esforços na diminuição de custos, especialmente os relacionados ao trabalho produtivo; no segundo, ao reconhecer a importância da contribuição ativa dos trabalhadores, as empresas procuram desenvolver relação baseada numa política de pessoal que centra seus esforços na capacidade de adaptação e aperfeiçoamento constante dos trabalhadores, em relação às novas exigências de qualificação do mercado de trabalho.

Portanto, pensando na reestruturação produtiva como a possibilidade de essa vir a cumprir um papel estratégico para o desenvolvimento de uma política industrial, elemento essencial para tornar a indústria brasileira mais competitiva mas sem indicar que sua disseminação, sua dinâmica, venha a se dar subordinadamente às novas formas de acumulação capitalista, Leite (1997) afirma que:

“[...] as experiências mais exitosas de reestruturação tendem a ser aquelas que consideram o trabalho não como custo a ser cortado sempre que possível, mas

antes como um bem ou um recurso que a empresa deve investir. São, nesse sentido, aquelas que se baseiam em estabilização da mão-de-obra, em investimento, em qualificação e treinamento, em políticas de carreira e compensações financeiras compatíveis com os esforços despendidos pelos trabalhadores no cotidiano da produção [...] poderia haver uma convergência entre interesses dos sindicatos e dos trabalhadores e interesse das empresas no que se refere à busca de um trabalho mais qualificado, estável, participativo e bem pago” (Leite,1997:12).

Parece-nos, contudo, que o “calcanhar de Aquiles” desse tipo de interpretação está em considerar que o padrão de reestruturação negociada possa ser disseminado enquanto forma generalizada da relação capital - trabalho justamente quando uma das facetas da reestruturação é dada pela ofensiva do capital, que atua no sentido de romper com as antigas formas de regulação, convertidas, após 1990, em entraves ao processo de acumulação. Esse tipo de análise/sugestão, ao secundarizar os fundamentos nos quais se assentam a contraditória modernidade capitalista, ignora também o sentido histórico de uma fábula de Esopo, que dizia: “ *Assim, as lebres foram à assembléia dos leões reivindicar igualdade quanto ao uso do bosque. E estes lhes responderam; claro, mas onde estão vossas garras e vossos dentes?*”.

No caso da empresa aqui analisada, vemos que determinante foi o grau de organização operária no chão de fábrica, um elemento de apoio fundamental no qual a representação dos trabalhadores pôde se apoiar para, logo em seguida, negociar algumas contra-partidas.

A operação “Kinder Ovo” seguiu exatamente a lógica da confrontação, um cabo de força travado entre representação trabalhista e a

empresa. Somente após esse processo é que foi possível se consolidarem algumas conquistas hoje acordadas entre os contendores dos anos de 1990.

A hipótese de que capital e trabalho poderiam negociar juntos alguns dos benefícios decorrentes dos ganhos relacionados à aplicação da reestruturação revelou-se factível somente após o processo de organização, de lutas e de resistência operária, ainda que limitado ao núcleo duro operário da fábrica, razão pela qual podemos afirmar que, no caso da empresa aqui analisada, as conquistas em nada se assemelham às lendas sobre “dádivas”, pois o que prevaleceu (e) na fábrica é a reafirmação de que “o capital é insaciável” (Marx,1968). Para não irmos tão longe, ainda que essa seja uma das maiores contribuições críticas de Marx, despidos do “rancor moralista”, é importante recorrer às análises de Mészáros quando afirma:

“Defensores do sistema do capital, inclusive os chamados “socialistas de mercado”, gostam de juntar a idéia de “eficiência econômica” como tal e seu tipo histórico limitado, que caracteriza o modo específico de controle sociometabólico do capital. É precisamente este, com suas graves limitações e sua destrutividade, que deve ser sujeito de uma crítica radical, em vez de uma idealização irracional” (Mészáros, 2002: 103).

É por isso que, em contraposição ao “entusiasmo” que tomou conta de segmentos da Sociologia do Trabalho no Brasil, diante da possibilidade dos espaços conquistados para as “saídas negociadas”, é interessante reproduzir a fala do gerente do Centro Tecnológico ao desnudar as formas de controle e mando do capital no decorrer do processo de reestruturação produtiva:

“[...] é um negócio de convencimento, porque o pessoal acha que não tem o dever de estar desenvolvendo

coisas [...] o kaizen faz inovação mas é no nível daquilo que você pode tocar, muda de posição, muda a forma como os pedidos chegam, está ali no ambiente e o operador pode opinar realmente [...] agora, o operador não tem contato com o que está acontecendo no país, em outros fornecedores, não é função dele. Embora seja a idéia da companhia mudar isso, todo esse projeto de “Fábrica 2000” é criar um comprometimento maior das pessoas com esse tipo de coisa. **Mas a função essencial na mudança é nossa**” (Bresciani, 2001:186. grifo nosso)

Notamos que, estrategicamente, seguindo o caminho das negociações “democráticas”, no decorrer desse processo o capital procura manter sob seu controle o teor, os tipos e as formas da reestruturação propriamente ditas. Com isso, ao “convocar” o contingente operário espera tão-somente obter dos seus colaboradores maior adesão aos projetos de mudanças.

A permanente e complexa busca por estabelecer um ambiente mais harmônico, que preserve os canais de diálogo no interior da empresa flexível, ergue-se como condição necessária à criação e sustentação do frágil espírito de equipe das células de produção. Desse modo, incentivar a participação e a cooperação operária impõe-se como ingrediente, indispensável à produção flexível.

É como se, para tocar a produção, o capital recorresse a novas formas manipulatórias da consciência operária, alcançando, assim, um duplo objetivo:

A-) cumprir as metas de produção;

B-) por meio das tarefas por equipes, atuar no sentido de obscurecer as contradições entre antípodas históricos, como capital-trabalho.

Nota-se, portanto, que a execução das tarefas em equipes não só potencializa a produção, elevando os índices de produtividade e qualidade, mas em sua lógica participativa, arrefece possíveis questionamentos e conflitos, pois, no instante em que se apresenta a possibilidade de que uma determinada conduta possa dividir a organização flexível do trabalho, é nas equipes (no caso da empresa analisada - manufaturas celulares) que a força do capital atua para fortalecer essa forma de representação, unificando as divisões (Goffman,1975).

Assim, as novas relações desenvolvidas no interior das empresas assentadas no trabalho em equipe não configuram a existência de um consenso entre iguais ou entre “agentes sociais” com interesses pontuadamente comuns. As contradições e os conflitos entre capital e trabalho permanecem, porém sem a mesma nitidez verificada no taylorismo/fordismo.

Contudo, trata-se de um processo contraditório, uma vez que a constituição das equipes permite, num primeiro momento, a projeção de situações que se revestem de uma aparente harmonia. Porém, as contingências cotidianas muitas vezes tendem a questionar a frágil “*pax*” entre capital e trabalho, particularmente quando olhamos para o interior das manufaturas de produção, por mais que capital e segmentos da Sociologia do

Trabalho insistam em atuar no sentido de ocultar esses conflitos e contradições.

Ao mesmo tempo, outro aspecto contemporâneo relevante relaciona-se ao fato de que a reestruturação adquire novas formas manipulatórias da consciência operária, um processo que, expandido para além da fábrica, relaciona-se às formas de reprodução sócio-metabólicas do capital. A aplicação dos princípios corporificados no 5s e no Kaizen contêm aspectos emblemáticos desse novo processo social, tal qual temos procurado salientar.

Nesse caso, de acordo Mészáros (2002) os dilemas sociais atuais, inclusive os decorrentes das metamorfoses vivenciadas no trabalho traduzem as especificidades da nossa conturbada contemporaneidade. Seus múltiplos significados expressam a nova forma de *controle sócio-metabólico* que se relaciona/condiciona à reprodução social, na produção de *mais-valia*.

Trata-se, segundo o autor, de uma totalidade social que, iniciada no campo da produção de mercadorias extrapola o campo da economia, atingindo o mundo da política, da técnica/tecnologia da cultura e da subjetividade. Estão, pois, o conhecimento humano e a ciência, de modo geral, voltados para a acumulação ampliada de *mais-valia* enquanto as próprias relações sociais, em face da racionalidade instrumental do capital, reproduzem no seu cotidiano as relações que reforçam práticas e condutas pautadas nos valores éticos/morais do capital.

Partindo da busca da compreensão das particularidades fabris-sociais que compõem o segmento *jovem-adulto flexível*, nossa análise

procurou, até aqui, relacionar as mudanças vivenciadas no universo da fábrica aos aspectos da vida cotidiana.

Todavia, parece-nos necessário ainda indicar alguns dos significados da relação capital-trabalho, particularmente do processo de transmutação da “subsunção formal” em “subsunção real”, que, assinaladas por Marx (1968), constituem traços definidores da modernidade, apesar das particularidades que marcam nosso período contemporâneo, cuja tônica é dada pelo trabalho flexível de matriz *toyotista*.

Considerando, portanto, a necessidade de se discutir o que enunciamos acima, no que se refere à relevância dos novos significados históricos e sociais caracterizadores do contexto em que se deu a emergência do operário *jovem-adulto flexível*, e também levando em conta os limites e as possibilidades para o desenvolvimento da luta de classes, quando se percebe esse novo segmento como o novo “núcleo duro” dos metalúrgicos do ABC, após a década de 1990, é que se justificam as problemáticas a serem analisadas em nosso terceiro capítulo.

CAPÍTULO III – O JOVEM-ADULTO FLEXÍVEL: ANTIGOS DILEMAS, NOVAS CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

3.1 Controle do capital e desqualificação profissional

A análise agora desenvolvida tem seu ponto de partida assentado no pressuposto teórico que procura perceber o metalúrgico *jovem-adulto flexível* enquanto expressão das peculiaridades que marcam o processo contemporâneo de reestruturação produtiva.

Dessa forma procuraremos, neste capítulo, apreender a emergência desse segmento operário indicando alguns dos traços de continuidade com o contraditório processo de valorização-acumulação, e em particular traços da histórica luta do capital em “desqualificar-qualificar” o conjunto da massa operária quando do processo de sua redução à condição de força de trabalho.

É por isso que, se somos instados a decifrar algumas das especificidades que marcam nossa contemporaneidade, parece-nos que a essência dos novos conteúdos sociais que nos são apresentados, com suas novas facetas e tramas, não alteram alguns dos aspectos referentes à sua natureza “substantiva”, que, históricas, são imanentes à modernidade.

Nesse caso, temos que as relações sociais à época da “sociedade global” ainda são relações pautadas, por exemplo, no antagonismo de classes, pois, tal qual enfatizou Octavio Ianni (1993), se com a globalização alteraram-se alguns dos mecanismos, por outro lado se mantém intacta a lógica da

organização social moderna, assentada na produção e na apropriação particular de excedentes; portanto, na contraditória relação capital-trabalho.

Trata-se de um processo moderno cuja síntese é dada por uma forma histórica específica de organização social, em que as diferentes formas articuladas de *controle sociometabólico* do capital relacionam-condicionam a reprodução social à produção de *mais-valia*. Uma totalidade social típica da sociedade capitalista, na qual, a hegemonia da classe burguesa, iniciada, vai além da produção de mercadorias, já que, de acordo com as reflexões de Giddens (1991),

“Uma sociedade capitalista é um sistema que conta com diversas características institucionais específicas [...] A natureza fortemente competitiva e expansionista do empreendimento capitalista implica que a inovação tecnológica tende a ser constante e difusa [...] Dadas as altas taxas de inovação na esfera econômica, os relacionamentos econômicos têm considerável influência sobre outras instituições [...] a insulação do Estado e da economia (que podem assumir formas diversas) se fundamenta sobre a proeminência da propriedade privada dos meios de produção [...] a posse direta do capital está diretamente ligada ao fenômeno da “desposseção da propriedade” – a transformação do trabalho assalariado em mercadoria – no sistema de classes [...] a autonomia do Estado é condicionada, embora não determinada num sentido forte, pela sua dependência da acumulação do capital, sobre o qual seu controle está longe de ser completo” (Giddens, 1991:62).

Como consequência dessa forma de relação social, temos que a incorporação das múltiplas formas de manifestação do conhecimento humano e do desenvolvimento científico, enquanto expressão das conquistas históricas pautadas no uso da razão - a indústria automobilística é um caso típico -, de modo geral, quando voltadas para a acumulação ampliada de *mais-valia* e da sua apropriação privada, as próprias formas de sociabilidade, tal como vimos

no primeiro capítulo, em face da racionalidade instrumental do capital, reproduzem no seu cotidiano um conjunto de relações estranhadas (Mészáros, 2002).

É por conta dessa processualidade histórica e contraditória que podemos notar uma linha de continuidade que remonta à divisão do trabalho inaugurada pelo sistema de manufaturas, a qual, não só atuou como base indispensável para o surgimento das maquinarias modernas mas ainda funcionou como elemento social chave para a gênese da grande indústria (Marx, 1968).

A posterior Organização Científica do Trabalho e o seu “método racional de produção e controle”, amplamente difundidos por Taylor e Ford, entre fins do século XIX e início do XX, numa perspectiva histórica significou, portanto, o aprofundamento do conjunto das técnicas e dos processos produtivos anteriormente existentes.

Essa dialética processualidade de superação-conservação demonstra-nos o sentido permanente da modernidade que se ergueu, calcada na subordinação das necessidades sociais às necessidades do capital, da acumulação propriamente dita. Nisso reside, do nosso ponto de vista, o que determinou e continua ditando a tônica, por excelência, da natureza essencialmente flexível do capital.

Com isso temos que, nos diferentes momentos em que se alteram as condições da concorrência capitalista, mormente a possibilidade de introdução

das novas tecnologias disponíveis, sua incorporação à produção impulsionou novos e intensos efeitos, que, em escala geométrica, ao fim estiveram na base das novas formas de reestruturação dos processos de trabalho e da reorganização do conjunto da produção industrial. Trata-se de uma dinâmica ditada “sempre”, ainda que modificada pelas novas determinações, pelo movimento permanente de busca da valorização.

Karl Marx (1968), ao analisar a emergência da grande indústria, por exemplo, esforçou-se em nos mostrar que essa resultou do processo de acumulação moderna³⁶. Portanto, representando o movimento do capital, essa inédita divisão do trabalho à época da manufatura, no seu bojo, ao indicar uma nova forma da relação do homem com o trabalho, tem seus fundamentos históricos, econômicos e sociais assentados numa singular forma de controle sobre o processo de produção.

Sintonizados com os imperativos da acumulação moderna, os múltiplos significados sociais erguidos com a nova relação capital-trabalho, com o apoio na expropriação do conhecimento operário, não só reduziu brutalmente antigos artesãos à condição de assalariados mas ainda permitiu que o comando e o controle do processo do trabalho, até então disperso, gradativamente se convertessem em atributo exclusivo do capital:

³⁶ Ainda que mereça aprofundamento analítico concordamos com tese de que a modernidade do capital é um processo de longa duração. Com intuito de precisar sua definição temporal, de datar os diferentes momentos desse *continuum* e permanente processo recorreremos à sugestão de Giovanni Alves, a saber: Primeira modernidade (séc. XVI - XVIII), Segunda modernidade (séc. XIX – XX), Terceira modernidade (séc. XXI).

“Não há meios de eles negligenciarem seu trabalho; depois de terem iniciado, tem de prosseguir como se fossem peças de uma máquina” (Marx, 1968: 401).

Enquanto, conforme demonstrou Marx (1968), é na manufatura que a nova organização parcelada das tarefas permitiu ao capital absorver e reter o “saber fazer” do antigo artesão, como tendência essa nova divisão do trabalho peculiar à primeira modernidade não apenas se metamorfoseou mas seu aprofundamento constituiu-se como componente histórico-social indispensável à consolidação do controle do trabalho pelo capital.

Dessa forma, ao “aprisionar” o trabalhador, o capital gradativamente conseguiu obter, paralelamente ao aumento das taxas de produtividade, maior controle do processo produtivo, apropriação do “saber fazer”, imposição dos ritmos e das tarefas, o que resultou num duplo processo, marcado pela degradação física e mental, pela obliteração do operário e por sua redução à condição de força de trabalho.

Como desdobramento desse processo, um conjunto de técnicas anteriormente corporificadas no trabalho vivo, desnudada pela nova divisão do trabalho, conformou-se enquanto elemento-chave ao desenvolvimento do sistema de máquinas, base indispensável à grande indústria, o que é a tendência social caracterizadora da segunda modernidade, de acordo com a cronologia anteriormente indicada.

Ou seja, do correspondente processo de passagem da “subsunção formal” à “subsunção real”, de esvaziamento do conteúdo do trabalho anteriormente corporificado no trabalho vivo, sua conversão em trabalho morto relaciona-se ao fato de que

“[...] o período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples” (Marx, 1968: 392).

Atuando com base na divisão do trabalho anteriormente existente, porém adaptando-a às novas necessidades da acumulação, a implementação dos princípios expressos pela Organização Científica do Trabalho de Frederick Taylor (1856-1915) significou a introdução de uma nova organização, hierarquizada e sistematizada, e de uma nova e intensa divisão do trabalho, amparada na segmentação entre concepção e execução.

Ao mesmo tempo, a introdução do cronômetro na produção aprofundou os mecanismos de monitoramento e controle dos tempos previamente determinados, dos movimentos e ritmos necessários à execução das tarefas, cada vez mais parcelizadas, mais fragmentadas (Pinto, 2007).

Na grande indústria monopolista, a “luta” de Taylor por destituir certas habilidades-conhecimentos típicas do artesão/operário revelava a permanente busca de conversão do “trabalho vivo” em “trabalho morto”, e da

negação do sentido ontológico corporificado no “trabalho vivo”, quando esse se vê reduzido a “força de trabalho”.

É isso que Harry Braverman (1971) procurou indicar quando analisou o conjunto das mudanças técnicas/organizacionais que, aprofundando a anterior divisão do trabalho, permitiu um novo e maior controle do capital sobre o trabalho vivo:

“Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada à imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado [...] Seu “sistema” era tão somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de execução de toda atividade no trabalho, desde a mais simples à mais complicada. Nesse sentido, ele foi o pioneiro de uma revolução muito maior na divisão do trabalho que qualquer outra havida” (Braverman, 1971: 86).

Como consequência, nessas indústrias monopolistas, quanto ao maior controle exercido pelo capital sobre o trabalho, o aprofundamento da divisão das tarefas, sempre ampliada em relação às formas pretéritas e a emergência da figura do “gorila domesticado” fordista significaram um profundo processo de embrutecimento da classe operária.

Analisando os efeitos dessas novas tendências Braverman (1971) salientou também que

“A massa de trabalhadores nada ganha com o fato de que o declínio de seu comando sobre o processo de trabalho está mais que compensado pelo comando crescente por parte dos gerentes e engenheiros. Pelo contrário, não apenas sua qualificação cai em sentido absoluto (naquilo que perdem o ofício e as capacitações

tradicionais sem ganhar novas capacidades para compensar a perda), como cai em sentido *relativo*. Quanto mais a ciência é incorporada no processo de trabalho, tanto menos o trabalhador compreende o processo; quanto mais um complicado produto intelectual se torne a máquina, tanto menos controle e compreensão da máquina tem o trabalhador. Em outras palavras, quanto mais o trabalhador precisa saber a fim de continuar sendo um ser humano no trabalho, menos ele ou ela conhece” (Braverman, 1971: 360).

Procurando apreender os novos significados representados pelo *taylorismo/fordismo*, Antonio Gramsci (1968), ao analisar a ascensão desse novo modelo como sendo o centro irradiador das novas formas de ser da acumulação indicou que, para além dela, ocorreram novos mecanismos sociais de reprodução e controle do capital instalados a partir da produção. Então, no início do século XX, refletindo as formas de controle da consolidação de uma forma de ser hegemônica do capital quando da afirmação da indústria monopolista, os novos nexos éticos/morais e sociais expressos pelo *taylorismo/fordismo*, de acordo com Gramsci (1968), não só definia um novo perfil operário mas também novas formas de controle fabril-social relacionadas à emergência de uma peculiar forma de sociabilidade e de (des) qualificação profissional:

“Na América a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse dessas iniciativas “mesmo falidas” e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo”, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance

objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo realizado até agora para criar com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história um tipo novo de trabalhador e de homem [...] efetivamente Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado” (Gramsci, 1968: 397).

Disso decorre que, ao refletir sobre os desafios para o desenvolvimento da luta de classes, Gramsci (1968) estava apontando para o fato de que a nova hegemonia capitalista na produção, ao transformar a própria forma de ser da classe operária, alterou também o conjunto das relações sociais então estabelecidas. Para Gramsci, nesse processo é que residia a essência do “novo” sistema sociometabólico de reprodução do capital expresso pelo *americanismo*.

De forma correlata parece-nos que, sob o prisma das complexas contradições estruturais e das relações de trabalho, intrínsecas à natureza e ao movimento dialético da sociedade capitalista, ganha relevância a questão da hegemonia histórico-política-social trazida por Gramsci (1968), na medida em que se trata de um intenso processo de controle, definido por Francisco de Oliveira como sendo:

“A força de uma invenção expressa na capacidade de manter o adversário nos limites do campo criado pela proposta/resposta, e isso confere estabilidade ao campo político, mantendo a pauta e a agenda das questões [...] no sentido preciso de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e cultura inventadas, as quais se tornam,

assim, a cultura dominante. A hegemonia é a produção conflitiva do consenso” (Oliveira, 2007: 15-16).

Com isso temos que, se o americanismo expressou um salto histórico qualitativo, uma nova forma de controle produtivo-social do capital, ao reconfigurar as esferas da produção e as das relações sociais, a classe operária (antagonista histórico), em processo de transformação - parece-nos que essa é uma das questões centrais analisadas por Gramsci (1968) -, encontrava-se menos representada nos operários de ofícios e mais nos segmentos que emergiam como força política/social resultante dessas mudanças.

Nesse sentido, tudo indica que as reflexões de Gramsci (1968) buscavam compreender não só as condições históricas e específicas das quais emergiam esse novo proletariado mas também os novos desafios para que esse se firmasse enquanto classe social antagônica dotada da capacidade de negação dessa nova ordem produtiva, de consumo e de controle social assentada no *americanismo fordismo*.

Isso posto, temos que o *jovem-adulto flexível* aqui analisado corresponde ao perfil operário cujo conteúdo ético-moral e social finda por ser produto, resultado da disseminação dos paradigmas, no Brasil após 1990, do trabalho flexível de inspiração toyotista.

Incorporando as premissas metodológicas adotadas por Gramsci (1968), temos que o Sistema de Produção Toyota e suas estratégias de organização flexível do trabalho relacionam-se também com as especificidades

históricas que marcaram sua emergência, particularmente quando do esforço de reconstrução da estrutura industrial do Japão.

Contudo, é preciso salientar que “o toyotismo não é uma simples cópia, mas uma adaptação que procura combinar o fordismo às necessidades da indústria automobilística japonesa após o fim da segunda guerra” (Eunice Oliveira, 2007:23), conforme veremos logo a seguir.

3.2 Predominância do trabalho flexível “toyotista”

Conforme temos procurado demonstrar, a existência do capital pressupõe movimento. Do ponto de vista das relações sociais, e do trabalho mais especificamente, o capital atua como se fosse uma espécie de forças “centrífuga e centrípeta”, que, de forma combinada, tudo incorporam-liquidificam-modificam-expandem-solidificam. Ao mobilizar-se, atua para que, rompendo e estabelecendo novos “limites”, possa reproduzir-se com menor número de amarras, ampliando-se infinitamente.

No caso japonês, as condições da economia nipônica no pós-guerra, marcada pela escassez em recursos humanos, materiais e financeiros, reduziam drasticamente a possibilidade de recuperação do setor automobilístico. Em 1950, nem mesmo o presidente do Banco Central acreditava no desenvolvimento do país, dado a aprofundada divisão internacional do trabalho vigente na época, além da incontestada predominância das indústrias norte-americanas nesse setor (José Tauli, 2001).

De maneira mais detida, Benjamin Coriat (1994) indica-nos que a elaboração do Sistema de Produção Toyota defrontou-se com os seguintes dilemas:

- . Especificidade da constituição do Japão, com uma enorme carência de recursos naturais.
- . Uma sociedade fragmentada após a guerra, com abundância de mão-de-obra jovem e carência de trabalhadores mais experientes.
- . O desenvolvimento do fordismo no ocidente.

- . Relação capital e trabalho bastante conflitiva, com movimentos grevistas e movimentos sindicais fortemente organizados.
- . Pouco otimismo quanto ao futuro da indústria automobilística japonesa.
- . Mercado interno de formação tardia, poucos consumidores existentes.
- . Atraso técnico e industrial, o que inviabilizava a exportação.
- . Guerra da Coreia com demandas em massa de pequenas séries de produtos, que deveriam ser fornecidos dentro de um determinado prazo, sob risco de multas contratuais somadas às impossibilidades de aumentar o quadro de pessoal para atender a tais demandas.

Portanto, de acordo com Coriat (1994), agindo no sentido de criar as condições necessárias à elaboração de um “novo”, de um peculiar modelo de produção industrial organizativo-produtivo mais competitivo, utilizando-se de modo eficiente dos poucos recursos naturais e financeiros, essas teriam sido as bases nas quais se assentaram os novos fundamentos produtivos na terra do sol nascente³⁷.

Uma outra faceta reveladora desse processo é a “inovação” apresentada pelo engenheiro Taiichi Ohno³⁸, que, à frente das mudanças, após

³⁷ Nesse momento interessa-nos tão somente procurar apreender alguns dos paradigmas relativos à forma organizativa e produtiva do toyotismo. Contudo, não podemos nos esquecer de que antes de serem reconhecidos como sendo bons empreendedores, portadores natos de um *savoir-faire* muito peculiar, é importante assinalar que, tal qual indica Satoshi (1985), coube ao Estado japonês drenar, via financiamento, recursos públicos aos grupos monopolistas dirigidos por poderosas famílias tradicionais nipônicas.

³⁸ Engenheiro da Toyota e principal elaborador do Sistema Toyota de Produção. Foi responsável pela elaboração/execução do processo de reestruturação produtiva cuja peculiar

visita ao Estados Unidos, no início da década de 1950, indicou os caminhos a serem trilhados pela empresa Toyota. A reestruturação, cuja flexibilidade se tornaria paradigma das novas técnicas produtivas introduzidas posteriormente, inclusive no ocidente, foi assim definida por Ohno:

“Há duas maneiras de aumentar a produtividade; uma pelo aumento constante das quantidades produzidas, a outra pela diminuição constante dos trabalhadores. A segunda é menos popular, mas significaria repensar em todos os seus detalhes a organização do trabalho” (Ohno, 1997: 71).

É por isso que, segundo Eurenice Oliveira (2006), quando se analisa o processo de reestruturação produtiva e seu caráter flexível tal qual concebeu Taiichi Ohno verifica-se que, na sua concepção original, a racionalidade que norteia as práticas toyotistas expressas pelo sistema *just-in-time/kanban*, na base da sua lógica fundante revela a busca pelo aumento da produtividade e a diminuição dos custos de produção, as quais estiveram permanentemente atreladas à exigência de enxugamento de pessoal, de uma drástica diminuição da força de trabalho. Tal fato tem-se verificado, conforme demonstramos anteriormente, na empresa aqui pesquisada.

Ao contrário do *taylorismo* e do *fordismo*, que buscam o aumento da produtividade amparados na otimização dos postos de trabalho individuais, o *toyotismo* organiza o processo produtivo, nas suas diferentes fases,

flexibilidade da produção, mais tarde, foi gradativamente incorporada, respeitando-se as especificidades de cada país, à produção capitalista no ocidente. Erguido como paradigma, seu sistema produtivo ficou conhecido como ohnismo ou toyotismo.

procurando reduzir os possíveis entraves com base na eliminação dos estoques de linha.

Como consequência, há certo “ajustamento” entre o material em fluxo e a força de trabalho, estabelecendo um relativo equilíbrio entre esses dois elementos, ou seja, a quantidade produzida, próxima ao “ideal”, subordina-se à venda prévia da mercadoria. Primeiro se vende, depois se produz, eis onde se funda a lógica organizativa do sistema *just-in-time*.

Esse princípio se aplica desde os materiais até os equipamentos, facilitando diagnósticos que, com base em imagens “limpas” da produção, permitem visualizar os setores com excesso de pessoal. Atuando no sentido de eliminar os poros na produção, procura-se, além de reduzir as horas de trabalho consideradas “tempo-morto” (tempo desnecessário), tornar a fábrica “magra”, “enxuta”.

Ou seja, o processo de reestruturação flexível introduzido inicialmente na Toyota operou uma verdadeira reorganização da produção, eliminou e reagrupou tarefas. Sob diferentes aspectos, foi responsável por promover uma inédita “limpeza” no espaço fabril. Neste sentido, são instigantes os dados apresentados por Tauli (2001):

“A área destinada a reparos, como percentagem do espaço de montagem nas fábricas, nas empresas japonesas era de 4,1; nas americanas e européias, de 12,9 e 14,4 respectivamente. Os estoques, medidos em dias para amostragem de 8 peças, no Japão, eram de 0,2; nas empresas americanas, 2,9; e nas européias, 2,0.” (Tauli, 2001: 145).

Temos ainda que, como elemento derivado e interconectado encontra-se a racionalização do trabalho, mais especificamente o tipo de intervenção do trabalhador no processo produtivo. Ao se operar com estoques reduzidos, o controle de qualidade ao longo do processo passa a ser muito maior, de forma a evitar produtos defeituosos, que só seriam detectados ao fim do processo.

Isso por sua vez, implica a criação de mecanismos de controle tanto na base técnica quanto por parte dos trabalhadores, que, dotados de certa autonomia são “coagidos” a interferir no processo sempre que convocados (Satoshi, 1985).

Mais ainda, uma vez que a fábrica magra é também um espaço de flexibilidade do trabalho, o sentido da polivalência entendido como a capacidade de exercer uma gama de diferentes funções implica que cabe ao operário executar diferentes tarefas como parte da mesma lógica de flexibilização do trabalho, processo também verificado na empresa aqui pesquisada.

Esse movimento de desespecialização dos operários profissionais e qualificados (no sentido fordista), para transformá-los em trabalhadores multifuncionais, polivalentes, é, de fato, um movimento de racionalização do trabalho no sentido clássico do termo. Ao atacar o saber complexo dos operários anteriormente considerados qualificados, ao fim seus poderes sobre a produção diminuem, aumentando a intensidade do trabalho (CPV, s/d).

Essa característica, por sua vez, conduz ao princípio do conhecido tempo compartilhado, que espelha a flexibilidade na alocação dos tempos em relação à quantidade e à natureza das tarefas a serem desempenhadas pelos trabalhadores, bem como seu necessário relacionamento com os demais trabalhadores da equipe na definição de metas e da programação da produção.

As novas denominações profissionais encontradas na fábrica, conforme demonstramos no segundo capítulo, são traços dessas mudanças, próprias da contínua luta do capital em confrontar, no sentido de “desqualificar”, a já desqualificada, quando vista historicamente, força de trabalho.

Reafirmando a premissa que procura indicar essa constante desqualificação profissional, em sintonia com os paradigmas da flexibilidade toyotista, a imagem da linha de montagem abaixo é ilustrativa do processo de reestruturação da fábrica, que se tornou “limpa”, enxuta, polivalente e “desqualificada”, sem excessos de pessoal ou de estoques, assim com singular otimização no uso do seu espaço produtivo.



Linha de montagem da unidade de SBC: Fonte: www.cnmcut.com.br. Fevereiro de 2008.

É por isso que, de acordo com Gounet (1999), alguns dos princípios do processo de reestruturação produtiva flexível “gestado” no Japão se impuseram enquanto forma universal à realização do valor, inclusive no capitalismo ocidental. Essa disseminação se explica pelos dados realçados por José Ricardo Tauli (2001), quando da sua análise em relação à consolidação da hegemonia da indústria automobilística japonesa diante do ocidente, particularmente os EUA.

“[...] no princípio da década de 80 [...] enquanto a troca de moldes nas prensas das seções de estamparia das montadoras norte-americanas tinha sido então reduzidas de 8 horas para 45 minutos, na Mazda, esse tempo era de apenas 2 minutos” [...] “A produtividade, por exemplo, medida em horas de trabalho por veículo produzido, era de 16.8, enquanto nas empresas automobilísticas norte-americanas ficava em 25.1, e nas européias 26.2. Em termos de qualidade (defeitos de montagem a cada 100 veículos), no Japão era de 60; nas empresas americanas 82.3; nas européias 97.0. [...] a média das horas de engenharia por carro novo (em milhões) era de

1.7, no caso dos produtores japoneses, contra 3,1 dos produtores norte-americanos e 2,9 dos grandes produtores europeus" (Tauli, 2001:144-145).

Coriat (1994), ao descrever os elementos que compõem os princípios inerentes à racionalidade flexível e as metas do modelo *toyotista* propriamente ditas, indica que na base da concepção do Sistema de Produção Toyota travou-se uma luta sem fim para a concretização de alguns dos seus objetivos, a saber:

- . produção segundo o consumo;
- . produção sem estoques;
- . fábrica enxuta;
- . flexibilidade nos processos produtivos e na alocação de trabalhadores;
- . tempo de trabalho partilhado;
- . um certo grau de autonomia por parte dos trabalhadores diretos para interferir no processo produtivo;
- . trabalhadores multifuncionais ou polivalentes;
- . superposição de responsabilidades aos trabalhadores diretos;
- . existência de um sistema de "contrapartidas" por parte da empresa que permita redução das taxas de rotatividade e aumente a disponibilidade dos trabalhadores para partilhar os objetivos da empresa;
- . estabelecimento de redes de subcontratação ou terceirização rompendo com os padrões de verticalização;
- . mudanças nas relações com fornecedores, impondo novos padrões de flexibilidade e de qualidade³⁹.

³⁹ Contudo, a história não termina aqui. Autores como Gilberto Franca (2006) e Eunice Oliveira (2004), salientam que, no caso japonês, como condição à instauração da nova racionalidade produtiva flexível, o capital atuou no sentido de eliminar as resistências oferecidas por um

No caso específico do trabalho flexível é preciso salientar que esse guarda certa semelhança com os princípios *tayloristas* no que tange à construção de seu projeto enquanto uma racionalidade, que, inicialmente circunscrita ao ambiente da empresa, preocupou-se em incorporar aspectos sociais que, estruturais, encontram-se disseminados na sociedade.

Dessa forma, ao procurar compreender o “sucesso” do sistema produtivo japonês não podemos desconsiderar que nessa nova relação capital-trabalho, particularmente na gestão de pessoal, alguns traços dos valores éticos/morais, culturais e sociais enraizados na tradicional e milenar cultura nipônica, de alguma maneira, foram incorporados pelo trabalho flexível toyotista⁴⁰.

movimento sindical combativo no contexto do pós-segunda guerra. A ofensiva patronal frente à greve nas indústrias automobilísticas em 1953 foi emblemática dessa postura política que, preparando terreno à consolidação do “sindicalismo de empresas”, estabeleceu um conjunto de contrapartidas em troca de uma postura mais “cooperativa” em relação aos objetivos das empresas. Sobre os “expurgos vermelhos”, ver ainda Kamata Satoshi (1985).

⁴⁰ No filme “Babel” (2006), do diretor mexicano Alejandro González Iñárritu, é possível encontrar passagens ilustrativas da recente incorporação de hábitos e costumes ocidentais pela juventude japonesa. Por outro lado, o filme “Madadayo” (1993) de Akira Kurosawa, procura enaltecer alguns dos traços culturais nipônicos. Nesse seu último filme Kurosawa conta a história de Hyakken Uchida, professor e escritor que mesmo após se aposentar é constantemente visitado por ex-alunos que reclamam por sua companhia. Neste caso, a saudade revela o vazio deixado por alguém que, talentoso, reconhecidamente dedicou-se durante décadas à atividade de ensinar, educar. Mais ainda, a manifesta gratidão, reconhecimento dos antigos alunos em relação ao prof. Uchida dá a esse personagem uma centralidade, cujos gestos se revestem de um importante elemento de coesão social. A idéia de se pensar a empresa como sendo uma única família onde todos são mutuamente co-responsáveis um pelo outro, parece-nos, procurar recompor, introduzindo no interior da fábrica esse elemento de coesão social fundado no reconhecimento e na lealdade, ainda que desvirtuando seu significado social original. Para o entendimento mais aprofundado em relação a cultura nipônica e suas transmutações ao longo do século XX é sugestiva a tese de Fábio Kazuo Ocada intitulada: A tecelagem da vida com fios partidos: As motivações invisíveis da emigração *dekassegui* ao Japão em quatro estações (2006).

Questões como lealdade e comprometimento dos operários em relação aos projetos das empresas apoiadas em mecanismos como os formados pelo tripé; “salário antiguidade” (*Nenko*), “emprego vitalício” e o “sindicato casa”, podem ser entendidas como uma “certa incorporação” da cultura japonesa no processo de formulação e de direcionamento do conteúdo necessário à consolidação do projeto de reestruturação do sistema produtivo japonês, pelo seu caráter flexível⁴¹.

É por isso que, numa perspectiva histórica, a reestruturação produtiva e sua flexibilidade inspirada no modelo toyotista, centrada fundamentalmente sobre o trabalho vivo porém potencializada, quando necessário, com o uso de novas tecnologias de base microeletrônica é a que melhor responde (u) às necessidades do capital em nossa contemporaneidade (Alves, 2007; Santos, 2001).

Tendo como referência os pressupostos aqui discutidos em relação às novas formas de controle-consentimento e da polivalência/desqualificação-profissional à época do trabalho flexível de inspiração toyotista, é imperativo, com vistas ao melhor entendimento da “nova” realidade social e do trabalho, definir, com base nos atributos éticos/morais/sociais e do perfil profissional

⁴¹ Todavia, é importante salientar que “o sistema do emprego “vitalício” e do “salário antiguidade” não é uma herança do feudalismo nem marca de uma tradição japonesa qualquer: esses sistemas foram instituídos no início do século, com o objetivo de estabilizar a mão-de-obra de origem rural e para frear o progresso do sindicalismo. De modo geral, “o chamado paternalismo não é produto da época feudal, mas antes a expressão de reações economicamente racionais dos empregadores em face da escassez de trabalhadores qualificados e do elevado *turn-over* que caracterizam a fase inicial do período moderno do crescimento econômico japonês” (Shimada: Apud, Satoshi, 1985:15). Ver ainda, de Ariovaldo Santos, *Trabalho e Globalização: a crise do Sindicalismo propositivo* (2001).

indicado ao longo do primeiro e do segundo capítulos, alguns dos dilemas e das possibilidades que, relacionados à emergência do *jovem-adulto flexível*, desafia-nos a compreendê-lo enquanto segmento da classe operária dotado de um novo conteúdo histórico.

Sendo assim, interessa-nos refletir sobre esse novo “sujeito”, apontando alguns dos seus significados sociais contemporâneos e relacionando-os à intrínseca relação, exaustivamente anunciada, entre educação/qualificação-profissional e sujeito ativo, engajado e “comprometido” com os objetivos da fábrica, que se encontra, a partir de 1990, em permanente processo de mudanças.

Da mesma forma, parece salutar discutir as possibilidades que decorrem da introdução da força de trabalho feminina na estrutura flexível da fábrica reestruturada, pois sua singular e “igualitária” inserção no processo produtivo da empresa aqui pesquisada traz novos elementos sociais fundamentais à construção das hipóteses quanto ao futuro da organização/resistência desse segmento metalúrgico *jovem-adulto flexível* em relação às novas provocações do capital e dos desafios postos pela luta de classes.

3.3 Significados do recente ideário educacional social-fábril flexível

Parece-nos que, quando se trata de analisar a educação e a qualificação profissional, ganham relevância a premissa e o fio condutor da análise desenvolvidos por Acácia Kuenzer, expostos no seu livro *“Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador (1995)”*.

De fato, a autora em muito contribui para o entendimento da questão na medida em que procura perceber a sociedade do capital como sendo uma peculiar forma de estrutura produtiva e social, que, subordinando o trabalho vivo e sua capacidade criadora às funções fragmentadas impostas pela divisão do trabalho, reduz a própria educação formal/profissional à natureza útil/instrumental da produção de mercadorias.

Contudo, se para Kuenzer (1995) o pressuposto teórico enunciado acima deve servir de elemento balizador da análise, as reflexões de Edgar Morin⁴² apresentadas na sua obra *“Os sete saberes necessários à educação do futuro (2003)”*, se convertem numa clara referência “apologética” à atual ordem do capital, considerando-se a abordagem do autor em relação às questões da educação e à propalada crise de sociabilidade contemporânea.

⁴² Para o objetivo deste trabalho, indicaremos algumas questões relativas ao tema educação/qualificação-profissional. Para tanto, fugiremos das armadilhas impostas pela “ditadura da pedagogia” contemporânea, amplamente disseminada pelas reformas educacionais construídas a partir dos parâmetros que conformam a Lei de Diretrizes e Base da Educação - 9394/96. É por isso que temos interesse em trazer à baila alguns dos fundamentos teóricos de Edgar Morin, posto que o autor, ao discorrer sobre a educação do futuro dissemina uma visão de mundo cuja interpretação, mais que educacional, visa traçar diretrizes de ação em face dos dilemas expostos pela crise de sociabilidade contemporânea. Com isso, partimos do pressuposto de que as questões educacionais subordinam-se, e são antes de tudo, questões que se relacionam às contradições sociais.

Interessa-nos, por isso, referir-se criticamente às teses de Morin (2003), indicando a “dissimulação” analítica que acompanha o núcleo central do seu pensamento.

Essas discussões ganham maior relevo ao constatarmos que, diferentemente do que ocorreu em seu período inaugural, deparamos-nos com um momento muito peculiar de nossa modernidade, sob a égide da mundialização⁴³, cuja contradição implica que uma de suas facetas é dada pelo trágico processo de degradação acentuada das relações sociais.

É o que podemos verificar com a emergência do complexo da reestruturação produtiva, com seu novo corolário flexível, e ainda do correspondentemente desemprego estrutural e das diversas formas de expansão-intensificação das formas de trabalho precário responsáveis por um inédito processo de destruição das “forças improdutivas”, como o aumento indiscriminado da violência urbana, entre outras inúmeras problemáticas sociais⁴⁴.

⁴³ François Chesnais (1996) indica como um dos traços da mundialização: “A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da globalização financeira [...] acentuou uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços [...] É nesse contexto que deve ser situada a implementação, pelos grupos industriais, das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias, a começar pelas tecnologias informacionais aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças (Chesnais, 1996:33-34)”.

⁴⁴ Conforme procuramos demonstrar no primeiro tópico desse capítulo, vimos que na análise de Marx (1968) o capital após reduzir “trabalho vivo” à condição de “força de trabalho”, diante da necessidade de recompor taxas de lucros viáveis à sua reprodução/ampliação, não hesita em promover um brutal processo de sua “destruição” tal qual podemos verificar por meio do desemprego estrutural contemporâneo, daí que utilizamos a expressão “destruição das forças improdutivas”. É um esforço nosso em apreender, dar significado histórico/social ao contingente expressivo de jovens atualmente desempregados e cujo processo de degradação é dado pela sua permanente condição de “desocupados” que convivem com o peso da “eterna” exclusão das formas “legais” de exploração da força de trabalho. Ou seja, “descartados” pela lógica do atual processo de acumulação, encontram-se reduzidos à condição de improdutivos

Sobre as questões referentes à violência urbana, é fundamental para a compreensão de nossa contemporaneidade relacionar seu histórico processo de legitimação como sendo parte das intrínsecas necessidades burguesas na época moderna, processo, no tempo presente, propositadamente ignorado. Portanto, recuperando sua elucidativa dimensão histórica Pinassi (2006) indica que,

“a reprodução do movimento necessário à acumulação é também a reprodução da espoliação, do roubo, do logro e principalmente da extração do sobre trabalho por meio de múltiplos métodos, quase todos muito violentos [...] assim, os *sem propriedade* tiveram de ser criminalizados na história do capital, até porque a miséria que os reveste é a mais transparente prova da desigualdade material e do enriquecimento *sempre* ilícito dos proprietários privados (Pinassi, 2006:43-44)”.

Mais à frente, relacionando os dilemas e o fulcro dessas contradições históricas e sociais às questões do presente, enceta;

“À medida que avançam as décadas e os fatos – potencialmente brutais e irracionais – do século XX, o lado do capital mantido à distância das páginas policiais começa a freqüentá-la, explicando suas ramificações com o submundo que efusivamente prometeu combater. Ao invés de erradicá-lo preferiu associar-se a ele. O interessante por essa sociedade se intensifica na razão inversa à decadência do *Estado de bem estar social*. Incapaz de controlar as contradições cada vez mais

por “essência”. É como se no ato do seu nascimento já estivesse inscrito que em razão da sua origem social fossem eternos desempregados. Conseqüentemente, as referências do seu cotidiano não são tecidas com base nos mesmos parâmetros e valores sociais daqueles que se vêem socialmente integrados pela via do emprego, seja formal ou precário. Ultimamente tem surgido uma interessante literatura que, por fora do circuito acadêmico tradicional, tem tratado dessa temática. Ver, por exemplo, os livros “O abusado” de Caco Barcelos (2004), “Capão Pecado”, de Ferréz (2005), “Falcão: Meninos do Tráfico” de MV Bill (2006), “Cidade de Deus”, de Paulo Lins (2002). Ver, ainda, alguns filmes recentes, como: “Infância Roubada” (África do Sul, 2006: diretor, Gavin Hood), “Como nascem os anjos” (Brasil, 1996: diretor, Murilo Salles), “Cidade dos Homens” (Brasil, 2007: diretor, Paulo Morelli), “Tropa de Elite” (Brasil, 2007: diretor, José Padilha).

agudas do sistema de funcionamento sociometabólico, o capital atinge seus limites mais absolutos, originando uma crise estrutural sem precedentes e insolventes no interior dessa mesma (des) ordem social (Pinassi, 2006: 44-45)”⁴⁵.

Contudo, Edgar Morin (2003), atado aos aspectos fenomênicos da vida social, enfatiza que a decantada crise de sociabilidade encontra-se, para além dos problemas sociais, potencializada pela “intolerância”, pela ausência de valores baseados no “amor e no afeto” e pela busca da “compreensão do outro”. Dessa forma, atuar no sentido de recompor a tessitura social com base nos valores éticos e morais acima citados constitui tarefa primordial da educação comprometida com o futuro da humanidade.

Ao buscar a interpretação dessa tese, é revelador o teor do conteúdo ideológico nela presente, acerca dos dilemas da realidade social contemporânea, mais especificamente quanto aos problemas relativos a “*As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão*”.

Negando que as problemáticas sociais atuais resultem do contraditório processo histórico e social, o autor afirma que questões relacionadas ao conhecimento-desconhecimento acompanham a mente humana desde o aparecimento do *Homo-Sapiens*. Daí concluir que, entre os inúmeros desafios reservados à educação do futuro encontra-se o de “mostrar que não há

⁴⁵ Para o entendimento crítico das públicas desenvolvidas pelo Estado brasileiro em relação aos jovens pobres em conflito com a lei desde à época da Primeira República, ver de Sérgio César Fonseca. *Infância e disciplina: o Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927)*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2007.

conhecimento que não esteja, em algum grau, ameaçado pelo erro e pela ilusão” (Morin, 2003:19).

Como consequência, em Morin ganha relevância a defesa de formas abstratas de concepção do homem e do seu pensamento:

“O conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria, é fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. [...] daí os numerosos erros de concepção e de idéias que sobrevêm a despeito de nossos controles racionais” (Morin, 2003: 20).

Por outro lado, se os pressupostos analíticos do autor parecem atentar contra a lógica racional, contra a possibilidade de compreensão da sociedade em suas múltiplas contradições, e se o relativismo perdura como método essencial dessa forma de pensamento, tal perspectiva só é possível na medida em que a natureza das problemáticas sociais e das questões/soluções relacionadas à educação proposta pelo autor seja “compromissada” com a busca de alternativas capazes de recuperar certa “harmonia” social fraturada, profundamente cindida.

Com isso, objetivando “reativar” valores éticos/morais e sociais descolados dos *“numerosos erros de concepção e de idéias que sobrevêm a despeito de nossos controles racionais”*, Morin (2003) parece querer construir uma visão de mundo que, geradora de um comportamento “solidário-humanizado”, recomponha a ordem social resguardando da crítica os fundamentos da crise social que estão na base da lógica/necessidade do capitalismo atual.

Tal qual temos procurado demonstrar, o ponto de partida do autor não é o conjunto das relações sociais fundadas em bases materiais contraditórias. Ao contrário, procura trilhar um caminho nebuloso, oposto mesmo à possibilidade de apreensão da realidade em sua concreticidade.

Aliás, é o autor quem faz a seguinte afirmação:

“[...] O século XX viveu sob domínio da pseudo-racionalidade que presumia ser a única racionalidade, mas atrofiou a compreensão, a reflexão e a visão em longo prazo [...] Ao mesmo tempo, produziu nova cegueira para os problemas globais, fundamentais e complexos, e esta cegueira gerou inúmeros erros e ilusões” (Morin:2003,45).

De fato, considerando que nossa longa trajetória histórica social de *hominização* ocorreu em observância aos processos de mediação/transformação - aspectos que potencializaram o conhecimento/domínio do homem sobre a natureza e dos novos conteúdos sociais incorporados à própria natureza humana -, é necessário reconhecer que nessa longa processualidade encontravam-se subsumidos inúmeros desafios, cujos múltiplos nexos guardaram certa relação com o binômio “erros” e “ilusões”.

Podemos acrescentar ainda que, apesar do maior domínio e da relativa autonomia conquistada pelo homem em relação à natureza em geral, e apesar do reconhecimento e da validação do seu processo histórico-social, não se encontra superada a premissa teórica de que “*o homem é antes de tudo um*

ser vivo, isto é, um ser cuja existência jamais pode transcorrer sem a indispensável base biológica” (Duarte, 2003:23).

Contudo, diante dos desafios que nos são apresentados, lidamos permanentemente com a possibilidade dos acertos e dos erros. Mais ainda, se o homem é um ser que dá respostas (Marx, 2007), romper com os erros e com as ilusões (citadas genericamente por Morin) constitui ação-atitude essencial caracterizadora da nossa longa e contínua trajetória cognitiva/evolutiva e social.

Da mesma forma, é possível salientar que da análise desenvolvida por Morin se apreende que as questões do “erro e da ilusão” assumem formas abstratas, desvinculadas do mundo real, das contradições caracterizadoras do mundo do capital. Daí que objetamos: Qual seria a natureza histórico/social, a densidade, o conteúdo/característica/forma/contradições que dão substância/qualidade à interpretação da “ilusão” e do “erro”, exaustivamente propalados por Morin?

Desconsiderando, ou mesmo atuando no sentido de obscurecer as questões acima arroladas, “a educação para o futuro” proposta por Morin parece querer difundir uma visão de mundo em que todos, sem exceção, devem comprometer-se com os esforços em dotar os homens de conhecimentos/valores capazes de orientá-los na adoção de práticas e atitudes que, socialmente construtivas, estejam em consonância com as necessidades “humanas” contemporâneas, pois:

“[...] é a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e de auto-organização da sociedade [...] todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento do conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana [...] Cabe à educação do futuro cuidar para que a idéia de unidade da espécie não apague a idéia de diversidade” (Morin:2003, 54-55).

Como temos salientado, nota-se que, subsumidas na genérica idéia de “pertencer à espécie humana”, questões relevantes como o trabalho abstrato, fonte primeira de todas as outras formas de estranhamento porque nega a ontológica mediação/relação homem/natureza, passam ao largo da análise desenvolvida por Edgar Morin.

Ao contrário, a sociedade do conhecimento a ser alcançada por meio da “educação do futuro” pressupõe a incorporação, pelo individuo, da nova “cultura da sociedade”, que exige maior “interação”, “auto-organização” e “participação em comunidade”, já que *“todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento do conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”*.

É por isso que a idéia de pertencimento, numa sociedade de classes, encontra-se genericamente substituída pela concepção de “pertencer à espécie humana”, espécie cuja unidade/sociabilidade exige a defesa da diversidade, uma vez que *“a compreensão é ao mesmo tempo meio e fim da*

comunicação humana. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensões mútuas” (Morin, 2003: 104).

Esse parece ser o sentido dado às iniciativas operárias incentivadas pela empresa pesquisada. As práticas voluntárias discutidas no primeiro capítulo deste trabalho, ao fim e ao cabo, correspondem também à busca do capital em disseminar os pressupostos educacionais enunciados por Edgar Morin (2003). Ao mesmo tempo, atenua os efeitos da tensão causada pelas exigências e cobranças da fábrica flexível.

Essa “solidariedade operária”, se por um lado funciona como uma espécie de “válvula de escape”, por outro torna os operários reféns da imediatez do cotidiano e de todo o processo de manipulação nele contido (Heller, 1989). Talvez essa seja a razão pela qual, sugerindo romper com a percepção e a opacidade das idéias que presas ao passado, Edgar Morin (2003), referindo-se genericamente às interpretações marxistas, vê na superação do materialismo-dialético a condição *sine-qua-non* para a visualização de novos horizontes, novos caminhos e novas soluções educacionais⁴⁶.

Esse parece ser o sentido das mudanças de atitudes que, segundo a visão de mundo de Edgar Morin (2003), quando incorporadas à educação permitem, em nossos dias, certa recomposição da tessitura social. Contudo, é

⁴⁶Segundo João Evangelista, a crítica do pensamento relativista ao marxismo relaciona-se ao fato de que: “O marxismo, ao contrário dessas outras concepções, reivindica para si a condição de pensamento totalizante e integralizador, reconhecendo-se como herdeiro e continuador das grandes sínteses do pensamento moderno. Mais: propõe-se a ser a expressão teórica do movimento dialético do real e que, por isso, é o único capaz de conhecer e explicar, racionalmente, a totalidade histórica” (Evangelista, 1997: 31).

necessário enfatizar que a incorporação de suas teses promove, no campo da educação, sua redução à forma útil/instrumental, uma vez que sua função ver-se-ia restrita aos objetivos de procurar equacionar alguns dos entraves do cotidiano, alguns dos dilemas da crise de sociabilidade contemporânea.

Vê-se, portanto, que as teses de Edgar Morin (2003), difusor da pedagogia do “*aprender-a-aprender*”, ao fim procuram emular os indivíduos para que, sem qualquer pressuposto crítico, tomem decisões, encarem os novos desafios e estejam dispostos a apreender sempre.

Ainda de acordo com as críticas elaboradas por Newton Duarte (2003), a pretendida “compreensão” difundida por Morin (2003) é a paz dos cemitérios, ou seja, um mundo tranqüilo, sem a elaboração de questionamentos sociais que ousem a se contrapor à atual estabilidade social-crítica do capital.

Em sintonia com as críticas enunciadas logo acima por Duarte (2003), Lúcia Maria Neves salienta que “as reformas educacionais brasileiras [...] visam, do ponto de vista técnico, à formação de um homem empreendedor e, do ponto de vista ético-político, à formação de um homem colaborador” (Neves, 2005: 105).

Tal qual salientamos no tópico “o purgatório e a porta do inferno” apresentado em nosso primeiro capítulo, temos que, por força das contingências, esse tipo de proposição é a que tem maior penetração no segmento metalúrgico *jovem-adulto flexível*, uma vez que sobre seus ombros encontra-se o pesado fardo da “necessidade” de construir uma trajetória

educacional-profissional cujos significados sociais comprometidos com a (des) ordem do capitalismo atual, têm seu arcabouço teórico elaborado e exaustivamente difundido por intelectuais como Edgar Morin (2003).

Nesse sentido, é reveladora a fala de Antonio Carlos, médico do trabalho, que nos informou:

“[...] o que diferencia o trabalho hoje do trabalho que existia vinte anos atrás é justamente isso; antigamente o trabalhador metalúrgico era um trabalhador que era contratado para fazer. Então, bem dentro daquela escola Taylorista, ele não tinha que pensar, ele era pago para fazer. A reestruturação produtiva mudou um pouco isso. Quer dizer, você deixou de procurar um trabalhador que saiba fazer e passou a procurar um trabalhador que saiba aprender, essa foi uma mudança significativa. Tá a explicação: Por que você faz a opção pelo mais jovem? O mais jovem aprende mais fácil, ele está mais disponível, ele tem o banco escolar mais próximo da memória dele, então ele tem maior facilidade em se disponibilizar, a sentar, prestar atenção, a suportar aula, palestra, treinamento, ele não se sente ofendido em aprender [...] o jovem ele sabe que isso faz parte. Com isso ele é estimulado o tempo todo a pensar o trabalho que ele faz e dar sugestões de como é que ele pode melhorar o desempenho, não dele, da fábrica” (grifos nosso).

Vemos, então, que a “nova pedagogia da hegemonia” intensamente disseminada por Edgar Morin (2003) instiga um tipo de comportamento social e de trabalho que, conforme relato do médico, encontra-se mais facilmente incorporada à mentalidade dos operários jovens, na medida em que esses *“têm maior facilidade em se disponibilizar”*.

Mais ainda, como vimos nos capítulos anteriores, as metas da empresa são também alçadas à condição de metas pessoais, pois ganhar

mercado é condição prévia de garantia do emprego. De forma correlata, os jovens operários devem, recuperando valores consubstanciados no “amor” e no “afeto”, ser homens solidários e comprometidos com a espécie humana.

Portanto, essas são teses que, conforme aponta Falleiros (2005), do ponto de vista do mundo do trabalho traduzem os novos significados sociais que compõem a “educação para o futuro”, que, em essência, relaciona-se ao seguinte fato:

“A sociabilidade capitalista que despontou no Brasil nos anos 1990 vem demandando uma educação capaz de conformar o “novo homem” de acordo com os pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e ético-políticos da flexibilização do trabalho” (Falleiros, 2005: 211).

De forma a corroborar a afirmação de Falleiros (2005) exposta logo acima, em particular quanto aos novos atributos psicológicos e emocionais exigidos e mobilizados, torna-se relevante recuperar Dejours (2002), quando afirma:

“[...] a afetividade está na base da subjetividade. A subjetividade é dada, acontece, não é uma criação. O essencial da subjetividade é da categoria do invisível. O sofrimento não se vê. Tampouco a dor. O prazer não é visível. Esses estados afetivos não são mensuráveis. São vivenciados “de olhos fechados”. O fato de que a afetividade não possa jamais ser medida nem avaliada quantitativamente, de que ela pertença ao domínio das trevas, não justifica que se negue a realidade nem que se despreze os que dela ousam falar de modo obscurantista. Ninguém ignora o que sejam o sofrimento e o prazer, e todos sabem que isso só se vivencia integralmente na intimidade da experiência interior. Tudo o que possa mostrar do sofrimento e do prazer não é senão sugerido. Negar ou desprezar a subjetividade e a afetividade é nada menos que negar ou desprezar no

homem o que é sua humanidade, é negar a própria vida”
(Dejours, 2002: 29).

Desse modo, a polivalência toyotista, ao aprofundar o processo de desqualificação profissional subjacente ao taylorismo/fordismo, procura construir mecanismos necessários à construção de novas formas de consentimentos sociais, que, manipulatórios, encontram-se também embutidos nas teses de Morin (2003), as quais apontam que sob o ponto de vista da gestão de pessoal há algo novo no histórico-permanente processo de controle do capital, à época do trabalho flexível.

Com isso, temos que a construção da figura do operário *jovem-adulto flexível* implica a adoção de estratégias que possibilitem, como indica Falleiros (2005), a manipulação da subjetividade, pressuposto indispensável às tentativas do capital em determinar as formas sociais de vivência afetiva.

Ou seja, as empresas, tal qual o caso da fábrica aqui pesquisada, atuando sobre os aspectos psicológicos e emocionais dos operários *jovens-adultos flexíveis*, objetiva “colocar o crachá dependurado - ou melhor, o cartão magnético - no coração do operário”, conforme nos relatou o médico do trabalho.

3.4 Das novas contradições e possibilidades

Neste tópico pretendemos abordar alguns aspectos que consideramos relevantes à compreensão das contradições “recentes” entre capital-trabalho e das possibilidades qualitativamente superiores de organização do movimento operário em face da emergência do segmento *jovem-adulto flexível*, processo correlato às reestruturações verificadas na produção e na nova gestão de pessoal, conforme ficou demonstrado no caso da empresa aqui analisada.

De modo mais específico, consideramos essencial tecer algumas considerações acerca do contraditório, do “novo” sentido social intrínseco ao processo de emergência do novo segmento metalúrgico, que tem seus signos patenteados na peculiar elevação do nível da educação formal e na correspondente e também diferenciada qualificação profissional. São possibilidades abertas com o fato de que tanto o ensino formal quanto a respectiva qualificação - ainda que isso pareça espantoso - são atributos que se encontram permanentemente negados.

Tal qual demonstramos, o *jovem-adulto flexível* é portador de potencialidades, de atributos profissionais que, inerentes à “nova” força de trabalho flexível, encontram-se permanentemente “rejeitados”, o que demonstra o recrudescimento, em nossa contemporaneidade, sob novos vieses, da lógica destrutiva do capital, atestada no permanente processo de destituição dos “sentidos” do trabalho e da redução do trabalho vivo à condição de produtor de mais-valia (Marx, 1968).

Essa é uma forma contraditória de organização do trabalho, que, aparentemente “bizarra”, explica-se pela necessidade da “construção” e imediata “destruição” das forças produtivas atestadas no seu não uso, no “desperdício” dessa nova capacidade de realização do trabalho.

Ou seja, como estratégia do processo de reestruturação, a empresa analisada exigiu - conforme vimos no segundo capítulo - que todos se qualificassem para, logo em seguida, como é da natureza do capital, negar o paraíso prometido, pois, de acordo com os diferentes relatórios sociais da empresa, aquele que se qualificasse não só garantiria seu emprego mas também poderia visualizar a real possibilidade de ascensão profissional: “Prezados colaboradores, estudem, qualifiquem-se”, eis o slogan da propaganda insistentemente divulgada.

Com o objetivo de jogar luz sobre essa problemática e de procurar compreender o sentido contraditório das questões abordadas logo acima, cabe recuperar alguns aspectos da análise desenvolvida por Maspero (1992), quando discute a relação entre força de trabalho-qualificação profissional, argumentando que:

“O capital se apropria da força de trabalho e a objetiva [...] Trabalho produtivo é aquele que pode gerar mais-valia. Ora, por ele mesmo o capital somente se apropria daquela força de trabalho que pode gerar mais-valia, procurando que toda força de trabalho esteja em condições de gerá-la. Esse “estar em condições de” é obtido através da qualificação com um ensino adequado. Mas, como só é possível realizar a exploração na questão do mercado, orienta a qualificação da força de trabalho para aquelas atividades ou formas (no seio de uma atividade) que têm maior acesso e predicamento do mercado. O sistema de ensino é entendido assim como

uma concreta qualificação da força de trabalho, que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema – única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la” (Maspero, 1992:06).

Nesse caso, o não “aproveitamento” da força de trabalho na fábrica flexível, numa perspectiva histórico-social, em consonância com os pressupostos analíticos desenvolvidos por Heller (1989), é parte da eterna irrealização do homem, cindido pela divisão do trabalho, numa dinâmica acentuada pelo trabalho flexível, ainda que esse homem reivindique para si ser portador de capacidades laborais superiores à anterior fragmentação taylorista-fordista.

Portanto, trata-se da reafirmação, em outros termos, das frustrações decorrentes das mudanças promovidas pelo trabalho flexível, que, fundado numa determinada forma de organização social e do trabalho contemporâneo, em consonância com os interesses do capital, não altera a perpétua *contradição-síntese* moderna, que, de forma acentuada, insiste em priorizar os interesses produtivistas do mercado em detrimento das necessidades sociais e coletivas (Kurz, 1997).

Quando focamos a análise no caso do *jovem-adulto flexível* podemos aferir, inclusive, que ocorre uma “nova” relação alienante do homem com seu trabalho, pois na condição de trabalho vivo, molestado pela empresa, caminhou em direção à formação-qualificação, já que no horizonte havia certa

“promessa” de ascensão em troca do seu consentimento e do seu engajamento na produção.

Contudo essas condições, não se alteram. Ao contrário, quando procuramos compreender o conjunto das transformações sociais do presente, em especial as mudanças ocorridas no mundo do trabalho capazes de torná-lo flexível, faz-se necessário entender essas transformações como expressão das particularidades do *continuum* processo caracterizador da modernidade do capital, que, em sua múltipla processualidade, permanentemente lutou para “desqualificar” o trabalho vivo, hoje “re-qualificado” segundo a dinâmica imposta no caso da reestruturação da empresa pesquisada.

Com isso queremos ressaltar que a nova e diferenciada educação/qualificação profissional do *jovem-adulto flexível*, discutida ao longo deste nosso trabalho, de alguma forma recompõe, ou melhor, permite recuperar, resgatar alguns “sentidos” do trabalho tolhidos no decorrer do processo de desqualificação profissional, quando das transformações relativas às manufaturas e à grande indústria, tendência acentuada pelo método taylorista/fordista.

Porém, se a estratégia do trabalho flexível contida no modo de *vida just-in-time* exigia “mobilização total”, em tempo quase que integral, e se o *jovem-adulto flexível* conheceu o purgatório, após pagar “pedágio” e completar sua formação, ele tende a cobrar sua fatura, pois, conforme ensina a moral operária, promessa é dívida!

É elucidativo quanto a esse processo de confrontação/contradição o que nos relatou Jorge, numa das ocasiões em que os operários do seu setor se reuniram com o gerente, quando da aplicação da estratégia de criar-buscar consentimento operário relativo aos programas de relacionamentos empresa/colaboradores instituídos na fábrica flexível. Disse-nos ele:

“Após o gerente fazer balanço das metas alcançadas, apontar alguns problemas e apresentar sugestões, pedi a palavra e educadamente lhe perguntei quando a empresa daria a oportunidade para que eu pudesse devolver a ela tudo que ela havia investido em mim durante todos esses anos. Ele me respondeu dizendo que era lamentável aquela situação, mas o fato é que a empresa tinha mais cérebro que braços e pernas”.

Observa-se, conforme temos procurado destacar, que a não correspondência entre a educação-qualificação alcançada após anos de dedicação e as tarefas realizadas na fábrica, essa nova forma de destruição das forças produtivas tem gerado rusgas, com as quais se abrem possibilidades para que o aprofundamento da insatisfação coloque a “criatura contra seu criador”.

Com isso queremos ressaltar a hipótese de que se desenvolve, de que se encontra em curso um novo, singular, contraditório processo contemporâneo, agora robustecido com as novas possibilidades qualitativamente superiores de organização do movimento operário e do seu possível fortalecimento em face dos embates calcados na necessidade de se colocar cotidianamente contra a voracidade do capital.

É revelador o depoimento de Mário, quando se refere ao novo perfil operário que emergiu na fábrica após duas décadas do início do processo de reestruturação. Reforçando nossa premissa, encetou:

“Não tem mais aquele negócio de pegar um trabalhador burro, não existe mais isso. Existe um pessoal bem politizado, bem preparado pra enfrentar a situação de acordo com que é imposta naquele momento”.

Ou seja, considerando o novo perfil metalúrgico da empresa caracterizado por Mário, com o surgimento do operário *jovem-adulto flexível* propriamente dito, não seria estranho que, numa futura negociação entre capital e trabalho, os trabalhadores fossem representados por uma comissão de cinco pessoas, composta por um cientista social, economista, advogado, engenheiro e psicólogo. Ressaltamos, porém, que se trataria de uma comissão operária e não de uma consultoria formada por técnicos do Dieese, como é comum nessas situações.

Aliás, das profissões acima, em nossa visita pela fábrica só não conseguimos nos deparar com o psicólogo-operário; porém, Artur nos relatou:

“Vou estudar psicologia porque no dia-a-dia da fábrica a gente vê que a empresa manipula muito as pessoas. Acho importante a gente se preparar. Tenho vontade de estudar psicologia por isso”.

Da mesma forma, ao assinalarmos a nova “educação-qualificação” do operário *jovem-adulto flexível*, processo que resulta do movimento pela busca de uma formação mais adequada, conforme relata Artur é preciso ressaltar que essa nova condição operária permite que esses indivíduos

fiquem em sintonia com o mundo, já que possuem domínio da informática e de línguas estrangeiras.

Assim, fomos informados pela Comissão de Fábrica, por exemplo, que o atual representante operário no “Comitê Internacional dos Trabalhadores da [nome da fábrica]”, corresponde ao perfil típico do *jovem-adulto flexível* aqui estudado.

Disseram-nos que, além de curso superior, é profundo conhecedor da navegação pelo mundo da rede, domina o inglês com perfeição e “se vira muito bem” com o alemão. Isso nos leva inevitavelmente a pensar que, na hipótese de re-fundação de uma nova Internacional de Trabalhadores, se dirigida por operários com perfil profissional-social idêntico a esse *jovem-adulto flexível*, tornar-se-ia perfeitamente dispensável a figura do tradutor.

Mais ainda, o fluxo rápido das informações que circulam pela rede, indispensáveis ao capitalismo contemporâneo, torna possível, em face do conhecimento que permite, o manuseio de ferramentas virtuais que, combinado ao domínio de línguas estrangeiras, convertem-se em instrumentos-mecanismos de organização da classe operária, abrindo novas possibilidades de articulação em tempo real-virtual.

Seja pela rede ou pelo sistema de comunicação convencional como o telefone, os operários da fábrica localizada na cidade de São Bernardo do Campo podem hoje, quando necessário, “linkar-se”, sintonizar-se com operários do grupo lotados em diferentes cidades, países ou continentes.

Da mesma maneira, interessa-nos ressaltar a forma singular de como se realizou a inserção “igualitária” entre os gêneros quando nos referimos à introdução do trabalho feminino no chão de fábrica, ainda que as mulheres não ultrapassem 5% do contingente operário, de acordo com o relatório social divulgado pela empresa no ano de 2004.

Quando afirmarmos a condição “igualitária” de inserção da mulher, temos como referência as informações de campo conseguidas em nossa pesquisa, indicativas de que na fábrica aqui estudada, diferentemente do quadro nacional demonstrado por Nogueira (2004), não há distinção salarial entre os sexos para aqueles que exercem a mesma função, ou seja, o acesso aos programas de qualificação é universal, garantindo, inclusive, que as mulheres freqüentem a escola Senai na fábrica.

E a “igualdade” alcançada, com atendimento aos direitos, às demandas específicas ao gênero feminino não se limitam nem extrapolam os dados indicados acima. Fomos informados, pela Comissão de Fábrica, que além da assistência médica fornecida pelo Clínico Geral, entre as especialidades encontradas dentro da empresa existe o atendimento ginecológico, com garantia de que 100% das mulheres possam ser examinadas preventivamente, ou ainda, se necessário, realizem tratamento médico com acompanhamento de profissional especializado, no interior da própria fábrica.

Em relação às mulheres/mães, questões como cumprimento da licença-maternidade e do aleitamento materno correspondem a alguns dos

direitos que não se discutem, mais que isso, as negociações permitem conquistas que vão além daquilo que já se encontra estabelecido em lei, conforme relato de Raquel:

“Tem um acordo aqui das montadoras que o auxílio maternidade vai ser de seis meses, depois tem um tempo em que elas vão sair duas horas antes pra amamentar o filho [...] a empresa paga auxílio maternidade pra colocar os filhos na creche”.

Da mesma forma, assédios, seja moral ou sexual, são inadmissíveis. As mulheres, em ampla maioria, são filhas, netas ou companheiras de algum operário da fábrica: por isso infringir o código de conduta baseado no profundo respeito no trato com as mulheres, para além dos aspectos legais significa atentar contra a confiança depositada. Numa de nossas visitas à fábrica foi Moisés quem nos disse:

“Tem uma menina aqui (se referia à célula de produção em que trabalha) muito legal, acho que você vai gostar de conversar com ela. É filha de um amigo nosso que trabalha lá no setor de eixos [...] entrevista ela também”.

Além da forma carinhosa, da maneira cuidadosa com que se referiu à filha do seu colega de trabalho, chamou-nos a atenção o tom utilizado em sua fala quando da nossa apresentação à futura depoente. Mais que isso, a atitude de Moisés é algo revelador dessa “proteção” mútua, do esforço compartilhado na preservação de um ambiente de trabalho moralmente respeitável em relação às mulheres.

Moisés nos disse que foi procurado por esse seu colega para receber a “missão” de orientar sua filha no novo trabalho: uma espécie de

pacto de confiança, situação que se repete em outros setores da empresa, ao garantir certa “proteção” as mulheres operárias. Após apresentação feita por ele, confiante e segura Márcia nos concedeu seu depoimento.

É nesse ambiente de trabalho “igualitário”, cujos traços são dados pelas conquistas trabalhistas relevantes quando se compara a empresa pesquisada com a realidade do atual mercado de trabalho brasileiro que ganham azo reivindicações que objetivam o atendimento de novas demandas, tipicamente femininas.

A exigência de se ter um tipo de uniforme menos masculinizado, calças com cintura mais baixas e camisetas com decotes diferenciados, de acordo com o relato de Raquel, indica o que temos procurado demonstrar neste tópico de nossa exposição:

“No meu setor [...] as mulheres são muito femininas [...] elas saem de saia e salto, elas são bem femininas e tal [...] elas passam batom, tão sempre com unha pintada... feita [...] A roupa (uniforme de trabalho) que deixa mais assim né... porque é calça jeans, camiseta gola pólo, então elas ficam sentindo... [...] os meninos até falam as vezes: “nossa, aquela roupa lá deixa vocês feia” [...] porque elas não ficam femininas, elas ficam tipo masculina mesmo né. É tudo igual né, então você vê, mulher vestida igual o homem, mesmo manequim. Mas andam normal e tal, cabelo sempre preso, mas elas procuram ser mais feminina possível”.

Acerca das questões até aqui arroladas talvez caiba uma interrogação. Se a introdução da mulher na produção significa um relativo aumento de custo, considerando-se as garantias trabalhistas e sociais relacionadas à incorporação da força de trabalho feminina, existiria alguma

razão essencial que explique ou justifique a admissão da mulher no chão de fábrica?

Em nossa pesquisa de campo pudemos constatar um outro aspecto singular da inserção feminina na fábrica, uma peculiaridade assentada na premissa de que é no gênero feminino que podemos encontrar uma capacidade organizativa peculiar, uma forma de zelo que, específica, é característica de quem se encontra histórica e socialmente condicionado a “cuidar”, seja do lar, dos filhos, enfim, da família.

Nesse caso, por cuidar “melhor”⁴⁷, tal aspecto social é sobejamente capitaneado pela empresa flexível, que atribui às mulheres importante papel “moderador-organizador” em diferentes células de produção. É o que podemos apreender do relato feito por Raquel, que nos informou:

“Eles falam (os homens): “nossa!, depois que as mulheres vieram pra cá é tudo mais organizado. Elas brigam se você não deixa as coisas no lugar, se você sair e não limpar as máquinas: elas falam, elas brigam... mas, tudo com razão”. [...] a cada seis meses tem auditoria pra ver como é que tá. Tem auditoria...coleta de lixo...vê se as máquinas estão funcionando bem, se você não está operando a máquina de forma que possa causar algum dano... então a gente tá sempre olhando isso, a mulher é mais observadora neste aspecto [...] então o pessoal fala: “não, todo setor tem que ter

⁴⁷ Em seu livro *“A feminização no mundo do trabalho”* (2004), Claudia Mazzei Nogueira, com base nas análises de Engels, indica-nos as peculiaridades que caracterizavam o processo primitivo de divisão do trabalho entre os gêneros, e a posterior readequação-esvaziamento dos sentidos do trabalho feminino, em atendimento às necessidades do capital. Assim, demonstramos que: “[...] a desigualdade legal, herdada de épocas anteriores, não era causa e sim efeito da opressão econômica sobre a mulher. Nas comunidades primitivas ou no antigo lar comunista, na divisão do trabalho a direção doméstica ficava sob controle das mulheres, enquanto a busca de alimentos era de responsabilidade masculina. Mas essa era uma atividade social. Posteriormente, com a família patriarcal e com a família monogâmica, essa situação se alterou, com a direção do lar perdendo seu caráter social e transformando-se em serviço privado. Isso converteu a mulher, ainda segundo Engels, “em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social” (Nogueira, 2006:14-15).

mulher”. E com isso a empresa cresceu... desenvolveu... criatividade, a gente dá idéias para um monte de coisas. Então a empresa bem que gostou dessa coisa”.

Ou seja, as mulheres são essenciais na aplicação dos princípios contidos no 5s, conforme demonstramos em nosso segundo capítulo. Mais ainda, se para o capital “tempo é dinheiro”, a presença feminina no chão de fábrica supre essas e outras necessidades vitais.

Tal qual analisamos ao longo da nossa exposição, o trabalho flexível exige uma luta constante, uma vigilância inédita para que se possa diminuir drasticamente o tempo de trabalho considerado tempo-morto. Nesse sentido, as mulheres são essenciais, porque sua presença inibe possíveis devaneios em ambientes majoritariamente masculinos. Foi Márcia quem nos fez a seguinte revelação:

“Eles (os homens) eles conversam bastante bobagem, bastante mesmo, mas eles evitam falar de coisas na frente das meninas. Quando a gente chega, eles param de falar”.

Contudo, apesar de na fábrica aqui analisada termos constatado certa “emancipação” da mulher em face das conquistas trabalhistas e sociais obtidas, principalmente se comparada à realidade do mercado de trabalho nacional, é preciso destacar o lado “cruel” dessa história, a outra faceta, que, inerente ao trabalho flexível, corrói a mulher no seu íntimo.

A esse respeito vejamos atentamente o relato estarrecedor feito pelo médico do trabalho:

“Agora é claro, as mulheres em situações especiais, elas têm problemas sim, por exemplo: mulheres que trabalham em linha de montagem e que ficam praticamente em pé durante toda a jornada, quando elas engravidam isso tem representado um significativo aumento nos casos de aborto espontâneo. Nós temos casos de 8 a 10 abortos numa fábrica de 400 funcionários em um mês. Todas, a única causa; trabalho em pé [...] uma pessoa que está grávida e tem que trabalhar em pé durante 8 ou 10 horas por dia, principalmente no início da gestação [...] além disso tem a exposição a alguns produtos; solda, solda de estanho, exposição a fundos metálicos, solventes [...] todas as montadoras têm áreas de solda que são extremamente problemáticas, todas! [...] quando as mulheres ficam expostas a este tipo de trabalho, isso representa um risco maior à saúde não só dela como a do feto. Essas mulheres (as grávidas) elas começam ter sangramento, vão ao médico, às vezes aborta completamente, ou vai para uma curetagem terminar o aborto que começou, ficam 4 ou 5 dias em casa e voltam a trabalhar [...] Ninguém tinha relacionado esta questão do aborto com a quantidade, com a qualidade do trabalho feito em pé. Quando a gente começou a fazer esta relação baseada em estudos [...] estas coisas passavam despercebidas, até os trabalhadores começaram a achar que isso era normal [...] quando você tem um índice altíssimo que é 10 vezes mais que a população que não está exposta a este tipo de trabalho [...] bom, alguma coisa está acontecendo no trabalho, quando você vai ver o que é; ficam trabalhando em pé o tempo todo” [grifos nosso].

Ou seja, as novas conquistas do sexo feminino, se por um lado reafirmam a importância da luta pela igualdade entre os gêneros, por outro, tal qual afirmou Mészáros (2002), quando são incorporadas essas conquistas em atendimento às novas necessidades do capital, sua assimilação revela a verdadeira natureza destrutiva do capitalismo contemporâneo.

O almejado direito à afirmação da igualdade entre os gêneros, aparentemente alcançada sob a égide do trabalho flexível, traduz-se num filme

de horror, que atenta contra a existência da própria humanidade, pois a eliminação de parte das forças produtivas ainda na gestação nega, inclusive, o direito “sagrado” das mulheres operárias de realizarem o desejo de se tornar mães, ou, de se afirmarem, ao fazer valer esse relevante aspecto social que, específico ao gênero, é intrínseco à sua natureza.

Trata-se de uma forma manifesta de barbárie, que, socialmente naturalizada conta, inclusive, com a colaboração do mundo cristão, que, debatendo-se contra os estudos realizados em células-tronco, ou promovendo campanhas contra o aborto consentido, silenciam-se diante dessa brutal contradição: “o trabalho flexível negador do direito à vida”.

Todavia, por tratar-se de um processo eivado de contradições, existem novas possibilidades. Nesse sentido, vale a pena recuperar o que nos disse o médico do trabalho:

“[...] o grande problema da inserção hoje da mulher jovem [...] que entram para as fábricas, principalmente na linha de montagem [...] tem dois aspectos que pesam nesta questão; as mulheres tendem a ter um comportamento inicial mais passivo, aceita mais a meta, o limite [...] elas acabam aceitando mais as metas da empresa, os limites postos pela fábrica, questionando menos. Por outro lado, tem a questão da perseverança [...] elas têm uma disponibilidade para estar trabalhando, fazer mais, fazer melhor, fazer bem feito, para vestir a camisa [...] tem também uma contrapartida, as mulheres quando elas se revoltam com o sistema, quando elas percebem o que está acontecendo, também abraçam a luta sindical [...] a gente tem exemplos de várias mulheres que tem um comportamento muito legal como representante, não com a aspiração de ser dirigente sindical... não só isso não, mas para a atuação no chão de fábrica, para melhorar as condições de trabalho, para diminuir ritmo, diminuir a opressão das chefias, uma opressão mais velada, uma opressão mais em forma de

violência psíquica do que violência física, de punição, advertência, suspensão [...] é mais uma coisa de coerção [...] elas ficam muito indignadas com isso e passam a ser ótimas representantes **(grifo nosso)**".

Como se vê, nada se encontra definitivamente decidido: a conquista da "igualdade" tem um preço social e pessoal-emocional considerável. Contudo, na contramão desse processo construtivo-destrutivo afirmam-se outras possibilidades de avanços na organização dos trabalhadores, que, de forma inédita, alça a mulher à condição de protagonista.

Essa nova composição operária, profissional-social e também de gênero, expressa na peculiar forma de ser do *operário jovem-adulto* flexível, tornou-se viável quando da combinação de pelo menos três fatores, que, complementares, correspondem a uma única e mesma processualidade:

- A-)** a disseminação pelo capital e a incorporação seletiva, pela empresa pesquisada, do novo aparato tecnológico disponível;
- B-)** as possibilidades abertas com a exigência de que todos se qualificassem, inclusive as mulheres;
- C-)** a necessidade do capital em apropriar-se da mais-valia criada por um perfil operário socialmente diferenciado, o que implica no surgimento de novas contradições.

Contudo, o caráter mais agudo das novas contradições, bem como das possibilidades apresentadas neste último tópico, em particular aquelas relativas às possibilidade do salto qualitativo na organização do movimento operário envolve questões que se decidirão no campo da luta de classes.

Com base no caso aqui analisado, visualizamos a validade da premissa analítica que embasou a tese de que, contraditoriamente, o desenvolvimento do capital, em processo, cria os próprios coveiros. Porém, cabe ao coveiro tomar conhecimento dessa sua árdua tarefa histórica.

Com isso queremos pontuar que a história é processo: mais ainda, processo contraditório. Da mesma forma, é preciso salientar que se encontramos um novo potencial contestador bem mais qualificado nos operários *jovens-adultos flexíveis*, da mesma forma foi possível constatar que os quadros profissionais sofrem assédios permanentes no sentido de se converterem em gestores “talentosos” do capital.

Bem, a história encontra-se em aberto, e os rumos da luta de classes é que decidirão os caminhos a serem trilhados pelo novo segmento operário *jovem-adulto flexível*.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos demonstrar que a emergência do novo segmento *jovem-adulto flexível* relaciona-se ao processo de reestruturação produtiva da indústria automotiva no Brasil dos anos de 1990, das seletivas mudanças tecnológicas, mas, fundamentalmente, da nova gestão de pessoal - como foi o caso da indústria aqui analisada -, em consonância com as estratégias do trabalho flexível, de nítida inspiração toyotista.

Contudo, é necessário enfatizar que a “superação” da antiga estrutura fabril taylorista-fordista, responsável por forjar um operariado de novo perfil, manteve alguns dos aspectos organizativos e produtivos relativos ao clássico padrão da antiga organização científica do trabalho, pois, ao mesmo tempo em que a introdução de novas tecnologias seguiu uma dinâmica seletiva, as células de produção propriamente ditas não romperam, mas apenas deram novo formato à anterior disposição em linha encontrada na fábrica.

A constatação acima não nos autoriza a desconhecer que algo qualitativamente novo aconteceu com a antiga fábrica aqui pesquisada. Pretendemos tão-somente destacar que o elemento de superação em relação ao anterior padrão taylorista-fordista é dado pelas novas estratégias dos recursos humanos, que agora, em consonância com os imperativos do trabalho flexível, agem no sentido de criar inéditos mecanismos de envolvimento e adesão operária aos projetos da empresa.

Ou seja, como componente essencial das estratégias do trabalho flexível, introduziu-se na “nova” fábrica um conjunto de práticas vinculadas fundamentalmente à gestão de pessoal. Desde a semi-autonomia conquistada-consentida nas células de produção, passando pelos inúmeros programas de incentivo à qualificação profissional ou de relação entre pessoal da fábrica e direção da empresa, a figura do “operário-colaborador”, conforme procuramos demonstrar, traz em si um componente histórico-social novo na contraditória relação capital-trabalho, o *jovem-adulto flexível*, é sua expressão síntese.

Ao enfatizar os aspectos sociais acima arrolados, procuramos demonstrar que a nova dinâmica produtiva e de gestão é impulsionada pela singular necessidade do capital de, à época da mundialização, promover em escala sempre ampliada o aumento da produtividade, por se ver obrigado a encontrar respostas para o acirramento das disputas por garantia de mercado, ou, para criar novos nichos.

Esse processo singular, caracterizador do novo metabolismo social produtivo e de seu rol de “oportunidades” de ascensão pessoal implicou a incorporação de novos ingredientes históricos e sociais, cujos significados se encontram corporificados na figura do *jovem-adulto flexível*, uma composição operária gestada no contexto em que a fábrica reestruturada assumiu a disseminação da ideologia da “parceria”, evitando, sempre que possível, as formas abertas de confrontos. Por outro lado, em ato contínuo, agiu no sentido

de promover comportamentos que, assimilados, passaram a ser reproduzidos para além do espaço fabril.

Uma das facetas reveladas pelo modo de vida “*just-in-time*” discutido no primeiro capítulo parece demonstrar, de forma contundente, o novo teor social contido nas atitudes e iniciativas tomadas fora da fábrica pelo perfil operário aqui estudado. A maneira como procuram encaminhar as questões pessoais e de trabalho fora do ambiente fabril, bem como as referências morais e sociais norteadoras das relações que estabelecem com a antiga geração operaria são por demais elucidativas.

Revelam a incorporação dessa nova ideologia produtiva e social do capital cujas agruras cotidianas são amenizadas, em parte, pela sua singular capacidade de consumo, já que sua condição salarial, em meio às relações sociais fundadas no consumismo, permite-lhes atuarem como protagonistas inveterados desse universo social fetichizante. Revigoram, expressam com isso o novo metabolismo social ancorado na inédita capacidade humano-tecnológica de produção de mercadorias, processo ampliado com as novas estratégias de gestão de pessoal.

Por outro lado, já que se trata de um processo contraditório, o capital não goza do privilégio de “voar em céu de brigadeiro”. Ao mesmo tempo em que promete um novo mundo para essa geração operária, o segmento *jovem-adulto flexível* defronta-se com a inexorável e histórica necessidade do capital de reduzir o trabalho vivo à condição de força de trabalho, atualmente em

excesso, de acordo com a nova lógica produtivista, o que dá mais intensidade às contradições sociais.

Após anos de dedicação aos estudos e de profissionalização permanente, para a maioria a profecia não se cumpriu. Assim, deparamos-nos com engenheiros apertando parafusos, operários formados em Administração de Empresas operando torno CNC e outros que, mesmo tendo cursado Ciências da Informática, passam o dia clicando em softwares que, previamente programados, esvaziam o conteúdo do trabalho, deixando-o sem sentido, repetitivo e enfadonho. Por todos os ângulos em que se observa, a fábrica aqui pesquisada representa o mundo contraditório da promessa e da negação.

O mesmo acontece com a “igualdade” entre os gêneros. Se do ponto de vista salarial e de direitos é possível se afirmar que as mulheres conquistaram isonomia, a vida na fábrica flexível, ao exigir dedicação total à produção e ao ignorar sua condição natural, com particularidades necessárias à distinção entre os gêneros, nega-lhes o direito de ser mulher no sentido pleno.

Nesse caso, a “igualdade” se dá pela anulação da diferença necessária, das potencialidades que, muitas vezes diferenciadas, são fundadoras das inúmeras possibilidades do gênero humano, dos homens e das mulheres.

Na fábrica reestruturada, a “igualdade” significa a anulação das especificidades essenciais caracterizadoras do gênero feminino. Para espanto do “feminismo” tipicamente pós-moderno, do ponto de vista do capital a

incorporação feminina na produção tem o mesmo objetivo quando da incorporação do homem: aumentar produtividade, gerar mais-valia absoluta e relativa.

Tal qual procuramos demonstrar, o *jovem-adulto flexível* é portador de um talento singular quando se analisa sua formação profissional. As mulheres, por sua vez, experimentam de forma *sui-generis* o “sabor da igualdade” entre os gêneros, porém, contraditoriamente, a incorporação de ambos à produção reafirma a eterna irrealização do homem moderno, que, cindido, representa a negação do humano-genérico, numa sociedade sob a égide do capital.

Por fim cabe salientar que neste trabalho procuramos demonstrar alguns dos aspectos sociais da nova *forma-de-ser* contingente da classe operária, do segmento *jovem-adulto flexível* mais especificamente. Para chegar a isso, a pesquisa de campo nos mostrou que estudar o mundo do trabalho no Brasil de hoje exige um acompanhamento das tendências e das novas possibilidades que estão sendo abertas para o desenvolvimento da luta de classes a partir das mudanças verificadas naquela categoria metalúrgica e na naquela região.

Para além das concepções políticas e sindicais sectárias aqui evitadas, e para surpresa dos liberais que profetizaram a decadência e fim daquela região, a história chama-nos à razão e nos mostra que sem o ABC o alfabeto fica incompleto.

Referências Bibliográficas

Alves, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do Capital. Tese de Livre-docência. Unesp: Marília, 2007.

_____. *O novo e precário mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo/ Fapesp, 2000.

Anderson, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*. In - Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *A rebeldia do trabalho*. Campinas: Ensaio, 1988.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Araújo. Renan B. *O sindicalismo propositivo do ABC: O caso da Mercedes Benz*. Dissertação de Mestrado. FFC-Unesp/Marília, 2002.

Arbix, Glauco. *Uma Aposta no Futuro: Os primeiros anos da Câmara Setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. *A câmara banida*. In - De JK a FHC, a reinvenção dos carros. São Paulo: Scritta, 1997.

Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés & Ana Maria L. Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Bhunhoff, Suzanne de. *A Instabilidade Monetária Internacional*. In - A finanças Mundializada: raízes e políticas, configuração, conseqüências. Chesnais, François. Trad. Rosa Maria Marques e Paulo Nakatami. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 69 - 84.

Bihr, Alain. *Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

Boito Jr., Armando. *Política Neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

Bresciani, Luís Paulo. *O contrato da mudança: a inovação e os papéis dos trabalhadores na indústria brasileira de caminhões*. Tese Doutorado: Unicamp: Instituto de Geociências, 2001.

_____. *Instituições, agenda regional do desenvolvimento econômico e política sindical no grande ABC: os desafios do equilíbrio entre e a (macro) esfera institucional regional e a (micro) esfera cotidiana*. Anpocs: Caxambú, 2004.

_____. *Da Resistência à Contratação: Tecnologia, Trabalho e Ação Sindical no Brasil*. Brasília: Sesi- DN, 1994.

Cano, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a (dês) ordem internacional*. Campinas: Unicamp, 1993.

Cardoso, Adalberto. M. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *Evolução das pautas de negociações dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco Guarulhos e ABC*. São Paulo. Relatório de pesquisa, 1993.

Carlos, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole; a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

Castells, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Castro, Maria Silvia P. *Possíveis estratégias sindicais frente a reestruturação produtiva no Brasil*. In- *Sindicalismo latinoamericano: entre la renovación y la resignación*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

Catalano, Ana. Novick, Marta. *Reconversión productiva y estrategias sindicales en Argentina*. In- *Sindicalismo latinoamericano: entre la renovación y la resignación*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

Chesnais, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Capitalismo de fim de século*. In- *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Mundialização : o capita financeiro no comando*. Revista Outubro n.5 :São Paulo, 2001.

Comin, Alvaro. *De volta para o futuro: política e reestruturação industrial do complexo automobilístico brasileiro*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1998.

_____. e Cardoso, A. CAMPOS, A. *As bases sociais do sindicalismo metalúrgico*. In - *De JK a FHC a reinvenção dos carros*. Arbix, G. Zilbovicius, M. (Org). São Paulo: Ecrítica, 1997.

_____. Conceição, J.J. Bresciani, L. p. Cavignato, O.R. "O acordo do setor automobilístico: A reestruturação negociada", Folha de São Paulo, 27 de julho de 1992.

Coriat, Benjamin. *Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Reva/ UFRJ, 1994.

Dejours, Christophe (2000). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas.

Dieese. Subseção Metalúrgicos do ABC. *Modernização industrial: Os rumos recentes e alternativos da indústria automobilística*. São Bernardo do Campo, 1989.

_____. Subseção ABC. *Informação sobre salário e nº da categoria metalúrgica do ABC*. SBC, 2000.

_____. *Globalização e setor automotivo: a visão dos trabalhadores*. São Bernardo do Campo, 1996.

Dornelles, Jonatas. *Antropologia e Internet: quando o "campo" é a cidade e o computador é a rede*. Revista Horizonte antropológico. V10 n. 21. Porto Alegre, jan/jun. 2004.

Dosse, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.

Duarte, Newton. *A sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2003.

Dupas, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Eagleton, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Trad. Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Ideologia*. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Unesp: Editora Boitempo, 1997.

Engels, Friedrich. *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Global, 1988.

Evangelista, João E. *Crise do marxismo e irracionalidade pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1997.

Falleiros, Ialê. *Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania*. In - A nova pedagogia da hegemonia. Lúcia Maria W. Neves (org). São Paulo: Xamã, 2005. P. 211-235.

Fiori, José Luís. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

Fonseca, Sérgio. C. *Infância e disciplina: o Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927)*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 2007. v. 1. 176 p.

Fontenelle, Isleide. *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura do descartável*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Formação do Terceiro Estado as comunas: coletâneas de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Terezinha Oliveira e Claudinei Magno Magre Mendes (Orgs). Maringá: Eduem, 2005.

Forrester, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

Franca, Gilberto Cunha. *O trabalho no espaço da fábrica*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Frederico, Celso. *Razão e Desrazão: a lógica das coisas e a pós-modernidade*. In- Revista Quadrimestral de Serviço Social. Nº 55, Novembro de 1997, p. 174-187.

Giddens, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.

_____. *As conseqüências da Modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo : Editora da Unesp, 1991.

_____. A vida em sociedade pós-tradicional. In: *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem moderna*. Beck, Ulrich. Giddens, Anthony. Lash, Scott (orgs). Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1997.

Goffman, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Raposo, Maria Célia Santos. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

Goodmann, Lucien. *A reificação*. In: *Dialética e cultura*. Trad. Luiz Fernando Cardoso; Carlos Nelson Coutinho; Gisele Vianna Konder. 2^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Gounet, Thomas. *Fordismo e Toyotismo: Na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Guanais, Maria Adelina B. *Reestruturação produtiva e subjetividade de trabalhadores da área metalúrgica*. Revista da Associação Brasileira de Psicologia. Vol.6. nº11. 2006, pp.107-126.

Guimarães, I. "A experiências das Câmaras Setoriais. In - Oliverira, c.; Mattoso,J (Org). O mundo do trabalho. São Paulo: Scritta, 1994.

Gramsci, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. In - Maquiavel a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Heller, Agnes. *O cotidiano e a História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3ºed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

Harvey, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail Ubirajara Sobral & Mara Stela Gonçalves.15º ed. São Paulo: Loyola, 2006.

Hirata, H. *Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

Hobsbawm, Eric J. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das letras, 1996.

Humphrey, John. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982.

Ianni, Octavio. *A sociedade global*. 2ºed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1993.

Iasi, Mauro Luiz. *As metamorfoses da consciência de classes: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Kosik, Karel. *Dialética do Concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Kurz, Robert. *O colapso da modernização*. 3º.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: Vozes,1997.

Leite, M. P. *O futuro do trabalho: Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta,1994.

_____. *Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade*. In- O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos. Márcia Leite (Org). Campinas, São Paulo; Papirus, 1997.

_____. *Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra*. In - o mundo trabalho. Oliveira, C; Mattoso, J. (Org). São Paulo: escrita, 1994.

_____. *A classe operária e a questão sindical*. In - Processos e relações do trabalho no Brasil. Fleury, Maria.T.L.; Fischer, Maria. R. (Org). São Paulo: Atlas s.a, 1987.

Lefèbvre, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Linhart, Danièle. *A desmedida do capital*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007.

Lukács, Georg. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

Marx, Karl. *Crítica da Economia Política*, livro 1. V.I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

_____. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escrita 2. ed., 1968 (a).

Marcelino, Paula Regina P. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Maspero, François. *Marx e Engels: textos sobre educação e ensino*. 2ª ed. Trad. Editora Moraes. São Paulo: Editora Moraes, 1992.

Matosso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

Menegat, Marildo. *O olho da barbárie*. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

Mészáros, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Trad. Ana Cotrim & Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Ir além do capital*. In- Globalização e socialismo. Coggiola, Osvaldo (Org). São Paulo: Xamã, 1997.

Meyer, Regina Maria P. *Atributos da metrópole*: Revista São Paulo Perspectiva. Vol.14. nº4. São Paulo, 2000.

Moraes, Maria Célia M. *O Recuo da Teoria*. [on line] disponível na World Wide Webe; <http://www.anped.org.br>, 2002.

_____. *Os Pós-Ismos e Outras Querelas Ideológicas*. [on line] disponível na World Wide Webe; <http://www.scielo.br>, 2003.

Neto, João Machado Borges. *As várias dimensões da Lei do Valor*. Nova Economia, Belo Horizonte 14 (3),143 –158. Setembro-dezembro de 2004.

Netto, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

Oliveira, Eurenice. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Neves, Lúcia Maria W. *A sociedade civil como espaço estratégico hegemônico da nova pedagogia da hegemonia* In - A nova pedagogia da hegemonia. Lúcia Maria W. Neves (org). São Paulo: Xamã, 2005. P. 85-123.

Nogueira, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Campinas: Autores Associados, 2004.

Ocada, Fabio K. *A tecelagem da vida com fios partidos: motivações invisíveis da emigração de kasasegui ao Japão em quatro estações*. Tese Doutorado: Faculdade de Ciências e letras – Unesp/Araraquara, 2006.

Oliveira, Francisco. *Das Invenções à Indeterminação*. In: A Era da Indeterminação. Oliveira, Francisco. Saliba, Cibebe Rizek. (Orgs). São Paulo: Boitempo, 2007. p 15- 48.

_____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Organista, José Henrique C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Padilha, Vaquíria. *Shopping Center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Pinassi, Maria Orlanda. *Metástase do irracionalismo*. Revista Novos Rumos. N° 43. Ano 20. p. 53-62.

_____. *No mundo do capital, a ocasião faz o ladrão*. Revista Margem Esquerda. N° 8. Novembro de 2006.p. 42-48.

Pinto, Augusto Geraldo. *A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Plihon, Dominique. *As grandes empresas fragilizadas pela finança*. In- A Finança Mundializada: raízes e políticas, configuração, conseqüências.

Paranhos, Kátia R. *Era uma vez São Bernardo*. Campinas:Unicamp,1999.

Pastore, José. *Relações de trabalho em economias competitivas*. In - O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT. São Paulo: Nobel S.A, 1992.

_____. *Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva*. São Paulo:LTR,1994.

Pochmann, Marcio. *O emprego na globalização: A divisão internacional do trabalho e o caminho que o Brasil escolheu*. São Paulo. Boitempo,2001.

Ragazzini, Dario. *Teoria da personalidade na sociedade de massas: a contribuição de Gramsci*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

Ramalho, José R. *Novas estratégias industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento*. Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, Vol.48, nº3, 2005, pp.491-524.

Rauter, Cristina. *Produção Social do Negativo: Notas Introdutórias*. Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro 2003. http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/5e_Rauter_145161003_port.pdf . Acessado em 07/10/2008.

Reich, Wilhelm. *O combate sexual da juventude*. Lisboa: Delfos, 1972.

Rodrigues, Iram J. Martins, Heloisa Helena T. *Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos*. Revista Tempo Social. Vol.17. nº2, 2005. pp.3-25.

_____. *Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística*. In - Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Antunes, Ricardo (Org). São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Comissões de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo. Cortez,1990.

Rodrigues, Leôncio Martins. *As transformações da sociedade contemporânea e o futuro do sindicalismo*. In - O futuro do sindicalismo: CUT, força sindical, CGT. São Paulo: Nobel S.A, 1992.

_____. *O declínio do sindicalismo corporativo*. Rio de Janeiro: Ibase,1991.

_____. *Partidos e Sindicatos*. São Paulo: Ática,1990

_____. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

Rolnik, Raquel. *Habitação social-urbanismo: direito de morar*. Entrevista concedida à Fapesp em 04/04/2008. Disponível em www.habitacao-social.blogspot.com

Salerno, M. S. "*Modelo japonês; trabalho brasileiro*". In- Hirata, H. (Org). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.

Santana, Marco A. Ramalho, José R. *Além da fábrica: trabalhadores sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Santos, Ariovaldo. *Trabalho e Globalização: a crise do Sindicalismo propositivo*. Londrina: Práxis, 2001.

Saramago, José. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Satoshi, Kamata. *Japão: a outra face do milagre*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Sennet, Richard. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Silva, Felipe Luiz G. *A fábrica como agência educativa*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

Silva, Roque. Ap. *Comissões de fábrica e autonomia dos trabalhadores*. in- Processos e relações de trabalho no Brasil. Fleury, Maria.T.L. & Fischer, Maria. R. (Org). São Paulo: Atlas S.A, 1987.

Singer. Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.

SMSBC, Sindicato metalúrgicos do ABC. *Reestruturação do complexo automotivo brasileiro: As propostas dos metalúrgicos do ABC*. Fevereiro, 1992.

_____. "*Sem peças o Brasil não anda*". Março, 1995.

_____. *Um acordo histórico: As propostas dos trabalhadores da indústria automotiva e a proposta de acordo firmada em fevereiro*. Junho, 1993.

Taule, José R. *Para (re) construir o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Tavares.M.H. *O corporativismo em declínio?* In - Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. Evelina. D.(Org). São Paulo: Brasiliense, 1994.

Tocqueville. Aléxis de. *Viagens à Inglaterra e à Irlanda (1833-35)*. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário/Primeira linha, 2000.

Tomizaki, Kimi A. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores*. Campinas: Arte Escrita, 2007.
_____. *Envelhecer na fábrica: a definição da identidade dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Anpocs, 2005.

Thompson, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Thompson, Paul. *A voz do passado*. 2ª ed. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Viviane, Forrester. *O Horror econômico*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

Valencia, Adrián S. *El mundo Del trabajo en tensión: flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000*. México: Plaza y Valdés, 2007.
_____. *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. México: Culturas Galegas, 2005.

Wachendorfer, Achim. *Entrevista com Vicente Paulo da Silva*. In- *Sindicalismo latinoamericano: entre la renovación y la resignación*. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

Zauli, E. M. *As condições sociais da emergência e decadência da Câmara Setorial da Indústria Automotiva no Brasil*. São Paulo: Anna Blume, 1997.